UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JOÃO GUILHERME DE SOUZA CORRÊA

FORMAÇÃO DE TRABALHADORES E MOVIMENTO SINDICAL: DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT) NA ÚLTIMA DÉCADA (1998-2008)

FLORIANÓPOLIS
2009

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

JOÃO GUILHERME DE SOUZA CORRÊA

FORMAÇÃO DE TRABALHADORES E MOVIMENTO SINDICAL: DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT) NA ÚLTIMA DÉCADA (1998-2008)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Trabalho e Educação

Orientador: Prof. Dr. Paulo Sergio Tumolo
Co-orientadora: Profª Drª. Patrícia Laura Torriglia

Florianópolis
2009

Ficha Catalográfica elaborada
pela Biblioteca da UFSC

C824f Corrêa, João Guilherme de Souza
Formação de trabalhadores e movimento sindical: desenvolvimento e consolidação da Política Nacional de Formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) na última década (1998-2008) / [dissertação] : João Guilherme de Souza Corrêa ; orientador, Paulo Sérgio Tumolo ; co-orientadora Patrícia Torriglia. - Florianópolis, 2009.
131 f.: grafs., tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.
Inclui bibliografia

1. Central Única dos Trabalhadores. 2. Educação. 3. Sindicalismo - História. 4. Formação profissional. 5. Política Nacional de Formação (CUT). I.Tumolo, Paulo Sérgio. II.Torriglia, Patrícia Laura. III.Universidade Federal de Santa Catarina - Programa de Pós-Graduação em Educação. IV. Título.

CDU: 37

João Guilherme de Souza Corrêa

FORMAÇÃO DE TRABALHADORES E MOVIMENTO SINDICAL: DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT) NA ÚLTIMA DÉCADA (1998-2008)

Dissertação apresentada e aprovada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração "Trabalho e Educação", da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.
Florianópolis, 31 de março de 2009.

_____

Profº Dr. João Josué da Silva Filho
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação

Banca Examinadora

_____

Profº Dr. Paulo Sergio Tumolo – Orientador – CED/UFSC

_____

Profª Drª Patrícia Laura Torriglia – Co-orietadora – CED/UFSC

_____

Profº Dr. Edilson José Graciolli

_____

Profº Drª Nise Maria Tavares Jinkings

_____

Profº Dr. Fernando Ponte de Sousa - Suplente

À Paula e Michele,
que me fazem
constantemente compreender
o intrínseco significado
da palavra *fraternidade*.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Paulo Tumolo pela recepção no Programa e pelas valiosas orientações;

À Professora Patrícia Torriglia pelo aceite em participar nas condições de co-orientadora;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC com os quais tive aulas muito boas de conteúdo crítico: Carlos Eduardo dos Reis (Carlão), Célia Vendramini, Lucídio Bianchetti, Nise Jinkings e Valeska Nahas.

Aos colegas da pós-graduação em Educação em geral, e especificamente da linha de pesquisa Trabalho e Educação.

À equipe de futsal da UFSC e do C. D. Boleiros, pelas contribuições ao meu bem estar físico, imprescindível para o bom andamento dos estudos.

Aos funcionários da Escola Sete de Outubro em Belo Horizonte pela cordial recepção;

À Rosana Miyashiro e Vera Gaspareto da ETHCI e da Escola Sul, respectivamente, pelo concessão de acesso aos materiais da CUT e pela apresentação às estruturas das Escolas;

Aos meus pais, Paulo e Geni;

Às companheiras de militância na Associação dos Pós-Graduandos da UFSC (APG/UFSC), Amália e Tina;

Ao amigo de Uberlândia, Pedro Henrique, pela ajuda com o Abstract;

E à Lucélia, insuperável companheira de vida.

Falo assim sem saudade
Falo assim por saber
Se muito vale o já feito
Mais vale o que será
E o que foi feito
É preciso conhecer
Para melhor prosseguir.
Milton Nascimento e Fernando Brant

RESUMO

A presente pesquisa de mestrado buscou fazer uma investigação, de extração sociológica, dos significados e envolvimentos políticos advindos das práticas assumidas pela Política Nacional de Formação (PNF) da Central Única dos Trabalhadores (CUT) nos últimos 10 anos (1998 a 2008), em associação com a discussão da importância do elemento auto-formativo para trabalhadores e a relação da PNF com as estratégias políticas adotadas pela CUT em cada contexto histórico. Assim, atentamos para o acontecimento que, atividades auto-formativas da classe trabalhadora, sejam elas voltadas para a formação política, sindical, profissional ou de sentido pedagógico mais geral, são freqüentes nos seus movimentos e organizações ao longo da sua história e estiveram sempre a serviço das estratégias de intervenção política que o movimento vislumbra para cada conjuntura. O valor positivo destas atividades reside no fato de que a organização independente da classe proletária, visando a construção e a fixação social de uma própria concepção de educação, trás em si a potencialidade de atender em primeira instância os seus interesses mais imediatos, mas podendo projetar a construção da assistência dos seus interesses históricos. Não foge à regra o movimento operário brasileiro; de longa data suas instituições têm se organizado para discutir e efetuar coletivamente experiências de organização sindical, de mobilização e também de uma modalidade classista antagônica de cultura e de visão de mundo importante para a prática política revolucionária. Assim, desde a sua fundação, a CUT tem praticado uma modalidade de formação sindical, inserida na sua PNF, em ampla reciprocidade com sua estratégia política. Se a princípio, a PNF era voltada a uma concepção de mundo crítica, em consonância com a práxis de oposição socialista da CUT ao modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, através de escolhas políticas e de determinações estruturais, o referencial revolucionário, expresso nas atividades de formação, foi se tornando rarefeito ao longo dos anos, e a educação profissional e a alfabetização de adultos, com recursos públicos, se converteu em prática prioritária da sua PNF. Se por um lado, nota-se a complexificação da sua estrutura funcional e organizativa a partir da disputa de verbas do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) em fóruns tripartites, por outro lado, há um retrocesso da formação crítica teórica do conteúdo desses cursos. Assim, desde 1998, a prática da PNF/CUT se confunde com as propostas oficiais, uma vez que limita-se a atuar segundo políticas educacionais do governo federal. A sua vinculação ao institucionalismo estatal se torna mais evidente no período do Governo Lula, quando se converte em correia de transmissão das concepções de educação oficiais. A ênfase atual na formação de dirigentes é reflexo do afastamento da luta nas bases, não mais produzindo lideranças forjadas no calor da luta política. Como defesa retórica de sua estratégia reformista, a PNF diz fazer *disputa de hegemonia* na *sociedade civil* das concepções de educação, mas na verdade ela revela o abandono da concepção de que os trabalhadores são os sujeitos políticos da história e de que o Estado é um aparelho de dominação de classe.

Palavras-Chave: Política Nacional de Formação, Central Única dos Trabalhadores, Formação Sindical, Formação Profissional, Sindicalismo.

ABSTRACT

Auto-formative activities of the working-class, under the form of political instruction, or syndical formation, or professional qualification or with general pedagogical sense, are frequent in its movements and organizations through its history and they had been in service of the strategies politics of intervention that the movement plans for each conjuncture. In everywhere that the capitalism was established like a dominant production mode, the class of the dispossessed ones of the means of production, created for the movement of accumulation of capital, constructed activities with this sense to affirm, in the practical, its independent identity of class to the front of that expropriated to them. The positive value of that activities is that the independet organization of the workin-class with a sense of construction and social fixation of a education conception backwards in itself the potentiality of take care of its immediate interests, but being able to project the construction of assistance of its historical interests. The Brazilian working-class movement also is thus; of long date its institutions if have organized to argue and to effect collectively experience of syndical organization, mobilization e also of a culture and antagonistic vision of world important for the practical revolutionary. Thus, since its foundation, the Central Única dos Trabalhadores (CUT) has practised a modality of syndical formation, inserted in its National Politics of Formação (PNF), in ample reciprocity with its strategy politics. If in the principle, the PNF was come back to the one critical conception of world, in accord with the práxis of socialist opposition of the CUT to the model of Brazilian economic development, through choices politics and of structural determination, the revolutionary referencial, express in the activities of formation, if becoming it was rarefied throughout the years, and the professional education and the alfabetização of adults with public resources if it converted into practical with priority of its PNF. If on the other hand it is noticed complexificação of its functional and organization structure from the dispute of mounts of money of the FAT in tripartite forum, on the other hand it has a retrocession of the theoretical critical instruction of the content of these courses. Thus since 1998 the practical one of the PNF if confuses with the official proposals, a time that limits it to second act educational politics of the federal government. Its entailing to the state institucionalism if becomes more evident in the period of the Lula Government, when it is become into leather strap of transmission of the official conceptions of education. The current emphasis in the formation of controllers is reflected of the removal of the fight in the bases, no more producing leaderships forged in the heat of the fight politics. As prohibited rhetoric of its reformist strategy the PNF says to make *dispute of hegemony* in the *civil society* of the conceptions of education, but in the truth it discloses the abandonment of the conception of that the workers are the citizens politicians of history e of that the State is a device of class domination.

Key words: National Politic of Formation, Central Única dos Trabalhadores, Professional Education, Syndicalism Education, Syndicalism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Esquematização da Rede Nacional de Formação CUT.....53
Quadro 1 - Quantidade de recursos repassados do FAT para a CUT de acordo com o ano.....87
Figura 2 – Esquematização do PNQ.....93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução do Índice de Desemprego no Brasil: 1980 – 2003.....74

LISTA DE ABREVIATURAS

AFL-CIO: *American Federation of Labor – Congress of Industrial Organizations*

AIT: Associação Internacional dos Trabalhadores

ArtSind: Articulação Sindical

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CFTC: *Confédération Française des Travailleurs Chrétiens*

CGT: Central Geral dos Trabalhadores

CGT: Confederação Geral dos Trabalhadores

CGT: *Confédération Générale du Travail*

CISL: *Conferazione Italiana dei Sindicati di Lavorati*

CLT: Consolidação das Leis do Trabalho

CNM: Confederação Nacional dos Metalúrgicos

CODEFAT: Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador

CONAFOR: Coletivo Nacional de Formação

CONCLAT: Congresso Nacional da Classe Trabalhadora

CONCLAT: Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora

CONCUT: Congresso Nacional de Central Únicas dos Trabalhadores

CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPB: CUT pela Base

CPC: Centro Popular de Cultura

CPES: Curso de Concepção, Prática e Estrutura Sindical

CUT: Central Única dos Trabalhadores

DEQP: Departamento de Qualificação Profissional

DGB: *Dachorganisation der Gewerkschaften in Deutschland* (Confederação Alemã de Sindicatos)

ENAFOR: Encontro Nacional de Formação

ETHCI: Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha

FAT: Fundo de Amparo ao Trabalhador

FETRAF/RS: Federação dos Trabalhadores em Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul

FHC: Fernando Henrique Cardoso

FMI: Fundo Monetário Internacional

FNT: Frente Nacional do Trabalho

FS: Força Sindical

IADESIL: Instituto Americano de Desenvolvimento do Sindicalismo Livre

IBAD: Instituto Brasileiro de Ação Democrática

ICCO: Organização Intereclesiástica de Cooperação para o Desenvolvimento.

INCA: Instituto Cajamar

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INF: Instituto Nacional de Formação

INPS: Instituto Nacional de Previdência Social

IPES: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

ISCOS-CISL: *Istituto Sindacale per la Cooperazione allo Sviluppo - Conferazione Italiana dei Sindicati di Lavorati*

MTb: Ministério do Trabalho

MTE: Ministério do Trabalho e Emprego

NT: Núcleos Temáticos

OIT: Organização Internacional do Trabalho

ONG: Organização Não-Governamental

PASEP: Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PC: Partido Comunista

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PC do B: Partido Comunista do Brasil

PIS: Programa de Integração Social

PLANFOR: Plano Nacional de Formação Profissional

PLANSEQs: Planos Setoriais de Qualificação

PLANTeQs: Planos Territoriais de Qualificação

PND: Plano Nacional de Desestatização

PNF: Política Nacional de Formação

PNQ: Plano Nacional de Qualificação

PNQP: Projeto Nacional de Qualificação Profissional

PPA: Plano Plurianual

PPTR: Política Pública de Trabalho e Renda

PROEsQS: Projetos Especiais de Qualificação

PT: Partido dos Trabalhadores

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

RNF: Rede Nacional de Formação

SDS: Social Democracia Sindical

SEBRAE: Serviço Brasileiro de Assistência ao Empresário

SEFOR: Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional

SENAC: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SENAT: Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SESC: Serviço Social do Comércio

SESI: Serviço Social da Indústria

SINDIUTE/MG: Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais

SNF: Secretaria Nacional de Formação

SPPE: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego

TCU: Tribunal de Contas da União

UNE: União Nacional dos Estudantes

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 17

1 TRABALHO E FORMAÇÃO 27
1.1 A RELAÇÃO HISTÓRICA ENTRE TRABALHADORES, SUAS ORGANIZAÇÕES E ATIVIDADES FORMATIVAS 27
1.2 IMPORTÂNCIA E EXEMPLOS DA FORMAÇÃO NA CLASSE TRABALHADORA.31
1.2.1 *Formação e Hegemonia de Classe* 31
1.2.2 *A Presença da Formação na História Recente dos Trabalhadores* 38

2 O SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CUT 48
2.1 O "NOVO" SINDICALISMO EM FORMAÇÃO 48
2.2 O PASSADO E O FUTURO DO PRESENTE: A HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DA FORMAÇÃO SINDICAL CUTISTA NA VERSÃO OFICIAL 51
2.3 UMA OUTRA FORMAÇÃO DA FORMAÇÃO 57
2.4 A FORMAÇÃO CUTISTA NO PERÍODO 1986-1998 63
2.5 O APARECIMENTO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA CUT.....67

3 A POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DESDE O PLANFOR AO PNQ: APOIO À PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, APARELHAMENTO ESTATAL E TERCEIRO-SETOR 72
3.1 POLÍTICA NEOLIBERAL, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL E TRABALHADORES 72
3.2 A POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CUT NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PLANFOR DO GOVERNO FHC 75
3.2.1 *A PNF entre 1999 e 2002* 82
3.3 O PNQ DO GOVERNO LULA E A FORMAÇÃO CUTISTA NO PERÍODO 2003 – 2008.....91
3.4 PNF E CUT: DISPUTA DE HEGEMONIA, CENTRALIDADE DO TRABALHO E PRINCÍPIO EDUCATIVO 100

4 CONCLUSÕES 106

REFERÊNCIAS 111

APÊNDICE 117
APÊNDICE A – Secretários Nacional de Formação da CUT 1984 – 2008 e respectivos períodos de gestão.....118

ANEXOS 119
ANEXO A – Princípios da Política Nacional de Formação 120
ANEXO B - Atividades desenvolvidas no Projeto Especial de Qualificação Profissional –

PROESQ – *Quem luta também educa! Convênio entre o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, Plano Nacional de Qualificação – PNQ, com financiamento do Fundo de Amparo ao Trabalhador, entre 2005 e 2007* 122
ANEXO C – Alguns Programas de Formação da Escola Sul 127
ANEXO D - Escola sindical 7 de outubro - Programa Municipal de Qualificação – PMQ 2007 Ações de qualificação social e profissional no Município de Belo Horizonte, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação – PNQ – 2007 130
ANEXO E - Projeto de formação, ação sindical e intercâmbio – CUT estadual – São Paulo/Brasil & LO – Distrito de Västmanland - Súecia (2006-2010) 131

INTRODUÇÃO

O saber não basta,
temos de o aplicar.
A vontade não basta,
temos de atuar
Goethe

O presente trabalho de dissertação discute os encaminhamentos políticos e teóricos que a Política Nacional de Formação (PNF) da Central Única dos Trabalhadores (CUT) ousou empreender nos últimos 10 anos, ou seja, entre 1998 e 2008. Entretanto, embora o recorte periódico da análise tenha se detido, especialmente, na amostragem do desenvolvimento do conjunto da PNF no período compreendido entre os anos citados, a pesquisa e o texto tiveram que recorrer tanto à discussão mais geral sobre a importância do trabalho formativo para a identidade de classe do proletariado[1], quanto ao resgate do passado da formação cutista a fim de explicar as tendências e as bases sobre as quais a PNF evoluiu até o presente momento. Para tentar dar uma dimensão mais global ao quadro pesquisado, tentamos também nos deter no contexto político com o qual a CUT se relacionou, como é o caso da consideração feita a respeito das políticas educacionais do governo dos dois presidentes que geriram o país no limite temporal que a pesquisa se concentrou, algo imprescindível para o melhor conhecimento do objeto proposto.

A data escolhida como ponto de partida das análises (1998) não foi arbitrária e escolhida por acaso. Pensada em conjunto com o orientador, a sua escolha teve basicamente duas motivações principais. Em primeiro lugar, a pesquisa pioneira em nível de doutorado a respeito da trajetória da Formação Sindical da CUT realizada por Paulo Tumolo e publicada em 2002, sob o título *Da Contestação à Conformação – A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista* (TUMOLO, 2002), que revolveu as origens das práticas de formação da central sindical, traçou seu itinerário em correlação à estratégia política da entidade, utilizando como pano de fundo as mudanças materiais na produção pela qual o capitalismo passou nos últimos anos e alcançou a história da PNF da CUT, desde sua origem

1 Usar-se-á neste trabalho os termos *proletariado*, *classe trabalhadora*, *trabalhadores* e *classe operária* indistintamente. Embora não se ignore a complexa discussão sobre estas categorias entre os marxistas de diversas montas, contemporâneos e clássicos, nem os matizes reais da classe, na nossa utilização dos termos ao longo do texto ficará sempre subjacente, e de maneira genérica, a idéia de que estas categorias remetem à classe dos trabalhadores modernos (urbanos e rurais) assalariados, não proprietários de meios de produção e, por isso, vendedores da própria força de trabalho.

sob a forma de educação político-sindical de conteúdo crítico socialista, até o momento em que se converteu em prática instrumental, circunscrita ao atendimento conjuntural das necessidades mais imediatas dos trabalhadores. Embora a pesquisa de Tumolo tenha sido publicada em 2002, sua investigação avançou exatamente até o ano de 1998. Articulado a essa questão é que se encontra o segundo elemento definidor do recorte temporal da pesquisa; uma vez que 1998 foi o ano da primeira experiência direta da PNF da CUT na seara da formação profissional com recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Por conta disso, esse ano marca real e simbolicamente o início da maior estruturação realizada nas atividades formativas da CUT, levando de fato a PNF a fazer parte do rol das políticas prioritárias da Central.

A empreitada que nos propusemos não foi tarefa fácil. Não obstante o tamanho e a complexidade que é o enredamento da PNF, tentamos realizar, em uma pesquisa com as limitações do mestrado, algo semelhante (em amplitude) e complementar (historicamente) ao que foi feito por Tumolo (2002) no âmbito de uma tese de doutorado. É certo que o resultado apresentado aqui é bem mais modesto do que merecia o assunto, com caráter mais de iniciação à discussão do tema do que propriamente uma explicitação definitiva sobre o objeto. Uma abordagem melhor e totalizante sobre o tema mereceria mais tempo de estudo e pesquisa, algo ainda passível de ser realizado numa investigação de doutoramento.

Contudo, à medida que a discussão sobre a questão da formação sindical e profissional vai ganhando vulto na sociedade como fenômeno social, ela se converte em objeto de pesquisas acadêmicas que tratam de analisá-la e explicá-la como acontecimento. Embora nossas buscas em bases de periódicos e revistas acadêmicas tenham revelado uma quantidade modesta de artigos, de teses e de dissertações versando sobre a mesma temática, é visível que o interesse pelo assunto – expresso na forma de publicações acadêmicas – se concentrou mais especificamente no período em que a CUT passou a disputar, em 1998, verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para efetivar o Plano Nacional de Formação (Planfor) do Governo Fernando Henrique, o que acabou refletindo em uma maior quantidade de documentos existentes sobre o período, e, conseqüentemente, em informações mais detalhadas. Em compensação, as notícias que conseguimos recolher sobre a PNF no período a partir da posse de Lula, quando este deu fim temporário ao plano de formação do governo anterior, antes de lançar seu próprio plano para a área, foram conseguidas mais em fontes

primárias (documentos produzidos pela própria CUT) e menos em sistematizações científicas a respeito. Conjecturamos explicar que esse aparente desprezo acadêmico pela prática de formação cutista deve-se menos pela importância (contudo, inegável) que esse fenômeno tem para se compreender a mais atual estratégia política da CUT e mais por se tratar de um problema complexo, ainda em processo de constituição, o que pode significar que as pesquisas sobre ele estão ainda em curso ou que este problema será uma tendência de pesquisa num futuro próximo.

Desse modo, acreditamos que essa reduzida produção acadêmica sobre o assunto, e em especial, sobre o período compreendido entre 2002 e 2008, é capaz de tornar a presente análise, apesar de todas as suas limitações, uma das primeiras a considerar, a partir de uma interpretação não-cutista, a horizontalidade da PNF no limite temporal estabelecido, o que por certo abrirá caminhos para futuras pesquisas na área.

A esse respeito, outro fator de diferenciação da presente pesquisa em relação à outras que abordaram a mesma temática, se refere ao ponto de vista sobre o qual essa investigação se inscreve. A maior parte dos trabalhos acadêmicos sobre a situação da PNF foi escrita por pessoas com vinculação política e/ou profissional direta com a CUT e/ou a PNF. Os pesquisadores são militantes, colaboradores, educadores que compõem as instâncias da formação cutista e ao mesmo tempo escreveram sobre ela. Muitas com certa criticidade às concepções e às atitudes políticas, mas boa parte apenas com constatações críticas de natureza epidérmica e pontual do fenômeno estudado. Se por um lado a proximidade desse grupo de pesquisadores com a PNF pode ter trazido uma vantagem comparativa no que diz respeito à facilidade de acesso a materiais e informações, por outro lado trazem também a possibilidade de comprometer a certa avaliação crítica que se faz necessário sobre a matéria, se a concepção que se tem de conhecimento científico é de compreender criticamente para a intervenção na realidade. Como se sabe, uma pesquisa que não considere os elementos relacionais e externos ao objeto, embora não determine, é passível de podar o caráter crítico de uma avaliação que vise a superação positiva das suas limitações expostas, ainda mais quando este objeto se trata de uma instituição política reivindicada central para a luta de trabalhadores.

Por nosso turno, a militância num campo à esquerda da CUT, ao mesmo tempo que nos trouxe a vantagem de enxergar as práticas realizadas pela Central mais criticamente, com relativo distanciamento e comprometimento político com a entidade, também pode

comprometer a avaliação do mérito de determinadas iniciativas. Nesse aspecto foi que tentamos atuar com justiça na análise do processo real das atividades formativas, buscando as potencialidades e os limites de tais ações na prática da CUT e da PNF. No entanto, não cabe a nós julgar se de fato conseguimos ou não atingir esse equilíbrio.

Outro fator que tem de ser considerado para se entender as dificuldades da pesquisa se refere ao exíguo prazo em cumpri-la, pois, assim como têm exigido as políticas públicas para a pós-graduação brasileira, que primam mais pela produtividade na quantidade do que pela qualidade dos trabalhos, essa pesquisa teve que ser concluída no prazo de 24 meses, sob o risco de prejudicar os resultados da avaliação de produtividade baseada em critérios quantitativos executada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) no programa de pós-graduação onde foi realizado esse mestrado. Dessa forma, tivemos que terminá-la bem antes do tempo de amadurecimento que se faz necessário a uma investigação de fundo, com qualidade. Embora isoladamente não se possa alterar esses critérios (epifenômeno apenas da forma como se trata certo segmento da produção de ciência e tecnologia) danosos por si só a todo conjunto da pós-graduação brasileira, é mister deixar registrado o nosso protesto.

Em tempo, é importante ainda ressaltar que embora a pesquisa tenha sido realizada em um programa de pós-graduação em Educação, sua análise privilegiou um corte mais de alcance sociológico do que propriamente pedagógico, dos significados e das implicações políticas advindas das práticas da PNF e da CUT. Assim sendo, optamos por fazer a pesquisa e a redação do texto orientados pela busca e sistematização dos elementos que compõem o contexto político e histórico da política de formação e não da prática mesma da PNF, com seus conteúdos e currículos, conquanto que por vezes tenha sido necessário passar por eles.

Feitos esses esclarecimentos, a parte seguinte é dedicada a expor o referencial utilizado na investigação e seus correspondentes procedimentos de pesquisa.

A referência de fundo utilizada para essa investigação, trabalhada de forma indireta na exposição, diz respeito à contribuição teórica que elaborou o pensador alemão Karl Marx, em parceria com Friedrich Engels, para analisar a sociedade capitalista.

Partiu-se da constatação de que a obra de Marx é grandiosa para o conjunto do pensamento humano, primeiro porque foi elaborada em sintonia com outras obras gigantescas da filosofia ocidental, e, segundo, porque, a partir de um ponto de vista superior (o “ponto de

vista" do trabalho), se tornou uma teorização própria sobre a totalidade social. Marx, na sua obra, foi capaz de, dialeticamente, superar seus predecessores retendo o que de fundamental continha suas respectivas filosofias. As teses marxianas refundiram, em uma interpretação original, o que de mais avançado havia no materialismo antigo e no moderno, com a filosofia clássica alemã, juntando também a explicação burguesa de economia com os interesses dos trabalhadores expressos no movimento socialista, fornecendo-lhes o armamento teórico para suas reivindicações.

Não nos posicionamos aqui entre aqueles que consideram o marxismo (e principalmente as teses marxianas e engelsianas) como mais uma clássica obra da filosofia moderna ocidental, apenas digna de referência circunstancial, parcelar e oportunística; de outro modo, avalia-se que a obra de Marx e Engels ocupa um lugar especial na produção filosófica humana, tanto por ser a primeira a articular filosofia, política e economia para a interpretação da totalidade social num mesmo arcabouço teórico, quanto por ligar indissociavelmente ciência e interesses de classe, isto é, conhecimento científico da realidade com encaminhamento prático para a sua transformação. Além do mais, nascida do encontro de causalidades históricas particulares, as teses de Marx e Engels serviram de matriz teórica, a partir do final do século XIX até os dias de hoje, para este amplo movimento intelectual e político que convencionou-se chamar de marxismo.

Considerou-se a dialética invertida de Marx como, simultaneamente, método e conteúdo de exposição, assim, avaliamos também que, o diferencial da referência de fundo utilizada aqui em relação às outras teorias, principalmente as de inspiração liberal de qualquer monta (fenomenológica, pós-moderna, dentre outras), é a determinação de uma força política e histórica para o conhecimento, expressa nos interesses relativos à emancipação da classe trabalhadora e, por conseqüência, da humanidade.

Nesse ínterim, as categorias analíticas presentes nas obras marxianas, em especial n'*O Capital*, é que serviram como norteadoras no caminho rumo à explicação do objeto proposto. Por ser científica e ao mesmo tempo revolucionária, a economia política de Marx devassa a lógica de produção do capital, denuncia seu sistema de exploração, dá ênfase na luta de classes, mostra a historicidade dessa sociedade e a possibilidade de sua superação.

Ao nos referenciarmos na descoberta de que a produção das mercadorias é a fonte da riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista, apoiamos o recorte político da

pesquisa na conclusão de que a origem dessa riqueza está na exploração (dada na esfera da produção) da força de trabalho tornada mercadoria, e que, ao incorporar valor nas mercadorias que produz, permite a extração da mais-valia, ou seja, do valor do trabalho não pago ao portador desta força de trabalho. Por sua vez, o montante desse trabalho não pago volta à produção para gerar mais valor, o que evidencia que a riqueza da produção capitalista é o conseqüente empobrecimento da classe que produz essa riqueza.

Dessa forma é que, a partir do conjunto da obra de Marx, entendida como expressão teórica do movimento mais radical dos trabalhadores modernos, procurou-se operar com a idéia de que uma correta investigação precisa considerar o ser social nas suas múltiplas determinantes concretas e identificar o conteúdo político da forma de produção social da existência na sociedade capitalista.

Como proposta de teorização crítica do atual estado de coisas, prima-se por partir da centralidade do processo de luta de classe, identificando a exploração de uma classe sobre a outra, o poder de contraposição da classe explorada e a possibilidade de superação dialética dessa condição.

Influenciado por esta tradição de pensamento, é que, aparentemente *a priori*, lança-se mão, diretamente, de categorias da economia política marxiana, ou indiretamente, através de outras categorias que nela se referenciam e se explicam.

A respeito dos procedimentos da pesquisa, parte-se aqui do pressuposto que não existe neutralidade em relação aos acontecimentos políticos e econômicos em cada método, e que, sendo a objetividade do resultado uma questão sempre relativa, o materialismo histórico é a opção consciente dos parâmetros para discutir os conteúdos de classe dos processos científicos, dando ênfase, de forma pertinente, à contribuição de Karl Marx e Friedrich Engels, umbilicalmente ligada ao movimento revolucionário internacional dos trabalhadores desde o século XIX.

Destarte, considera-se cada técnica como portadora de estruturas teóricas e de concepções de mundo, e conseqüentemente, sem a possibilidade de serem totalmente neutras e assépticas em relação a qualquer aspecto ideológico e de classe. Não obstante, vale dizer que sem desprezar a importância do instrumental técnico, para a efetivação desse trabalho, a pesquisa e a sua exposição escrita foram realizadas no intento de buscar um justo equilíbrio dialético entre os aspectos científico-metodológicos fornecidos pela academia com o conteúdo

inerentemente político de uma investigação militante, tentando apreender o fenômeno proposto na sua concretude real.

Assim, a metodologia incluiu técnicas consideradas clássicas para esse tipo de abordagem, como a pesquisa de campo, a pesquisa em fontes bibliográficas e documentais, a observação total e indireta, assim como a realização de conversas com pessoas-chave, sem todavia, perder a noção de que é o recuo crítico e a análise mediada que, de fato, vai revelar a importância do conteúdo das fontes.

Relativamente à pesquisa documental e de campo, foi realizada no começo do ano de 2008, uma incursão às escolas de formação da CUT em busca dos materiais produzidos por ela ou por sua Secretaria Nacional de Formação. Estivemos em Belo Horizonte no dia 14 de janeiro desse mesmo ano com a finalidade de visitar e conhecer a estrutura de formação da Escola Sindical Sete de Outubro, localizada nesta cidade e que é vinculada à central. No dia 29 do mesmo mês, visitamos a sede da CUT Nacional em São Paulo com a mesma intenção. Nas duas ocasiões, o objetivo principal era acessar e recolher materiais referentes aos cursos e programas de formação realizados pelas Escolas e pela CUT Nacional. Em relação à essa tarefa, na Escola Sete de Outubro tivemos a colaboração do formador Rodrigo Marzano, que nos deu liberdade para recolher e/ou reproduzir publicações do acervo da CUT. Tanto em Belo Horizonte quanto em São Paulo foi possível obter um significativo número de documentos e materiais da central que nos auxiliassem no conhecimento das ações desenvolvidas por ela no que diz respeito a formação sindical. Durante a visita à Escola Sete de Outubro e à sede nacional da CUT tivemos uma conversa direcionada para o assunto a respeito da nova estratégia da PNF com o atual Secretário Nacional de Formação, José Celestino Lourenço e o antigo e experiente coordenador da mesma secretaria, Martinho da Conceição, respectivamente. Embora não tenhamos feito registro das conversas, este contato permitiu-nos reter duas informações que, embora não inéditas, serviram na fase inicial da pesquisa de campo, para orientar a coleta de documentos. A primeira é que a estratégia da PNF se insere em uma perspectiva de suposta *disputa de hegemonia* (conforme os próprios documentos relatam) e a segunda, que o conjunto de atividades da PNF é bastante complexo.

Embora tenhamos listado no projeto de qualificação do mestrado a aplicação da técnica de entrevista a pessoas-chave, não foi possível realizá-la pelos seguintes motivos: primeiro, o único contato que tivemos com as principais personagens da atual PNF cutista foi

casual e não-programado. Como ficou claro acima, o motivo das visitas aos locais indicados objetivava o recolhimento de materiais; no entanto, aproveitamos a oportunidade dada pelas circunstâncias e estabelecemos o diálogo a respeito do tema da investigação com os sujeitos da PNF. Logo em seguida ao encontro, fizemos contato via correio eletrônico (com o endereço de *e-mail* passado por eles) para possível agendamento de uma seção de perguntas formais quando da visita deles à Escola Sul em Florianópolis. No entanto, não recebemos retorno das nossas mensagens e, por isso, não conseguimos fazer as entrevistas. Essa situação posta, decidimos aprofundar na análise do material recolhido a fim de superar as possíveis lacunas de informação que a ausência de entrevistas pudesse deixar. Ao cabo da análise, percebemos que a realização das entrevistas não seria mais central para a intelecção do nosso objeto, uma vez que, as informações fornecidas pelos documentos, com a devida mediação crítica, foram suficientes.

Em segundo lugar, a dificuldade para a realização de entrevistas encontra explicação em um fato indireto (mas não menos fundamental) da realidade objetiva, centrado no cenário de escassez de apoio financeiro para pesquisas, em especial na área de humanidades. A bolsa de auxílio ao pós-graduando paga pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) quando muito, consegue atender às necessidades imediatas de sobrevivência do estudante, e por isso, ficaria materialmente inviável o nosso deslocamento pelo país em busca da conexão com as fontes orais das informações.

Por fim, ainda a respeito dos procedimentos de pesquisa, no ano em questão (2008) realizamos visitas à Escola Sul e à Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha (ETHCI) em Florianópolis, a fim de conversar com dirigentes e recolher material de pesquisa. Nessas duas Escolas de Florianópolis, tivemos a oportunidade de conversar e inquirir informações sobre a temática da nossa pesquisa com Rosana Miyashiro e Vera Gaspareto, duas importantes lideranças da formação na região sul (a primeira, membro da ETHCI e a segunda da Escola Sul) que me apresentaram as estruturas internas da formação cutista nessa cidade e nos forneceram material de análise. Em outra ocasião participei ainda do Seminário Regional “18 anos da Escola Sul: Conhecimento e Transformação” realizado no Hotel Canto da Ilha pertencente à Central, espaço importante que nos permitiu visualizar, abaixo da aparência de unidade dada pelos documentos oficiais da CUT, as disputas de tendências internas, que embora esmaecidas, ainda não acabaram. A intenção era também de participarmos do XVI

Encontro Nacional de Formação (ENAFOR), o único que ocorreria no espaço de tempo da nossa pesquisa, planejado para ocorrer em 2008, que, no entanto, fora cancelado. Nesse caso, a entrevista foi dispensada porque a conversa coloquial em associação com a observação total e indireta permitiu o saneamento das dúvidas existentes.

Exposto isso, o próximo passo é argumentar sinteticamente a respeito do conteúdo de cada capítulo, obtido por meio dos procedimentos de pesquisa listados anteriormente.

No capítulo inicial, intitulado *Trabalho e Formação*, procuramos, através de exemplos históricos, dar concretude ao fato genericamente conhecido, porém pouco estudado, da presença de atividades formativas no seio das organizações da classe trabalhadora desde longa data. A preocupação para a confecção desse capítulo iniciou na ocasião dos levantamentos bibliográficos que estávamos a fazer para a pesquisa e constatamos que a maior parte das publicações que tratavam do assunto da auto-formação proletária se limitavam a dizer que isso *era uma prática recorrente nas suas trajetórias*, mas não chegavam a exemplificar como elas existiram no tempo. Ao fazer a exemplificação sobre a maneira que se processava a auto-educação da classe trabalhadora em suas próprias instituições, visando a produção de conhecimento independente, acreditamos ter sistematizado algumas informações que se achavam fragmentadas em diversas bibliografias. Ademais, o conhecimento dessas iniciativas desde o passado do movimento operário é fundamental para completar a interpretação que se faz no presente, a fim de entender como nos países capitalistas de alta e média industrialização, a educação pública garantida pelo Estado é, em boa medida, resultado da influência das pressões dos trabalhadores organizados em torno da questão. Foi por esse motivo também que tentamos não perder de vista o caráter de resistência desse tipo de iniciativa, e também realçando sua potência revolucionária ao ser articulada com a discussão da construção da hegemonia dos subalternos.

No segundo capítulo *Surgimento e Desenvolvimento da Política Nacional de Formação da CUT* procuramos estabelecer, primeiro, com base em uma contextualização histórica, o surgimento da PNF da CUT em consonância com sua estratégia política dos anos 1980. Em segundo lugar, referenciando-nos em uma versão oficial histórica da PNF contada por uma CUT já adepta do sindicalismo propositivo e cotejando com uma pesquisa historiográfica de Tumolo (2002), e ainda, com incursões nossas à fontes primárias, buscamos apresentar a remontagem que a CUT faz de seu passado na formação sindical, a justificativa

para seu envolvimento com a formação profissional. O início das atividades de educação profissional feita nas instâncias da Central aparece assim, não como uma opção política dentre outras possíveis, mas sim como algo que já apresentava como germe no seu passado. É nessa seção da dissertação que trazemos também a discussão da evolução programática dos cursos de formação, desde o seu surgimento até a emergência da formação profissional no âmbito do FAT.

Por último, e talvez o mais importante capítulo, intitulado *A Política Nacional de Formação desde o Planfor ao PNQ: apoio à privatização da educação profissional, aparelhamento estatal e terceiro-setor,* inicia-se com uma discussão introdutória acerca dos efeitos do capitalismo neoliberal no mundo do trabalho, mostrando como o desmonte das política públicas de natureza social para a educação do Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) tiveram a participação direta da Central ao se apresentar como mais uma agência que se adaptou aos critérios necessários para realizar tal tipo de educação. Para tanto foi necessário debater o contexto de criação do Planfor e a sua forma de financiamento por meio de recursos provenientes do FAT. Apresentamos dados de recursos recebidos pela CUT e as principais atividades feitas pela PNF com esses recursos, assim como mostramos também a configuração da Rede Nacional de Formação (RNF) que se consolidou no período do Planfor. Na seqüência escrevemos a respeito da configuração da PNF durante a vigência do Governo Lula e as atividades de formação profissional em geral firmadas pelos convênios com o PNQ (Plano Nacional de Qualificação) até o momento contemporâneo, explorando ainda outras modalidades de financiamento conseguidas pela Central em fontes diversas. Por fim, fechamos o capítulo fazendo a abordagem sobre as mudanças operadas no ideário filosófico da CUT em busca de uma "autorização" no campo teórico da esquerda que justificasse a manutenção dos critérios de suas investidas em formação sindical, formação profissional e na alfabetização.

1 TRABALHO E FORMAÇÃO

Pensai como homens de ação.
Atuai como homens pensantes.
Thomas Mann

1.1 A RELAÇÃO HISTÓRICA ENTRE TRABALHADORES, SUAS ORGANIZAÇÕES E ATIVIDADES FORMATIVAS

A existência de atividades de formação e educação[2] realizadas para os trabalhadores, ao contrário do que se pode ser levado a acreditar diante da ênfase dada à questão nos últimos anos, isto é, que elas sejam uma prática iniciada apenas recentemente no mundo da produção atual, impelida pelas necessidades concorrenciais da classe empresarial, executadas e reguladas pelos governos e impostas aos trabalhadores como obrigação frente aos desafios de um flexível mercado de trabalho e do processo produtivo contemporâneo, é, de outro modo, uma prática sistemática já recorrente nos seus movimentos e organizações ao longo da sua história.

Fundamentando-se na pesquisa da trajetória dos trabalhadores do momento histórico que precedeu àquele do surgimento do proletariado moderno, podemos encontrar exemplos, como o do fenômeno situado entre o fim da idade média e o século XVIII na Europa, passando pelo período renascentista, onde as guildas, as corporações de ofício, as confrarias e demais associações de artesãos e comerciantes, eram já uma experiência de resistência da classe dos trabalhadores feudais em vias de extinção na tentativa de reivindicar a manutenção e apropriação do saber técnico artesanal do processo de trabalho, ameaçado que estava de sofrer com a desqualificação advinda da proletarização, em função da tendência crescente da especialização das tarefas vindas no bojo da implantação de manufaturas e do maquinário, que as novas relações de produção surgidas nesse interregno, baseadas na acumulação de capital, vinham impondo ao conjunto do trabalho social.

Mesmo que neste contexto a ação dos trabalhadores feudais tivesse um caráter de

2 No decorrer deste trabalho, quando quisermos nos referir as atividades sistematizadas com sentidos pedagógicos ampliados, ou seja, que vão desde a instrução crítica politizada até o ensino para as demandas imediatas do mercado de trabalho, faremos uso, sem distinção, dos termos formação, qualificação e educação. Assim, quando formos especificar algum sentido desse termo genérico, adjetivaremos o substantivo precedente. Por exemplo: formação *política*, qualificação *profissional* etc.

proteção ao monopólio do exercício de uma profissão condenada ao desaparecimento, ação considerada, em boa medida, reacionária[3] em relação ao conjunto das transformações revolucionárias colocadas em marcha pela burguesia comercial e industrial em ascensão, é inegável a importância que este tipo de associação de trabalhadores teve na formação do sindicalismo na maneira como os países industriais o conheceram a partir da fase monopolista do capitalismo[4] nos últimos séculos e, conseqüentemente, na maneira como o movimento sindical organizou (e continua organizando) suas atividades de formação/educação através de uma mais nova modelagem institucionalizada.

O valor que a organização do conhecimento sobre a produção na forma de guildas teve para a convergência das primeiras associações de trabalhadores em sindicatos pode ser mensurada ao observar o fato de que foi justamente a partir dos agrupamentos profissionais de artesãos medievais que resistiram à desmontagem do processo de fabricação de mercadorias, que surgiram no capitalismo de cariz industrial, as primeiras organizações profissionais de trabalhadores que estariam na base da origem dos sindicatos modernos.

É Leôncio Martins Rodrigues, estudioso brasileiro do tema, quem diz ao analisar esse processo que:

> Em todos os países de velha industrialização, os grupos de trabalhadores que primeiro se organizaram profissionalmente foram aqueles em que os componentes artesanais do trabalho se mantiveram no capitalismo industrial. As primeiras associações operárias foram formadas por ex-artesãos, isto é, por trabalhadores profissionalmente qualificados [...].
> [...]Abrangendo inicialmente grupos de ex-artesãos transformados em assalariados, as primeiras associações operárias se constituíram geralmente em torno de um mesmo *ofício* e não da *empresa*. Trata-se de um sindicalismo de trabalhadores "profissionais" que agrupava operários de uma mesma profissão. (RODRIGUES, 1974, p. 14-15, grifos do autor).

Como se sabe, as práticas dessa classe de trabalhadores em limitar o acesso ao conhecimento do processo produtivo de algumas mercadorias, apesar de ser uma demonstração de resistência classista e organizada à intensificação da desqualificação do trabalho na forma social do capital, não chegou a ser por isso uma restrição à consolidação e

3 Pelos seus interesses, os artesãos eram uma classe aliada, apesar de não-intencionalmente, à aristocracia da época.

4 Evidentemente que aqui a principal referência para a denominação "monopolista" para a fase do capitalismo é Lênin, quando afirma que essa é a forma típica do capitalismo a partir do fim do século XIX sob a fusão do capital finaceiro, com o capital bancário e o capital industrial. Cf. LÊNIN, Vladimir. O Imperialismo fase superior do capitalismo. In. *Obras Escolhidas*. Lisboa: Avante, 1997.

expansão do capitalismo como modo de produzir e viver, o que demonstra o reduzido alcance dessas práticas frente aos desdobramentos de questões estruturais. De fato, essas instituições profissionais de trabalhadores chegaram inclusive a ser elemento de desagregação no meio fabril, operando uma separação corporativista entre trabalhadores com e sem qualificação. No entanto, a importância histórica e modelar da existência de associações profissionais que zelavam pelo controle do saber, reside no fato de que elas exemplificaram aos trabalhadores assalariados modernos que a sua unificação podia representar um fortalecimento da sua classe frente a classe que os explorava[5], uma vez que, de forma semelhante havia ocorrido com os artesãos associados, que conseguiram, por esse método, assegurar para si remunerações mais elevadas que as dos trabalhadores assalariados e desqualificados, além de mais elevados níveis educacionais e culturais também.

Apesar do fomento que o capitalismo realizou na capacidade intelectual/cultural do trabalhador moderno se comparado com a fisiologia social no sistema feudal precedente, é certo que, em razão da sua crescente industrialização, ele pode obter mais êxito em se tornar um modo de produção superior a todos os que o antecederam, no sentido de maior desenvolvimento das forças produtivas, na medida em que conseguiu elevar a graus extremos a exploração do trabalho pouco qualificado, fazendo do ato produtivo uma atividade parcelar, especializada, prolongada quantitativamente e qualitativamente e tendo conservado, portanto, o seu caráter alienado. Mesmo considerando o aprofundamento do sistema escolar e a elevação da formação cultural geral (com presença ativa, em grande medida, dos trabalhadores nessas lutas), ainda assim se pode falar que a história do desenvolvimento do capitalismo não deixa de ser a história da necessária formação desqualificada do trabalhador, justamente por não fazer com que essa formação se desenvolva de maneira homogênea no seio social em conjunto com o que as suas condições técnicas materiais permitem. Entretanto, se a desqualificação sempre pressupõe exploração do trabalho, é realista também a afirmação de que ela nunca se deu de forma inconteste e pacífica por parte dos explorados, e que,

5 Em síntese, o sentido de exploração aqui pode ser entendido, de acordo com a teoria marxiana sobre o sistema capitalista, por exploração, na esfera da produção de mercadorias, da força de trabalho tornada ela também uma mercadoria (portanto submetida a algum regime de assalariamento), que recebe em troca do resultado da sua ação produtiva um valor menor que aquele empregado. O valor do trabalho não pago ao portador da força de trabalho, é a *mais-valia*, que por seu turno, volta à produção para gerar mais valor. A conclusão obtida por Marx é a demonstração de que a riqueza da produção capitalista é o conseqüente empobrecimento da classe que produz essa riqueza. Cf. MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 14ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1994.

portanto, vem acompanhada todas as vezes do elemento ativo da resistência e da negação, e por isso, é possível concluir que a história do capital a favor da formação desqualificada do trabalhador é também a história da luta do trabalho a favor da formação qualificada[6].

Isso é o que se verifica, conforme ocorrera no meio operário do conjunto dos países capitalistas ao longo dos últimos 150 anos. Não somente a educação técnica aplicada diretamente ao trabalho, mas de longa data, vários tipos de atividades de formação – tenham sido elas de caráter estritamente profissionais, pedagógicos ou de natureza política/crítica mais geral –, permearam a conduta dos trabalhadores e das suas organizações, e andaram de mãos dadas com as estratégias de intervenção política que cada movimento vislumbrava para determinado momento histórico, como forma de estabelecer as bases de, no mínimo, uma resistência antagonista e contra-hegemônica aos efeitos dos imperativos da produção de capital.

Mesmo que o sistema capitalista apresente limites estruturais à adoção da educação técnica e política que interesse, do ponto de vista histórico, os trabalhadores modernos, a justificativa para que essa classe trabalhadora continue utilizando da estratégia de criação, de participação e de formação desenvolvidas e praticadas em seus organismos, visando a solução de seus problemas emergenciais, é que ela só será válida se vier de forma conjunta com uma luta sindical que articule a luta econômica por interesses imediatos (explorando as contradições do sistema que tem clara limitação em implantá-las), com a luta política[7] geral, ancorada no desenvolvimento de uma superior consciência de classe, que tenha por finalidade prática a supressão da exploração capitalista e a construção de relações sociais de produção solidárias.

---

6 Evidentemente que a formação qualificada na perspectiva que se insere este trabalho diz respeito àquela modalidade de formação que leva em consideração a efetivação das múltiplas potencialidades que o Homem, entendido como ser genérico, é capaz de por em ação de acordo com as potencialidades do momento do desenvolvimento histórico em que atua. É a educação voltada ao pleno desenvolvimento das faculdades humanas (intelectuais, físicas, técnicas) e portanto, só passível de ser atingida na superação das limitações impostas pelos modo de produzir e viver assentados no trabalho compulsório que é meio de vida para o modo de produção onde o trabalho emancipado seja finalidade da existência. Nesse sentido que a libertação do trabalhador do trabalho alienado seria, concomitantemente, a libertação de toda a humanidade.

7 Mais adiante teremos a oportunidade de explorar o conteúdo da obra de Marx que é mais expressiva sobre essa questão e vinculá-la a noção de formação.

1.2 IMPORTÂNCIA E EXEMPLOS DA FORMAÇÃO NA CLASSE TRABALHADORA

1.2.1 Formação e Hegemonia de Classe

As questões referentes às práticas organizadas pela própria classe trabalhadora objetivando a elaboração e o desenvolvimento coletivo de suas atividades educativas das mais diversas ordens é, independentemente da forma histórica como tenha se manifestado, historicamente basilar ao seu movimento mundial. Conforme é sabido, em todos os momentos de sua relativamente recente trajetória e em praticamente todos os lugares do globo onde o capitalismo estabeleceu-se como modo produtivo dominante, a classe dos despossuídos dos meios de produção, criada pelo movimento de acumulação de capital, ousou se instituir para construir e/ou pelo menos ensaiar atividades com esse sentido a fim de afirmar sua autônoma identidade de classe à frente dos que lhes expropriavam.

Com efeito, é importante destacar que quando nos referimos às práticas formativas da classe trabalhadora, a aplicamos, evidentemente, com uma noção mais expansiva de modalidades educativas, mencionando aquelas desenvolvedoras tanto de certas competências direcionadas ao atendimento das necessidades técnicas da produção requerida pela fábrica capitalista, quanto aquelas de conteúdos ideológico-culturais capazes de instruir o operariado para resistência no enfrentamento cotidiano com a "pedagogia" do capital e simultaneamente também, capaz de o municiar intelectualmente para a luta política.

Conforme Manfredi (1986), autora de obras importantes do pensamento em Trabalho e Educação no Brasil, o termo *educação da classe trabalhadora* permite distinguir variados tipos de análise, mas que na sua acepção mais genérica diz respeito ao "processo de auto-educação que a própria classe se propricia" e que pode ser encontrado "na família, no trabalho, em organizações de classe (associações, partidos, sindicatos) e em movimentos sociais de natureza variada: greves, campanhas salariais, movimentos de reivindicação de direitos sociais e políticos, dentre outros" (MANFREDI 1986, p. 25).

As observações de Manfredi coadunam com os elementos que já observamos em passagens anteriores neste trabalho, isto é, de que atividades com esse sentido freqüentemente fizeram (e ainda fazem) parte da história do movimento operário/sindical internacional, sendo de fato um dos princípios constantes da sua composição.

Entretanto, além de componentes de manifestação mais espontânea e ocasional que incorporam parte dessa noção geral de educação da classe, Manfredi elenca uma categoria dentre essas atividades, formada por congressos operários, encontros, cursos, seminários e palestras, que se destacam por se realizarem sistematicamente, programados intencionalmente para garantir:

> 1) a divulgação, a socialização e a reflexão do saber acumulado através das experiências de luta pelas classes subalternas, através de sua história; 2) a apropriação de certos códigos dominantes, para que possam deles se defender, ou ainda, 3) a apropriação daqueles domínios do saber acumulados historicamente numa sociedade, e ao qual a maioria dos trabalhadores não tem acesso. (MANFREDI, 1986, p 26).

Em função dessa distinção metódica feita pela autora, podemos inferir por desdobramento interpretativo próprio, que a formação operária tem importância estratégica para o proletariado na elaboração de sua subjetividade de classe, sendo de fato *conditio sine qua non* para uma intervenção coletiva na totalidade social, que parte de uma elaboração mantenedora do conhecimento técnico produtivo, podendo chegar à construção de uma hegemonia antagônica ao modo de viver e pensar dominante, o que acaba atraindo de certa forma a atenção de governos e de empresários para a potencialidade radical sócio-transformadora dessas atividades, fazendo com que eles tentem influir de diversas formas no direcionamento do sentido do conteúdo de sua educação, derivando dessa disputa propostas nem tão pró-trabalhadores como se faz necessário à luta política histórica.

Assim, a questão da auto-educação da classe trabalhadora é tão cara ao seu movimento que diversos de seus mais notáveis intelectuais orgânicos não a dissociaram na sua interpretação da sociedade, da luta geral pelo fim da exploração capitalista e da emancipação do trabalho. Para nos determos apenas a dois exemplos significativos da importância desse tema na teoria revolucionária, citaremos referências explícitas de Marx e Gramsci a esse respeito.

É deveras conhecida a passagem de Marx, que já em 1868, numa época em que era excessivo o uso da força de trabalho não-adulta nas fábricas, em texto escrito para o conselho central provisório da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), fornecendo instruções de como a classe deveria reagir mais imediatamente a respeito da necessidade do emprego pelo capital desse trabalho infantil, dizia que “o setor mais culto da classe operária

compreende que o futuro de sua classe e, portanto, da humanidade, depende da formação da classe operária que há de vir", e sugeria alternativas de médio e longo prazo visando a transformação geral que, para tanto, na impossibilidade de não se atingir a completa proibição do emprego da força de trabalho infantil e juvenil, o aconselhável seria lutar para combinar o trabalho produtivo com a educação, mas desde que o sentido de educação significasse educação intelectual, corporal e tecnológica, onde essa junção, segundo o pensador, elevaria "a classe operária acima dos níveis das classes burguesa e aristocrática" (MARX e ENGELS, 1983, p. 60).

Em outro trecho do seu também célebre documento, *Crítica do Programa de Gotha,* de 1875*,* onde, a partir da concepção do socialismo científico, analisa criticamente o plano político geral exposto do Partido Operário Alemão, é particularmente notável para nosso propósito as suas assertivas e preocupações acerca da educação da classe trabalhadora no tema *educação popular*, levantado pelo partido. Conquanto no programa de Gotha conste a defesa da "*educação popular* geral e *igual* a cargo do Estado", para Marx essa proposta é, segundo ele mesmo escreve do próprio punho, "completamente inadmissível", pois, coerente com seu ponto de vista sobre a natureza do Estado, isto é, aceitando-o como emergente das relações sociais de produção, ele se posiciona de maneira radicalmente contrária à influência dessa instituição sobre o ensino escolar. Já ciente das limitações do Estado em conduzir os processo de libertação social proletária e também das ilusões que parte da classe trabalhadora mantinha nessa instituição, é fazendo uso da ironia que lhe é característica como recurso estilístico sinteticamente conclusivo que ele afirma que "é o Estado quem necessita de receber do povo uma educação muito severa" (IBID., p. 91-92), o que nos permite entender que sua posição sobre o tema aponta para o encaminhamento da auto-construção da classe trabalhadora de seus próprios mecanismos de educação e de formação para enfrentar e contrapor hegemonia aos aparelhos de dominação opositores.

Não se pode esquecer que a formação dos Estados modernos europeus no século em que Marx escrevia tinha uma composição de força política e dependência infra-estrutural relativamente diferenciada da forma como os países capitalistas centrais e demais industrializados passaram a conhecer a partir de meados do século XX. Se em último caso, os seus compromissos de classe ainda são permanentemente cumpridos, é verdade que, inclusive muito em razão da força dos movimentos sociais e em grande medida do movimento operário,

ele se tornou um tanto quanto sensível, permeável a algumas demandas populares. Assim, o que se deve reter da formulação marxiana exclusivamente a esse respeito é justamente a importância da ação direta dos trabalhadores, sem mediadores políticos de outra classe, interessada num sistema de educação com formação universalista e não voltada a mera procura da realização da troca da força de trabalho no mercado.

Ainda sobre a necessidade de formação independente para trabalhadores, na esteira da tradição legada por Marx e Engels no século XX, podemos essencialmente lançar mão, como outro exemplo, do pensamento de Antonio Gramsci, importante político e filósofo da classe operária européia das primeiras décadas desse período, que dentre o rol de marxistas, talvez tenha sido o que mais se debruçou sobre a questão estrita da formação operária. Para além das suas formulações de aplicação concreta para realidade que vivenciou, o que nos chama atenção em sua argumentação são as definições filosóficas gerais da questão, de validade fundamental enquanto ainda existir o duelo capital *versus* trabalho. Destarte, ao afirmar que todos os homens são "filósofos" por que são capazes de, desde uma mais simples manifestação intelectual, elaborar sua concepção de mundo, ele dá um salto de qualidade em relação ao ideário político-filosófico dominante na interpretação sobre as potencialidades dos homens objetivamente inseridos numa realidade social ao refletir que, para todos, há a possibilidade de poder compartilhar tanto de uma determinada visão de mundo externa, isto é, "imposta mecanicamente" pelo grupo no qual se está tradicional, imediatamente inseridos, ou então "elaborar a própria concepção de mundo de uma maneira consciente e crítica", participando da produção da história do mundo, sendo o guia de si mesmo (GRAMSCI, 1999, p. 93-94).

É evidente que o pensador socialista vislumbra o proletariado moderno (este entendido não como uma classe social abstrata, não-relacional, monolítica e de essência genérica, mas ao contrário, compreendida na suas mais diversas expressões particulares, localizadas histórica e realisticamente em referência à classe que lhe faz oposição na diversas manifestações de relações sociais de produção), como o grupo social que mais deve se interessar em construir essa concepção de mundo crítica e independente. Por sua vez, o que ele chama de a "filosofia própria da classe" pode ser entendido num sentido oposto ao daquela que é criticado por Marx nas *Teses sobre Feuerbach* (MARX e ENGELS, 2007), especialmente a Tese XI, de 1845, e portanto, num sentido análogo ao defendido pelo

pensador alemão. Nas *Teses*, Marx dialoga com os homens de seu tempo e se posiciona a favor de uma concepção de filosofia conjugada com ação política, tendo vistas a superação transformadora do estado de coisas, mas, simultaneamente, não deixa de fornecer antecipadamente à Gramsci (e ao pensamento socialista mundial) a crítica a toda filosofia imediatista que é mera contemplação analítica da realidade. Assim, pode ser traçada uma linha contínua no pensamento dos dois revolucionários ao associar que a filosofia da classe trabalhadora deve ser aquela que é elaborada autonomamente em relação à dominação cultural exercida pela burguesia – dominação advinda do seu poder econômico – na direção de uma efetivação da prática omnilateral humana.

É nessa perspectiva que alguns dos intérpretes gramscianos, aqui notadamente Manacorda (1990), que ao tratar especificamente da temática educativa dentro de uma análise cronobiobibliográfica de Gramsci, conclui que as primeiras percepções do autor, datadas de entre 1916 e 1918, escritos, portanto, da sua fase juvenil, acerca dos aspectos da educação do trabalhador, já constam de uma crítica da escola burguesa e do reformismo socialista. Para Manacorda, nesse período em que toma contato com a classe operária de Turim e passa a ser destacado dirigente socialista, Gramsci já havia elaborado suas concepções sobre a temática educativa que levaria para a vida toda. Nessas concepções, o pensador entende que a cultura para o proletariado deve se pautar sempre pela busca de uma relação educativa que o livre da dependência dos intelectuais burgueses; essa noção de cultura é mais do que a mera "organização subjetiva do próprio eu interno", mas inclui também a "organização objetiva, externa, dos instrumentos que servem para a sua difusão" (MANACORDA, 1990, p. 23). Dizendo isso, Manacorda enfatiza que as declarações de Gramsci nesse período sobre educação são, para além de idealistas (como uma "pedagogização" da sua teoria poderia supor dado o aparente apelo incisivo à forma cultural) ou aristocráticas, um chamado à autonomia cultural do proletariado em relação à burguesia. "A educação, a cultura, a organização do saber e da experiência, é a independência das massas em relação aos intelectuais... é a luta contra o despotismo dos intelectuais de carreira" (GRAMSCI, apud MANACORDA, 1990, p. 25).

Não nos interessa aqui, para efeito da análise, desfiar toda a discussão a respeito das posições assumidas por marxistas de diversas montas sobre educação e sistema escolar. Entrar nessa polêmica tenderia a levar-nos "ao infinito" na pesquisa e não sanaria os problemas nos

limites que esta seção deste trabalho se pretende, no entanto, retornaremos a ela oportunamente quando se fizer necessário. Mas, ainda apontando nessa direção, não custa dizer que, se é sabido que dentre as matrizes da teoria marxista, Gramsci talvez seja o que mais tenha se debruçado especificamente sobre o fenômeno escolar e, conseqüentemente, sistematizado em forma escrita a esse respeito, é bem verdade que só o fez sempre na perspectiva de articular a necessidade da revolução socialista no contexto das mudanças superestruturais engendradas no capitalismo central do início do século XX. Neste ínterim que as discussões levantadas por ele de forma detida sobre a educação escolar formal se inserem na forma ampliada da necessidade de construção da hegemonia dos grupos sociais subalternos. Assim, no nosso modo de ver, a discussão sobre escola politécnica do trabalho, sobre a escola única e demais debates similares sobre sistemas educacionais e escolares, por deveras revisitado pela literatura socialista no Brasil e no mundo ao longo dos anos, só nos interessam aqui, apesar de sua reconhecida importância, na medida em que forem representativos e expressivos daquilo que Gramsci chama de "grau de homogeneidade, de auto-consciência e de organização, alcançado pelos vários grupos sociais"(GRAMSCI, 1989, p. 49), notadamente os da classe trabalhadora nas suas manifestações gerais e também quando se considerada suas frações de classe.

Queremos dizer com isso que as práticas formativas geradas no seio da classe trabalhadora visando a construção de uma auto-determinada concepção de mundo "consciente e crítica" em relação ao ideário hegemônico ocorrem, de acordo com Gramsci ao fazer reflexões sobre análises de conjuntura e de estrutura, segundo momentos ou graus na relação de forças políticas de uma situação[8]. É importante insistir em explicitar esse juízo para evitar cair no erro teórico de considerar toda manifestação auto-formativa da classe trabalhadora como portadora do elemento revolucionário socialista, sendo na verdade o oposto, ou seja, a maioria dos exemplos das experiências formativas de trabalhadores têm mais caráter de resistência do que de potência transformadora. Gramsci, prudentemente, afirma que para uma análise correta do embate de forças políticas, devem ser considerados os elementos da: 1) "estrutura objetiva", que é o grau de desenvolvimento das forças materiais de produção que servem de sustentáculo para os grupos sociais e suas posições determinadas nessa produção e

8 Cf. Gramsci, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. 7ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989, p. 49-51.

2) da relação de forças políticas, que é o "grau de homogeneidade, de auto-consciência e de organização, alcançado pelos vários grupos sociais". Segundo o pensador italiano, esse momento se diferencia historicamente[9] em diversas formas, tais como: **i)** o "econômico-corporativo", que se dá quando há certa unidade no interior de um grupo social (ou fração de classe), porém, ainda não existindo identidade com um grupo social mais amplo. Esse momento da organização política é o que poderíamos interpretar como sendo o de quando trabalhadores na sua individualidade formam uma consciência imediata, ocasional e desagregada a partir das contradições emergentes das mesmas condições de vida e trabalho em conjunto com seus pares próximos, e se põe a organizarem-se visando a satisfação de seus interesses materiais mais espontâneos (diretamente econômicos), porém sem ampliar a sua crítica e sua atuação para questões estruturais da totalidade social. Este momento, ainda segundo Gramsci, fornece a base para: **ii)** "consciência da solidariedade de interesses do grupo social" que por sua vez, apesar de se propor a resolver questões mais amplas, como em relação ao Estado ou à igualdade político-jurídica com grupos dominantes, ainda se limita à reformas dentro dos quadros fundamentais da ordem (talvez nesse momento, se localize a maior parte das contemporâneas experiências educacionais dos trabalhadores). O momento **iii)** é o da "consciência de que os próprios interesses corporativos, no seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados" (GRAMSCI, 1989, p. 50). É o momento mais interessante e fecundo para a organização dos trabalhadores, pois é quando, cientes das limitações da sociabilidade burguesa, passam a tentar fazer do seu ponto de vista, o ponto de vista dos subalternos, é o momento da disputa aberta de hegemonia.

É nesse contexto de graus na relação de força que se pode dizer que, no fundamental, a independência dos trabalhadores enquanto classe social, na efetivação de sua própria formação cultural no intento de criticar o discurso hegemônico faz mais sentido se, também como prática, buscar destruir as condições objetivas que tornam possível a existência de tais discursos. A citação a seguir diz com precisão o que queremos destacar do assunto:

9 Antes, porém, é bom lembrar, que esse momentos, não são imediatamente seqüenciais e progressivos, mas do contrário, se dão de forma dialética e, segundo o próprio autor assinala, "se confundem reciprocamente, por assim dizer horizontal e verticalmente, segundo as atividades econômicas sociais (horizontais) e segundo os territórios (verticais), combinando-se e dividindo-se alternadamente" conforme GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. 7ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989, p. 50.

> A questão central da política é o nexo entre capacidade de construção de uma visão de mundo (*Weltanschauung*) e realização da hegemonia. A capacidade que uma classe (subalterna ou dominante) tenha de construir sua hegemonia, decorre da sua possibilidade de elaborar sua própria visão de mundo, autônoma. Essa centralidade não é um *a priori* lógico, um "efeito da estrutura", mas a "síntese de múltiplas determinações", determinante no exercício da hegemonia. Diferenciar-se, contrapor-se como visão de mundo às classes antagônicas, afirmar-se como projeto para si e para a sociedade, ser direção das outras classes subalternas e dominadas na construção de uma nova forma civilizatória. A capacidade de estruturar o campo de lutas a partir do qual seja possível determinar suas frentes de intervenção e articular suas alianças é fundamental. O embate hegemônico é então o instrumento da incorporação ou não de uma classe no projeto de outra. A autonomia – o pensar-se como classe distinta, portadora de projetos diferenciados – é sinônimo de construção da liberdade (DIAS, 2006, p. 62).

Se é verdade, afinal, que "toda relação de 'hegemonia' é necessariamente uma relação pedagógica" (GRAMSCI apud DIAS, 2006, p. 65), é a partir dessa relação (hegemonia dominante *versus* hegemonia subalterna) que passa a existir o terreno fértil para a construção da identidade dos trabalhadores. Do contrário, as classes subalternas, não estando em condição de estruturarem-se autonomamente, isto é, não construindo seu próprio saber e prática em permanente luta contra a racionalidade dominante, estará sempre sujeita aos limites do campo econômico-corporativo, e portanto, incapaz de arquitetar a saída da dominância, que apesar de material é também ideológica, e portanto, de criar sua própria hegemonia (DIAS, 2006).

1.2.2 A Presença da Formação na História Recente dos Trabalhadores

É importante ter essa discussão sobre a necessidade de formação/visão de mundo autônoma de classe/hegemonia em mente se o que se pretende, como no caso deste trabalho, é analisar, criticar e explicar o percurso ideológico-político que organizações da classe trabalhadora (especialmente a brasileira) optou e tem optado historicamente, com a finalidade de contribuir, pelo menos dentro da sua capacidade, com o seu desenvolvimento ulterior e suas prováveis lutas futuras, pois afinal, a constituição do saber e da subjetividade da classe trabalhadora é importante para que ela compreenda a totalidade como uma concepção epistemológica central, e possa, a partir disso, realizar a intervenção exata na realidade social.

Como não poderia deixar de ser, essa estruturação da classe trabalhadora de forma ideologicamente autônoma só ganha concretude na história a partir das experiências reais que ela mesmo logra empreender no terreno da práxis social. É a partir dessa objetividade que é possível comparar as diversas práticas no tempo e no espaço e mensurar as suas potencialidades, seus erros e seus acertos táticos na construção de uma hegemonia ideológica e política proletária. Assim, se na trajetória de organização de atividades formativas classistas não há nenhuma tendência de crescimento progressivo com rumo inexorável ao socialismo, de outro modo, o que ocorre freqüentemente são manifestações difusas, com momentos variáveis de organicidade, com muitos avanços e recuos do ponto de vista político e com alguma dificuldade de dar perenidade a elas. É certo, entretanto, que a importância de lembrar essas iniciativas pretéritas de formação se assenta no fato de que elas cumprem um papel de fornecer à memória coletiva dos trabalhadores o *exemplo moral* que necessitam para o desenvolvimento de uma auto-confiança de classe, capaz de transformar em ação o processo de determinação da história de que são sujeitos, pois como é sabido, sempre condicionados pelas lições e experiências legadas e aprendidas por gerações passadas, são os próprios homens os artífices de seu destino.

Dessa forma, temos de forma objetiva, que é a partir da herança política de associação em guildas transmitida moralmente pelos artesãos medievais que o proletariado urbano moderno passa a dar início na Europa, desde o fim do século XVIII, suas atividades educativas mais sistematizadas, de forma especial na Inglaterra e França. Segundo Paranhos (2005), que pesquisou a fundo sobre a história da formação cultural-política operária, já a partir de 1798 existiam no velho continente, escolas exclusivas para trabalhadores adultos que instruiam tanto para o aprendizado básico – como saber ler e escrever – quanto para o exercício específico da profissão. A partir de meados do século XIX, a autora diz que os movimentos de educação proletária se dividiram basicamente em duas correntes, a saber, uma de influxo socialista, que se dedicava à educação do povo, e que acabou desembocando no início do século XX no movimento das 'universitès populaires' (universidades populares) que, distribuídas nos subúrbios e em províncias de Paris, promoveu uma maior aproximação entre estudantes e operários, e a segunda, feita por sindicatos e governos, mais centrada na formação de adultos e na promoção profissional.

É bastante expressivo ainda, para a reconstrução da trajetória da educação proletária, a

fundação em 1899, do Ruskin College[10], na Universidade de Oxford, Inglaterra, isso porque ele buscava desenvolver a educação de trabalhadores adultos por meio de uma visão democrática de cultura e promotora da igualdade social, muito embora não tivesse o socialismo como ponto de largada ou horizonte de chegada. Paranhos argumenta que é de uma dissidência de "marxianos" dessa escola que se iniciou em Londres, durante a primeira década do século XX, uma importante experiência de formação, que partindo da Central Labour College e das Plebs League[11], se estendeu para outras áreas industriais uma tentativa de educação que visava, sobretudo, fornecer uma instrução socialista/marxista (e portanto de conteúdo explicitamente político) para os operários (PARANHOS, 2005).

Já na França, a autora, ao ordenar a sua exposição de maneira cronológica, diz que, desde 1865 até a década de 40 do século XX, já haviam cursos noturnos para operários, amparados numa legislação que obrigava jovens a receber nas empresas formação técnica profissional, além de escolas de aperfeiçoamento em administração de empresas, institutos para a promoção da formação de adultos, Colégios de Trabalho e Escolas Normais Operárias organizadas pelo governo ou pelos próprios trabalhadores, com intento de realizar a promoção social do proletariado por intermédio da promoção social, profissional e sindical (IBID, 2005).

Em seu artigo, Paranhos (2005) sustenta com exemplos ocorridos na história do movimento sindical europeu a tese de que as lutas operárias por formação permanente e por cultura não se dissociam das lutas econômicas e políticas. Ainda na intenção de listar outras experiências formativas para corroborar o que afirma, destacamos de seu texto o caso de trabalhadores na Alemanha e Áustria, que desde 1860 reuniam-se em clubes culturais de

10 Segundo definição do site da própria entidade, "ele foi fundado em 1899, num momento de efervescência na política e nas idéias educacionais, destinado a proporcionar padrão universitário de educação para a classe trabalhadora, para que as pessoas pudessem agir de forma mais eficaz, em nome da classe trabalhadora, em comunidades e organizações – sindicatos, partidos políticos, sociedades cooperativas, institutos e assim por diante. Nossos fundadores compreenderam que a educação é poder. Continuamos profundamente comprometidos com a crença de que a educação pode transformar vidas individuais e sociedades" (Tradução minha). Mais informações podem ser obtidas em: http://www.ruskin.ac.uk. Acesso em: 03 dez. de 2008.

11 A Plebs League e o Central Labour College foram fundados em 1908 e 1909, respectivamente, como resultado de uma greve contra demissões no Ruskin College. Por sua vez, o Central Labour College era sustentado por dois principais sindicatos, que eram o National Union of Railwaymen (sindicato nacional dos ferroviários) e a Federação de Mineiros de South Wales (Gales do Sul). Em 1911 este colégio transferiu-se para Londres, mas fechou as portas em 1929 (tradução minha). Estas Informações foram obtidas no sítio da universidade inglesa War Wick, no endereço: http://www.warwick.ac.uk/services/library/mrc/ead/241col.htm. Acesso: 03 dez. 2008.

classe com fins de propiciarem a si mesmos formação política, ideológica, educacional e cultural. Especificamente na Alemanha, de fins do século XIX e início do século XX, frisa Paranhos que o importante Partido Social Democrata Alemão servia como fermentador de "um vasto número de experiências culturais entre os trabalhadores, desde formas muito estruturadas até os indispensáveis programas difusores de saberes científicos, arte, conhecimentos literários e ilustração política" (PARANHOS, 2005, p. 271), da mesma forma como também foi responsável por organizar sua primeira escola, tendo como professores importantes figuras do marxismo de todos os tempos, tais como Rosa Luxemburgo e August Bebel.

Paranhos (2005) ainda relata que as centrais sindicais francesas – CGT (Confédération Générale du Travail) e CFTC (Confédération Française des Travailleurs Chrétiens) já a partir de 1919, se preocupavam com questões referentes à formação, e chegavam inclusive a fundar escolas normais para trabalhadores visando, para além do ensino técnico, a formação militante.

Como pode-se perceber, a preocupação dos organismos do proletariado com a sua própria educação, seja ela voltada para o atendimento de demandas específicas do trabalho no cotidiano ou como elemento estratégico na busca política pela superação do modo de produção capitalista com emancipação classista, protegida da ingerência de governos e patrões na determinação dos seus conteúdos, tem sido uma freqüência ao longo de sua caminhada há mais de um século, e não apenas exigências colocadas pelo esgotamento mundial de um determinado padrão produtivo no mercado de trabalho contemporâneo. Nesse sentido, dado o grau de significância do seu movimento no sindicalismo europeu do século XIX e nos demais países industrializados até meados do século seguinte, cabe destacar também, dentre estas iniciativas históricas, o papel proeminente do movimento sindical de corte anarquista na elaboração e desenvolvimento das práticas formativas no meio trabalhista.

Organizando-se pelo princípio da negação de qualquer autoridade como condição para a transformação social pretendida, a importância concedida pelo libertários à propaganda como instrumento de educação política autônoma tinha apreço central nesse veio do movimento operário. A esse respeito, por exemplo, Bihr, denominando o anarco-sindicalismo de *sindicalismo revolucionário,* afirma que:

> [..] o sindicalismo revolucionário não parava de enfatizar a *importância da*

> *educação do proletariado*. Além do esforço de formação política e geral levada às organizações e instituições do proletariado, na realidade, toda a ação deste último, segundo o sindicalismo revolucionário, devia ser sempre concebida e conduzida de tal forma que tivesse também, além de seu próprio objetivo, uma extensão pedagógica mais geral, ensinando especialmente aos trabalhadores a só contarem consigo. A auto-atividade do proletariado que exprime o princípio da ação direta implicava também, para eles, sua auto-educação por meio de sua própria ação: era nela e por ela que o proletariado devia não só tomar consciência de sua capacidade política, mas ainda aprender a dela se tornar mestre e dela se servir com eficácia (BIHR, 1999, p. 30, grifos no original).

É particularmente notável a marcante presença do anarco-sindicalismo nas primeiras experiências de organização da incipiente classe operária brasileira, no início do último centenário e também na efetivação das primeiras práticas formativas do movimento sindical nacional. Como se sabe pela historiografia do movimento sindical no Brasil, a partir da presença dos imigrantes europeus que aqui aportaram a partir do limiar do século XIX, para trabalharem nos nascentes núcleos industriais, foi que o anarquismo (graças à sua tradição de se importar com a instrução para o processo de transformação radical da sociedade), iniciou a história de atividades educacionais sistematizadas no interior da classe operária brasileira.

De acordo com Paranhos (2005), o projeto dos libertários nesse período girava em torno de três dimensões interdependentes: a educação político-sindical, que se efetivava sob a forma de engajamento em movimentos e lutas e também propagandeando os ideais libertários em sindicatos, congresso e centros de estudo; a educação escolar, que visava a criação de escolas para filhos de trabalhadores, educando-os de forma livre, laica e racional; e por sua vez, as práticas culturais de massa, que se resumiam a levar a efeito encenações teatrais, festivais de música e poesia, além de piqueniques em bairros operários.

É importante notar que, sendo a corrente anarquista a predominante no movimento operário brasileiro até aproximadamente metade da década de 1920, coube a ela portanto, a maior atribuição de realização das atividades formativas dentre toda a classe trabalhadora nacional. Assim, conforme faz saber os trabalhos por nós levantados sobre a temática, e aqui em especial os de Manfredi e Bastos (1997), Souza (2006a), Paranhos (2005) e Souza, Santana e Deluiz (1999), do início do século ao período do Estado Novo no Brasil, a maior parte das iniciativas operárias na questão da formação se resumiam a cursos profissionalizantes e de curta duração, porém, organizados de maneira independente e com

um projeto de sociedade bem delineado, refletido nos conteúdos com preocupações de natureza política-ideológica. Com o advento da Revolução de 30, e posteriormente, do Estado Novo e, na seqüência, com a imposição do sindicalismo oficial erguido sob uma estrutura burocrática, coroado pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – de 1943[12], praticamente se extinguem as experiências educacionais auto-determinadas para dar lugar às práticas requeridas pelo Ministério do Trabalho, aplicadas com recursos provenientes do imposto sindical, tornando os sindicatos em verdadeiras organizações auxiliares do Estado na realização de políticas educacionais governistas.

Apesar das atividades de formação sindical/operária desse período terem sido colocadas em prática pelos trabalhadores em suas próprias instituições, não mais cabia à eles a definição coletiva independente de seus conteúdos, o que por fim, converteu essas instituições, condicionadas pelas obrigações postas pelo repasse das verbas do imposto sindical (e pela contrapartida assistencialista que tinham que dar em função deste), em gestoras das necessidades de desenvolvimento do modelo econômico da ditadura varguista, qual seja nesse caso específico, a disciplinarização da classe trabalhadora para as demandas requeridas pelo nascente modelo de industrialização adotado[13]. Assim é que as atividades realizadas no interior dos sindicatos nessa época não se distiguiam das ações governistas, e dessa forma, se resumiam a organizar e construir escolas de educação com nível básico e técnico, supletivos de alfabetização e cursos profissionalizantes. É muito pouco provável que no interior do sindicalismo de Estado fossem trabalhadas questões da formação operária com conteúdos que articulassem o saber básico requerido pela produção com a formação política

12 É bem verdade que o sindicalismo oficial com vistas à cooptação do movimento operário brasileiro para o projeto burguês nacional-desenvolvimentista não se resume à criação da CLT em 43, mas, de outro modo, a sua criação representou a síntese das ações do governo Vargas nesta direção. Das obras varquistas que concorreram para a contenção da radicalidade da classe trabalhadora podem ser consideradas: a criação do Ministério do Trabalho em 1930 com uma política específica para a questão sindical, a Lei de Sindicalização de 1931 que, dentre outras regulamentações, objetivava subordinar as finanças dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho, além de ter definido que essas entidades seriam colaboradoras do Estado e ter proibido atividades políticas dentro dos sindicatos e de 1939 a legislação que criava o imposto sindical e o decreto-lei nº1.402 que instituia o enquadramento sindical, isto é, a necessidade de reconhecimento de uma entidade sindical pelo Ministério do Trabalho. Mais informações a esse respeito podem ser obtidas em: ANTUNES, Ricardo. *O que é Sindicalismo?*. São Paulo, Brasiliense, 2003, (Coleção Primeiros Passos, 3).

13 Com uma vida útil que se estendeu para além do contexto em que foi criada, a estrutura sindical brasileira continuou e continua interferindo de maneira geral na organização da classe trabalhadora ao longo das últimas décadas e de maneira específica no jeito que essas instituições, inclusive as combativas, operaram e ainda operam as sua questões referentes à formação. Nesse ínterim, não pode-se perder de vista a complexidade dessa relação para o correto entendimento das práticas educacionais realizadas pelos sindicatos no Brasil contemporaneamente, como pretendemos fazer neste trabalho.

com sentido de discutir criticamente e fermentar uma consciência de classe revolucionária, visando a formação integral do trabalhador, uma vez que este modelo sindical impedia, combatia e não combinava com a liberdade de organização política requerida para esse fim. Se houve algumas iniciativas de *formação para a luta* no interior desse sindicalismo, e aqui podemos conjecturar com base num relativo conhecimento da história do período, é provável que tenham sido duramente reprimidas pelo Estado autoritário até se tornarem insignificantes, ou realizadas na clandestinidade.

Todavia, na cena política seguinte, isto é, aquela que se deu a partir do fim do Estado Novo até o golpe civil-militar em 64, com a predominância política-ideológica do Partido Comunista no meio operário nesse período, ressurgindo da ilegalidade posta pelo estadonovismo, é importante deixar registrado para a memória das iniciativas educacionais de trabalhadores, o desenvolvimento paralelo ao sindicalismo estatal, das funções de formação político-partidária de quadros realizado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e suas organizações satélites ao longo dos seus anos de legalidade antes da ditadura. Paranhos (2005) nos diz que o PCB pôs em prática a primeira experiência de educação política realizada por um partido no Brasil de grande alcance. Segundo a autora, o partido organizou cursos e escolas diferenciadas para a formação dos seus militantes dentro do marxismo-leninismo, além de comitês de base que atuavam nos bairros, nas fábricas e nos sindicatos fomentando as políticas culturais do partido com experiências pedagógicas mais diversificadas do que previa a cartilha soviética.

Ademais, em relação à história das práticas de formação dos trabalhadores brasileiros durante esse período da história brasileira, podemos dizer, em síntese, que:

> De modo geral, entre as décadas de 1930 e 1960 podem-se agrupar em três tipos as práticas de formação sindical: as práticas avalizadas e incentivadas pelo Ministério do Trabalho; as práticas educativas dos próprios sindicatos e as de diferentes instituições – como partidos e organizações de esquerda, os chamados Centros de Educação Popular, as agências articuladas às classes dominantes, além da atuação da Igreja Católica e da Frente Nacional do Trabalho (FNT) (PARANHOS, 2005, p. 279).

Silvia Manfredi, maior pesquisadora brasileira na temática das experiências educativas da classe trabalhadora brasileira, vai dividir, em texto de 1986, da seguinte maneira as formas de agenciamento dessas práticas até 1964.

1) entidades externas ao movimento sindical, se dividindo em quatro maneiras, **i)** as *patronais*, como SENAC, SENAI, Associações Comerciais e Industriais; **ii)** as *governamentais* como Ministério do Trabalho, Delegacias do Trabalho, INPS, INCRA etc; **iii)** as *educacionais*, de modo as universidades, institutos e as **iiii)** *entidades internacionais,* tais como IADESIL e AFL-CIO.
2) entidades do movimento sindical, porém extra-oficiais, de inspirações conservadora, reformista ou revolucionária, como da Igreja Católica, do IPES/IBAD[14] e de partidos políticos, como PTB, PC e PC do B. Destacam-se também aqui, apesar da participação indireta no sindicalismo, as iniciativas partidas dos CPC's da UNE (MANFREDI, 1986, p. 299-300).

Após 1964, muitas dessas maneiras de realizar a formação se desagregam em função da repressão colocada em prática pelos militares. Boa parte das iniciativas com posições críticas ao regime acabam ou passam a ser realizadas na clandestinidade, e outras, em função das possibilidades da estrutura sindical, se convertem em prestação assistencial de serviço educativos.

A ditadura militar foi um custoso golpe contra as experiências democráticas de educação proletária que gestavam no sindicalismo entre os anos 50 e 60. De maneira alguma pode-se alegar que os trabalhadores deixaram de realizar sua própria formação após a manobra política do bloco burguês-militar conservador. O que de fato ocorreu nesse período verde-oliva da história do Brasil foi o recuo constrangido das forças progressistas na formação, colocando-as na latência até o período seguinte de recrudescimento da luta de classes no país, e o conseqüente fortalecimento de empreendimentos educativos, que apesar de contar com a colaboração de trabalhadores, foram colocados em ação pelas diretorias

14 O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais foi uma organização civil não governamental criada em 1952, mas que ganhou mesmo relevância nos anos 60, bem financiado por governos estaduais, empresas nacionais e multinacionais, que, articulando adversários do governo de João Goulart, militares conservadores e reacionários, setores tradicionalistas da Igreja, classe média urbana e latifundiários serviu como pólo difusor da visão de mundo dos golpistas e anti-comunistas. O IPES financiou cursos, seminários, palestras, produziu documentários, livros e diversos informativos direcionados à classe média baixa com o propósito de ganhar "corações e mentes" para a causa anti-comunista. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), considerado irmão gêmeo do IPES, surgiu em 59 apoiado também por empresários nacionais e estrangeiros. Atuou fortemente em 62 financiando antijanguistas nas eleições para os legislativos e governos. Ambos foram, numa análise gramsciana, aparelhos privados de hegemonia, que ancorados num macartismo para a América Latina em associação com doutrina da Escola Superior de Guerra, prepararam o terreno para o golpe de Estado. Informações obtidas em: COLEÇÃO CAROS AMIGOS. A ditadura militar no Brasil: a história em cima dos fatos. Fascículo 2. São Paulo, Caros Amigos Editora, 2007.

sindicais escaladas pelo governo. É a partir do fim dos anos 70, e praticamente durante toda a década de 80 que a reorganização do movimento operário brasileiro também vai refletir em inovadoras contribuições para as inciativas de formação de trabalhadores, lançando as bases de estruturas educativas que serão as mais complexas e as que terão a vida mais longa já registrada na história do sindicalismo brasileiro, como a estrutura de formação da Central Única dos Trabalhadores.

Em grande medida impulsionada pela luta contra a ditadura, a prática formativa da CUT no período inicial de sua constituição era balizada por um conteúdo teórico crítico de viés marxista, objetivando contribuir no processo de formação da consciência revolucionária da massa dos trabalhadores, mas também das novas direções sindicais. Ainda que existissem na maior parte dos sindicatos e instituições trabalhistas dos anos 1980, práticas de auto-formação operária de natureza profissional – legado deixado pelo assistencialismo sindical da estrutura oficial –, é sem dúvida o fato mais notável dentre todos os que dizem respeito ao experimento na seara educacional de trabalhadores aquele praticado pela central sindical nascente.

Contudo, em fins da década de 1980 e início da próxima, com a entrada de um novo padrão produtivo no setor industrial, principalmente, trazendo novas técnicas gerenciais da força de trabalho, tecnologias de produção em base micro-eletrônica e computacional, com seus conseqüentes efeitos sociais, como por exemplo, retração do emprego formal e desemprego em massa, a formação profissional ganha força e começa a se tornar uma pauta prioritária entre as entidades responsáveis pela educação de trabalhadores no país.

Por conta disso, alguns sindicatos de maior porte e centrais sindicais sem tradição de combatividade iniciam ou enfatizam (por conta própria ou em parceria com governos e/ou entidades patronais) práticas de qualificação profissional.

Nos capítulos seguintes, discutiremos com mais detalhes o processo de surgimento das experiências de formação efetivadas pela CUT nesse contexto e o seu posterior desenvolvimento. Todavia, é importante que se diga que a presente seção deste trabalho foi escrita considerando as experiências educativas organizadas pela própria classe trabalhadora ao longo dos anos, como manifestações de resistência aos imperativos da produção de mais-valor, fazendo coro com uma noção de historiografia que leva em conta a participação ativa dos subalternos na construção de suas trajetórias, e não apenas como receptores meramente

passivos de propostas irradiadas de sujeitos como o Estado ou as classes dominantes. É por isso que mereceu ser registrado aqui, as iniciativas que partiram de trabalhadores mesmo quando não tiveram conscientemente um caráter determinado de transformação radical social, pois como atividade coletiva, a organização inicial de natureza autônoma de trabalhadores visando sua própria educação (seja ela propedêutica, profissional ou política) já oferece a possibilidade de se forjar uma "consciência da solidariedade de interesses do grupo social", que por sua vez é pré-requisito para a emergência de uma consciência de classe revolucionária contra o capitalismo.

De agora em diante, mesmo respeitando o caráter de iniciativa popular de boa parte das atividades de educação de trabalhadores levadas a efeito pela CUT, nos preocuparemos, entretanto, com as opções políticas realizadas por ela no conjunto de alternativas que estavam a sua disposição no contexto de tais práticas, pois uma pesquisa crítica como a que aqui se pretende a uma organização importante à luta dos trabalhadores, só faz sentido na medida em que é praticada com vistas a auxiliar na resolução das problemáticas que colocaram o conjunto do movimento sindical em situação de crise e em ajudar no apontamento dos seus limites políticos visando a superação dos seus erros táticos.

2 O SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CUT

Pois quem toca o trem pra frente
Também de repente pode o trem parar
Chico Buarque

2.1 O "NOVO" SINDICALISMO EM FORMAÇÃO

Despertando da latência que lhe foi imposta nos anos 60 e 70 do século XX com o uso da repressão oficial aberta e do terrorismo de Estado, o movimento sindical combativo brasileiro desponta na arena política alguns anos antes do início dos anos 80 como uma força social diferenciada do que havia sido construída até então pelos sindicatos oficiais, precipitando em conjunto com demais movimentos sociais, o fim do período da ditadura civil-militar e dando início a um novo ciclo da história da classe trabalhadora nacional.

Desde fins dos anos 70, os movimentos de reivindicações contra o arrocho salarial e a superexploração do trabalho que se desencadearam a partir dos trabalhadores dos ramos dinâmicos da economia brasileira, localizados principalmente no ABCD paulista, rapidamente ganharam reforço entre as bases de outros setores operários pelo país, colocando em xeque a legitimidade política da representação de lideranças sindicais escaladas pelo Ministério do Trabalho, fruto da estrutura sindical oficial. Esses "novos agentes" fizeram com que o aumento de greves, de protestos e de vitórias eleitorais em cima de diretorias sindicais tradicionais, além da realização em importantes cidades industriais de congressos e encontros de trabalhadores, reorganizassem o movimento sindical brasileiro e mostrassem o seu renascimento para a luta.

Chamado de "novo" sindicalismo em oposição à prática alinhada à ditadura dos sindicatos imediatamente anteriores a ele no tempo, esse fenômeno teve na oficialização em 1983 da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e também do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980, a sua expressão mais bem acabada[15]. Entretanto, o caráter de "novidade"

15 Em resumo, a respeito da história fundação das duas principais centrais sindicais dos anos 80 temos que, a partir do I CONCLAT (Congresso Nacional da Classe Trabalhadora) em 1981 as força políticas se polarizaram em duas vertentes: uma mais radical, composta de novos militantes, que optou por fundar em 1983 na cidade de São Bernardo do Campo em São Paulo a CUT e a outra, que formada pela esquerda tradicional, de posicionamento moderado, fez a escolha de no mesmo ano fundar a sua CONCLAT (Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora), e que posteriormente se converteu em CGT, com a letra "C" da sigla durante os anos 80 significando ora "Central" ora "Confederação".

atribuído a essa forma peculiar de sindicalismo que brotou no Brasil nesse momento histórico deve ser relativizado, e por isso, merece uma observação. Ele é realmente considerado *novo* na medida em que, a partir de uma relação comparativa, se diferencia do comportamento que os sindicatos exerceram durante o período autoritário, isto é, sem a presença democrática das bases nas decisões, com acordos corporativos entre lideranças, patrões e governo e com contida ação reivindicatória. Mas ao mesmo tempo, a *novidade* deve ser contestada porque esse sindicalismo não foi capaz de se livrar por completo da ação política pautada pela estrutura sindical varguista, mantendo alto grau de dependência junto ao Estado, como, por exemplo, pela conservação da arrecadação compulsória de fundos via imposto sindical e pela necessidade de uma unicidade sindical outorgada pelo governo, maculando desde a origem a sua autonomia frente ao Estado. Com o passar dos anos, este enquadramento à oficialidade acabou por comprometer a potencialidade transformadora desse novo tipo de agitação sindical, como nos demonstra a dificuldade dos sindicatos em reagir ao neoliberalismo e ao desemprego que se abateu sobre o movimento na década de 1990[16].

De outro modo, apesar de relevantes aspectos de continuidade com a mofada estrutura sindical oficial, nos interessa ressaltar os elementos de ruptura e inovação políticas trazidas no bojo desse nascente modo de fazer sindicalismo, e, em especial, aqueles presentes na configuração das forças que construíram a CUT. Como se sabe, o "novo" sindicalismo significou muito mais do que uma mera tendência no interior do conjunto do movimento, tendo suas exigências amplificadas para questões de direitos políticos e sociais, chegando inclusive, a questionar os problemas gerais da exploração na fábrica capitalista e os próprios limites do Estado em solucioná-los. Para Wilma Mangabeira, por exemplo:

> Uma característica do novo movimento sindical foi exatamente buscar a integração das demandas econômicas, sociais e políticas, voltando-se para os problemas criados no próprio coração do sistema produtivo – as condições de trabalho, a democratização das relações entre a gerência e os trabalhadores e o controle do trabalho – ao mesmo tempo em que contestava o conteúdo da legislação trabalhista corporativa e as políticas salariais impostas pelo governo (MANGABEIRA, 1993, p. 13-14).

Como nascia sob o signo de uma ditadura personalizada pela figura do Presidente Figueiredo, que por sua vez reunia contra si uma oposição unificada formada por setores

16 Uma discussão a respeito dos alcances e dos limites do "novo" sindicalismo pode ser consultada na obra de: MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos – Rio de Janeiro (1955/1988)*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1998.

democráticos da sociedade, a CUT, a partir do seu surgimento, já tocava de forma ofensiva bandeiras de lutas contrárias à política de desenvolvimento do governo brasileiro e a favor da democratização. Logo no seu primeiro Congresso Nacional em 1984 (I CONCUT), a Central sai com propostas defendendo as *Diretas Já* e repudiando o Colégio Eleitoral montado para eleger indiretamente o novo presidente da república. Além do mais, se fazia presente nas resoluções do seu primeiro congresso a defesa pela "reforma agrária radical e sob o controle dos trabalhadores" e a "ruptura dos acordos com o FMI" (CUT, 1984). Era evidente nesses seus primeiros anos de consolidação a característica de central *classista* e *combativa* que viria a ser afirmada no seu II CONCUT de 1986, onde a definição programática *socialista* se fez inclusive expressa (CUT, 1986).

Como boa parte dos grupos e indivíduos que deram corpo a Central vieram de movimentos sociais, da ala progressista da Igreja Católica e de tendências e partidos socialistas sem vinculação direta com os Partido Comunistas (PC's), era significativa a quantidade de sindicalistas que a formaram que, além de não se identificarem com a esquerda tradicional aglutinada na CGT e/ou nos partidos de inspiração comunista, também não tiveram no passado experiência de militância sindical. Assim, muito do que esses novos dirigentes aprenderam a respeito de política sindical se deu forjado na luta diária do ativismo em confronto com as velhas noções de ação associativa profissional. Em grande medida, é por essa razão que como uma experiência de construção coletiva da classe trabalhadora, referenciada por ideais emancipatórios de classe e socialistas, a Central em gestação repetiu virtuosamente aquilo que fora prática recorrente nas organizações trabalhistas ao longo dos anos, a saber, eleger a formação política de seus militantes de base e dirigentes como tarefa estratégica fundamental. É tão verdadeira essa afirmação que data do CONCUT de 1984 a fundação de uma Secretaria Nacional de Formação (SNF) para compor a sua direção executiva, assim como começou, em ajuda com outros movimentos, a empreender algumas atividades com o propósito formativo desde então, além de ainda fazer menções a necessidade de criação de um Instituto Nacional de Formação com a tarefa de subsidiar a instrução crítica para as bases, embora esta idéia tenha se conformado com o passar dos anos na própria prática da PNF[17].

17 A proposta da criação de um Instituto Nacional de Formação da CUT tem um história curiosa. Como se disse, embora não tenha havido mais referências à ele durante os próximos três CONCUT, em 1994, na quinta edição desse congresso, uma das resoluções dá conta de que seria "fundamental a constituição do Instituto Nacional de

2.2 O PASSADO E O FUTURO DO PRESENTE: A HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DA FORMAÇÃO SINDICAL CUTISTA NA VERSÃO OFICIAL

Em 1999, às vésperas da realização da I Conferência Nacional da PNF, a central edita uma brochura de quarenta páginas intitulada *Política Nacional de Formação – História, Princípios, Concepção e Organização Nacional* que historiciza, segundo uma auto-perspectiva, a memória da sua formação. Este documento é a elaboração sintética de um conjunto de transformações que ocorreu à PNF cutista após os seus primeiros experimentos com a formação profissional financiada com recursos do FAT. Ele foi escrito do ponto de vista da reestruturação administrativa e burocrática da Rede Nacional de Formação (RNF) e da Política Nacional de Formação (PNF) da CUT após deliberações do 13º ENAFOR, de 1999. Com o objetivo de trazer à discussão a própria visão que a CUT faz do seu passado sobre a formação, abordaremos metodologicamente a publicação, obedecendo a ordenação em que foi escrita para, na seqüência, analisarmos a mesma história à luz de outras pesquisas e fontes que também trataram a respeito do assunto, e que conseqüentemente, extraíram conclusões que divergem daquela anunciada pela Central. Pretendemos demonstrar em suma, além de outras questões, que no embate político de tendências internas, a história oficial da Central também é contada sob o ponto de vista dos vencedores.

Mesmo trazendo informações polêmicas porque contestadas no debate interno, nesta publicação encontramos a afirmação consensual que foi, de fato, a efervescência do movimento sindical no Brasil dos anos 80 que criou a necessidade de que a recém-nascida CUT tomasse como uma de suas responsabilidades primeiras, a formação de seus militantes.

Formação (INF) na perspectiva de aprofundar [...] a necessidade da política de formação ser gestada e administrada dentro da CUT possibilitando uma dotação orçamentária orgânica à própria Central e a relação da formação com as demais secretarias e órgãos da CUT" (CUT, 1994, p. 86), e em 2001, por conta da 14ª edição do Encontro Nacional de Formação (ENAFOR), a discussão do INF volta à cena: "Desencadear/Aprofundar a discussão sobre o Instituto Nacional de Formação em todos os âmbitos no sentido de fazer com que essa resolução seja de amplo domínio das instâncias e conte com a maior participação possível no processo de debates e formulações sobre sua implantação" (CUT, 2001 apud MORA, 2007, p. 106). Em 2006, por ocasião da III Conferência da PNF, o documento final volta a citar o INF em uma das diretrizes finais, dizendo que a Rede Nacional de Formação (RNF) deve dar ênfase nas "possibilidades de implementação do Instituto Nacional de Formação" (CUT, 2006, p. 60). Essas "curiosidades" instigam em Eliane Mora as dúvidas: "Enfim, o Instituto Nacional de Formação da CUT em 2001 estava ou não fundado? Era ou não o Instituto Cajamar [INCA]? Qual seria a necessidade da CUT ter uma razão social? O Instituto Cajamar seria da CUT ou dos partidos e movimentos sociais?" (IBID, p. 107). Embora ainda não se tenha todas as respostas, parte delas podem ser esclarecidas com o entendimento da vinculação da tendência Articulação Sindical e o INCA, conforme se verá adiante no texto.

Dessa maneira é que, segundo o texto, no período do surgimento do "novo" sindicalismo, "despontaram novos dirigentes e lideranças que precisavam ampliar seu conhecimento em vários temas da agenda sindical, tais como: autonomia e liberdade sindical, socialismo, entre outros" (CUT, 1999c, p. 14), o que obrigou a Central a definir uma estratégia exclusiva de formação a fim de qualificar seus quadros para as batalhas políticas que eram travadas. Como a SNF havia sido criada já no I CONCUT, coube a ela, com o escopo de formatar a identidade do sindicalismo cutista em todo o país, a tarefa de por em prática atividades sobre concepção e estrutura sindical, mas como não havia ainda uma ordenação própria definida para tanto, a CUT contou com o apoio de Centros de Educação Popular e de demais entidades de assessoria do movimento sindical que dispunham de alguma experiência no assunto.

No ano de 1986, ainda na esteira de argumentação que o mesmo documento referencia, realizou-se um seminário nacional com a presença de secretários de formação das CUT's regionais e estaduais para a elaboração, finalmente, de sua Política Nacional de Formação. O documento diz ainda que fora no CONCUT desse mesmo ano que a questão da implantação da Formação Sindical havia sido definida como umas das cinco prioridades nacionais. Literalmente essa publicação da CUT atesta que:

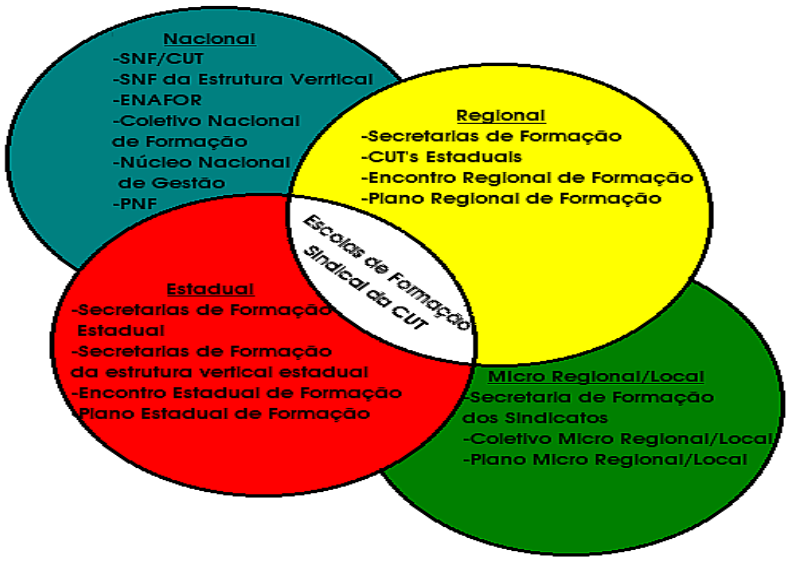
> [...] para a sua consolidação como uma Central Sindical Nacional, constatou a necessidade de superação de vários desafios, tanto no plano das ações quanto no processo de construção do seu projeto sindical. A formação sindical foi definida, então, como uma das cinco prioridades nacionais, passando a ser compreendida efetivamente como um elemento estratégico na ação permanente da CUT. (CUT, 1999c, p. 16).

Abrindo um parêntese explicativo, é notório, entretanto, que nas consultas que fizemos nas resoluções publicadas desse congresso, disponibilizadas na íntegra no endereço eletrônico da entidade, não se encontra explicitado essa referência à formação dos trabalhadores urbanos, havendo somente alusões quanto à formação de trabalhadores do campo e da mulher trabalhadora. Mas por ora, deixemos em suspenso essa dúvida, tentaremos explicar esse fato mais adiante, e sigamos narrando a história da formação da CUT segundo ela mesma.

Na seqüência da leitura, podemos observar que no ano de 1987 a SNF elabora um plano de trabalho onde aponta alguns elementos que são considerados fundamentais para a estruturação em âmbito nacional de sua política de formação. A partir disso tirou-se como meta e objetivos: "implantar uma Política de Formação da CUT, visando realizar atividades

permanentes de formação político-sindical; apoiar a estruturação e o funcionamento das Secretarias Estaduais de Formação; e oferecer atividades de formação de acordo com as prioridades da Central" (CUT, 1999c, p. 16). No mesmo ano é colocado em prática o primeiro Plano Nacional de Formação, que de acordo com as prioridades levantadas pela central no momento, almejava a sistematização de experiências de formação que estavam em curso no meio sindical, o que acabou concorrendo para que se efetivasse a prática de elaboração de planos anuais de formação organizados pela SNF, visando a "articulação de ações formativas, sistematização, avaliação e re-elaboração dos conteúdos e métodos de abordagem", contando com todo o apoio da Rede Nacional de Formação[18] (IBID., p. 16).

Para facilitar o entendimento, a RNF pode ser visualizada segundo a representação a seguir:



Fonte: CUT (1999c).

Figura 1. Esquematização da Rede Nacional de Formação CUT

18 Nessa Rede Nacional de Formação, o ENAFOR, realizado anualmente, é o fórum máximo de debates específicos da PNF e o Coletivo Nacional de Formação (CONAFOR) é responsável por gerir de forma compartilhada a política deliberada pelo ENAFOR e aprovadas pelas instâncias da CUT. Por sua vez, o Núcleo Nacional de Gestão é composto por representantes das regiões e das Escolas, reunindo-se de 3 a 4 vezes por ano para encaminhar as decisões. Nos outros âmbitos, essa forma de organização se repete, mas respeitando as limitações regionais.

Do ano de 1987 até 1993 a PNF da CUT teve como sustentáculos as seguintes orientações:

> a) princípios políticos-metodológicos, a partir dos quais se buscou formular uma concepção de educação sindical alternativa à educação dominante (autoritária, elitista e excludente) e implementar uma nova prática educacional, gestada e assumida pelos trabalhadores, considerando as múltiplas dimensões da vida cotidiana e tendo como meta a construção de uma sociedade mais igualitária e democrática.
> b) uma Rede Nacional de Formação, buscando viabilizar a realização de um trabalho de formação amplo, planejado, sistemático, integrado e qualificado em todos os níveis da Central. A idéia de rede se baseou tanto na necessidade de atingir desde as organizações de base até as instâncias e direções nacionais como na perspectiva de assegurar que esse trabalho fosse unificado nos seus pressupostos e descentralizado na sua elaboração e execução, garantindo o respeito às diversas realidades existentes no Brasil.
> c) programas e atividades, constituídos de eixos programáticos comuns, orientados pelas resoluções da Central e pelos seus desafios políticos-organizativos (CUT, 1999c, p. 17).

Ainda de acordo com o texto, esses programas e atividades citados no item "c)" começaram a ser desenvolvidos pela PNF em 1987 e culminaram em 1993 tendo seu eixo principal definido da seguinte maneira:

- Concepção, estrutura e prática sindical da CUT;
- Negociação e contratação coletiva;
- Planejamento e administração sindical da CUT;
- Processo de trabalho e organização no local de trabalho;
- Formação das direções;
- Formação de Formadores;
- Formação sobre relações sociais entre homens e mulheres;
- Formação para trabalhadores rurais;
- Cooperação e intercâmbio nacional e internacional;
- Memória e documentação (IBID, 1999c).

Para a Secretaria Nacional de Formação (SNF), os programas balizados por estes eixos visavam, sobretudo atender as demandas conjunturais do cotidiano sindical e também àquelas de origem estrutural que tivessem relação com o projeto da Central.

Entretanto, antes mesmo de se consolidar, alegando um certo esgotamento de estratégia, os planos formativos da PNF sofrem outra reformulação para se adaptar, segundo a versão da Secretaria, às demandas emergentes de um novo contexto, como a globalização, o

neoliberalismo e a reestruturação produtiva. Como resultado dessa mudança, a partir de 1994, passa a não ser mais responsabilidade única da SNF a elaboração dos planos e da estratégia de formação, sendo que esse exercício começa a caber também às várias instâncias e estruturas da CUT, mas mantendo a articulação com os agentes e fóruns da formação. Desde então a definição de prioridades passou a ser feita considerando tanto as necessidades imediatas e estratégicas que o sindicalismo presente na Central requeria e também levando em conta o potencial da Rede de Formação em responder a tais demandas. Mesmo com essa reformulação, para a CUT:

> Continuou-se [...] a perseguir o tratamento das chamadas questões nacionais, porém vistas também pelo ângulo das regiões e distintos locais, bem como o tratamento das questões especificamente locais, regionais e de categorias. Sobretudo continuou-se a conciliar a formação com as necessidades de organização e ação sindical de cada instância (CUT, 1999c, p. 19).

O conjunto de alterações sofridas nesse tempo ainda desembocou na criação dos Núcleos Temáticos, que para a Central representava espaços de interação entre formação e pesquisa para o fornecimento de subsídios pedagógicos para toda a Rede. Levantando a informação em Tumolo (2002), descobrimos que em 1995 os Núcleos tinham a seguinte formatação:

- Gestão sindical.
- Educação do Trabalhador.
- Transformações no mundo do trabalho.
- Organização sindical cutista e Organização no Local de Trabalho (OLT).
- Sistema democrático de relações do trabalho e negociação coletiva.
- Integração econômica mundial e Mercosul.
- Sindicato, estado e sociedade.
- Relações sociais de gênero.

Mas que com o passar dos anos sofreram também modificações até chegarem em 1999 com os eixos-temáticos na forma como nos comunica a publicação:

- Educação do trabalhador
- Globalização, Mercosul e sindicalismo
- Agricultura e desenvolvimento sutentável
- Gestão e organização sindical

- Transformações no mundo do trabalho
- Relações de gênero
- Trabalho, raça e desigualdades.

Feitas essas reformulações na PNF, os seus objetivos mais destacados passaram a ser, em síntese:

1. Em relação à própria CUT:

   – contribuir no debate sobre a atualização e consolidação de seu projeto sindical;

   – qualificar a ação e organização dos trabalhadores nos locais de trabalho.
2. Em relação à educação/qualificação profissional:

   – formular políticas que integrem educação básica, profissional e sindical;

   – discutir o sistema público de emprego e qualificação profissional não estatal.
3. Em relação à Rede Nacional de Formação:

   – formular as maneiras de sustentação financeira da PNF;

   – fortalecer os agentes da Rede;

   – consolidar os Coletivos de Formação;

   – consolidar os princípios metodológicos unificadores da PNF;

   –fortalecer canais de comunicação e cooperação da PNF com ONG's, universidades e centros de pesquisa (CUT, 1999c).

O que de principal devemos reter destes novos objetivos da PNF da CUT é a sua mais nova opção por realizar a educação/qualificação profissional como parte do seu programa de formação sindical. Isso porque a forma como se anuncia o fato transmite a impressão de que a deliberação para essa prática se deu de uma forma tranqüila nas suas instâncias internas, incontestavelmente, como um processo que se desenvolveu naturalmente, sem ter ocorrido debates ou posições opostas. Mesmo que saibamos que na história do sindicalismo seja uma constante o envolvimento de instituições ligadas a trabalhadores praticando a educação profissional, no passado recente do movimento sindical brasileiro, essas atividades estavam em larga medida, associadas (principalmente do ponto de vista político) a um determinado tipo de assistencialismo[19] sindical governista, que seria no mínimo polêmico, entre os fóruns

19 Muito da crítica que se fez e ainda se faz em relação ao assistencialismo praticado por sindicatos se fundamenta no princípio de que a universalidade de direitos básicos garantidos pelo Estado é conquista histórica

de debate cutistas, a sua participação em assunto tão delicado, uma vez que como Central progressista, ela nasceu justamente para se contrapor ao que era ligado ao "velho" sindicalismo.

De outra maneira, a Central não deixa dúvidas que a sua proposta de educação profissional não estava separada das concepções e prioridades que ela enxergava para a formação como uma todo. De tal sorte é que para cumprir todos esses objetivos, a formação também deveria estar inspirada pelos princípios políticos que a entidade elegera, então deveria ser: 1) *classista e de massa*, 2) *indelegável*, 3) *democrática, plural e de unitária*, 4) *unificada e descentralizada*, levar em conta a 5) *integralidade do ser humano*, ser 6) *instrumento de reflexão crítica e de libertação*, ir 7) *contra as discriminações*, ter as 8) *dimensões ideológica, política e técnica* e se realizar de forma 9) *processual, permanente, planejada e sistematizada* (CUT, 1999c).

Ademais, como foi dado a entender pelo acima descrito, a associação da formação profissional com a formação sindical estava sob a mesma inspiração, e por isso ambas também estariam submetidas ao mesmo referencial metodológico, e qual seja segundo o documento em análise, o da "pedagogia do oprimido" de Paulo Freire e de concepções de educação libertadora e transformadora derivadas das matrizes marxistas.

Concluída a exposição do que há de fundamental na publicação da CUT, passemos agora a outra leitura da história da formação cutista, baseada em outras fontes, para buscar os pontos de contato e de distanciamento com a realidade objetiva entre o que a Central diz fazer e o que de fato foi feito, e conseqüentemente avaliar a relação entre forma e conteúdo do que é dito, pois como nos ajuda a reflexão de Gramsci, a verdadeira filosofia de cada um é aquela que se acha inteiramente contida na sua política, implicitamente colocada na sua ação prática, e não aquela que se anuncia e que é colocada como fato intelectual (GRAMSCI, 1999).

2.3 UMA OUTRA FORMAÇÃO DA FORMAÇÃO

Uma primeira abordagem crítica genérica que pode ser feita a esta publicação da Central reside no fato que, por não ser a-histórica, logo, por ter sido escrita em um contexto

dos trabalhadores do mundo todo, e o socorro prestado pelas entidades sindicais desresponsabiliza-o dessas funções. Além do mais, a tributação necessária para a existência do assistencialismo é imposta a todos os trabalhadores, enquanto que a distribuição dos benefícios é reservada apenas aos poucos associados.

determinado da própria trajetória da CUT, ela tem a tendência a refletir, ainda que implicitamente, de alguma forma no momento da reconstrução do passado e na projeção do futuro, a personalidade política e as concepções programáticas que a inspiram na conjuntura do tempo em que se escreve. Se assim for, a sua visão de mundo do tempo presente passa a ser a perspectiva prioritária de que se lança mão para avaliar o passado e projetar o futuro da prática formativa da entidade, de onde pode advir certos problemas, como por exemplo, o de enxergar os fatos pela trajetória aparente com que deram a impressão de se desenvolver até àquele período, e não da maneira como se realizaram na objetividade concreta. Agindo de maneira a manter uma distância da observação temporal entre o passado dos fatos e a interpretação presente que é feita deles, o documento da CUT incorre no equívoco de observar as etapas concluídas da história da sua formação como estágios pelos quais deveria se passar necessariamente, tendo já como referência de finalidade a síntese que se chegou no momento presente, ignorando que durante o caminho a possibilidade de construção de outras histórias alternativas era ao mesmo tempo oferecida. Esse método de *teleologia apriorística* da história que olha para trás escamoteia as tensões e as contradições, que em síntese, é a própria verdade rica de interpretação que deu origem a formação cutista e sua configuração contemporânea. Assim, a ilusão que se tem é que o passado da formação já continha o germe do seu presente, como uma espécie de pré-configuração pretérita daquilo que viria ainda a acontecer, e não é por outro motivo que, escrito às vésperas da I Conferência da PNF realizada em 1999, o texto carrega consigo uma grande carga de resgate do "mito das origens" da formação, para através disso, justificar para o *futuro do presente* práticas que pareceram ter acontecido de fato num passado artificialmente construído.

Longe de querer dar um juízo de que os equívocos da brochura se resumem a lapsos de interpretação da história da formação, encontraremos plausibilidade no que queremos dizer, na problematização não do que o texto diz, mas do contrário, nos fatos que se encontram abaixo da superfície do fenômeno, ou seja, na profundidade da realidade objetiva onde as rixas políticas fazem da Central um organismo vivo que de fato é.

Partindo de Tumolo (2002), mas também de alguns dos resultados de nossas próprias pesquisas documentais, descobrimos que a história da formação da CUT não se inicia em 1987 como faz supor a publicação citada, mas vem de um período anterior e que é seletivamente "esquecido" pela SNF. Mas mesmo que houvesse sido criada em 1986/87, como

se alardeia, é de se estranhar a contradição notável de que é apenas em 1999, isto é, mais de uma década após a suposta criação da PNF cutista e de ter dado a ela o qualificativo "prioridade", que a Central se estrutura muscularmente de forma burocrática e administrativa em torno da formação, e se diz efetivá-la nacionalmente para enfrentar as mudanças no mundo do trabalho. Isso é o que nos permite colocar algumas questões a partir dai: ou a CUT nunca chegou na realidade a priorizar a formação ou algo está sendo mal contado nessa história? É o que buscaremos responder.

Como pode-se ler na história da CUT através da publicação supra-citada, mesmo tendo sido criada em 1984, a SNF só começa a movimentar-se autonomamente a partir de 1986 com a realização de um seminário nacional com os secretários de formação das CUT's estaduais e regionais[20], mas dado o ponta-pé inicial de fato em 1987 com a estruturação da PNF. A pesquisa de Tumolo (2002) que ergueu-se sobre uma vasta incursão à fontes primárias do período de surgimento da CUT e da formação sindical, contesta essa informação e vai dizer que já data de 1984 as primeiras investidas efetivas da Central nessa questão, e que na reconstrução do passado da formação houve uma proposital e coletiva "amnésia" do período anterior à 1987.

Retomando a história da formação, ele vai ponderar que com as dificuldades advindas da constituição da entidade foi objetivamente impossível a realização de práticas de formação sindical sistematizadas no primeiro ano de existência da Central, porém, no período posterior ao I CONCUT (1984), com a criação de uma direção nacional e também da SNF sob a responsabilidade de Ana Lúcia da Silva, professora da Universidade Federal de Goiás, a pasta "dá início ao processo de discussão de uma política de formação, baseada nos princípios da Central que estavam elencados no Estatuto" (TUMOLO, 2002, p. 143). Para ele, outra iniciativa propositalmente não mencionada na reconstrução verdadeira da história da formação cutista e que merece ser notada diz respeito a experiência da Secretaria de Formação da CUT de São Paulo, que no período de 1984 à 1986 chegou a ser mais expressiva na realização de atividades formativas que a própria Secretaria Nacional, dado o volume e a

20 Atentem-se para o fato anunciado pela Central, e escrito no texto em tela na página 4, que de 1985 à 1986 a prática formativa da entidade era realizada, em grande medida, por Centros de Educação Popular e por agências do movimento sindical que detinham, ao contrário do que se diz da iniciante CUT, *know how* para o assunto. Informações vide: CUT. *Política Nacional de Formação: história, princípios, concepção e organização nacional*. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação, 1999, p. 15.

qualidade de projetos desenvolvidos.

A título de exemplificar e destacar as ações colocadas em prática pela primeira gestão da SNF, Tumolo (2002) nos lembra da realização do Seminário Nacional para os Secretários de Formação de 1986, com participação de 19 secretarias estaduais e 19 secretarias regionais, e que já saíra com propostas que, em síntese, convergiam de imediato para a construção em âmbito nacional de uma verdadeira política de formação para Central. Segundo Tumolo (2002), ainda no ano 1985 também é atribuída a essa gestão inicial da SNF a organização de cinco seminários regionais que discutiram a estrutura sindical varguista, pauta urgente da época, uma vez que a entidade "foi criada tendo como horizonte a superação da estrutura federativa oficial atrelada ao estado" (TUMOLO, 2002, p. 147). Não obstante, foi também a mesma SNF que deu início às relações internacionais com outras centrais sindicais do mundo, com vistas a se fazer o intercâmbio de sindicalistas brasileiros para freqüentarem atividades formativas na Europa e na América Latina. Além do mais, também consta da lista de atividades que fizeram parte das inciativas da SNF nesse período os encontros específicos sobre a questão de gênero e debates sobre a constituinte. Para sintetizar o que queremos ressaltar neste momento, concordamos com Tumolo em que:

> A reconstituição do trabalho de formação sindical desempenhado tanto pela Secretaria Nacional de Formação quanto pela mais destacada das secretarias estaduais de Formação, a de São Paulo, no período que vai de 1984 a 1986, demonstra não só a existência de um conjunto expressivo de atividades de formação, como também a configuração, guardadas as características da época, de uma política nacional de formação. Ao mesmo tempo, desmente cabalmente a informação contida nos documentos e usualmente aceita no interior da CUT, segundo a qual a formação sindical e a política nacional de formação começaram em 1987 (IBID., 2002, p.155-156).

Se pelos levantamentos realizados por Tumolo, e apenas resumidos aqui, constatou-se a existência de vida na formação anterior à 1987, qual seria a explicação mais exata para a razão da Central e suas publicações omitirem essa realidade?

Como já se sabe, a CUT foi fundada aglutinando uma miríade de correntes e tendências políticas da esquerda, que se uniram mais por serem opositoras ao regime ditatorial e ao sindicalismo pelego e menos por afinidade ideológica, não havendo entre elas, portanto, perfeita homogeneidade política no interior da Central, uma vez que cada qual debatia a partir da visão que tinha sobre projetos de sociedade, concepções de estratégias e

práticas sindicais, definições de socialismo e democracia etc. Somente para ilustrar essa diversidade, uma amostra de tendências que apresentaram teses para o I, II e III CONCUT's (realizados nos anos 1984, 1986 e 1988, respectivamente), revela a existência das seguintes frações no seu interior: Articulação Sindical, CUT pela Base, Convergência Socialista, Partido Revolucionário Comunista, Democracia Socialista, Movimento das Oposições Sindicais de São Paulo, Vertente Socialista, Frente Nacional dos Trabalhadores, Reconstrução do PCB, Comando Operário Socialista, Luta Sindical, Movimento dos Trabalhadores Socialistas, Causa Operária, Movimento Comunista Revolucionário, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, O Trabalho, além de pequenos agrupamentos de atuação regional[21]. Como cada tendência (taticamente aglutinadas ou não com outras mais próximas) disputavam a direção da entidade, Mora afirma que:

> Estas disputas de projetos no interior da CUT, a partir de meados dos anos 80, expressavam a disjuntiva colocada para a classe trabalhadora a partir do ascenso do movimento de massas que derrubou a ditadura: *avançar na conquista do poder político com objetivo da transformação social ou acomodar-se à institucionalidade do regime democrático implantado para a conservação da estrutura social*. Contraditoriamente, tratava-se de disputas cujas bases estavam localizadas nas vitórias parciais que o movimento da classe trabalhadora obteve nesses anos: ampliação dos espaços democráticos (MORA, 2007, p. 68, grifos meus).

Muito embora fizesse parte da composição da entidade toda uma heterogeneidade de correntes, a contenda política ao longo dos primeiros anos acabou cristalizando-se numa polarização de forças que dividiu a disputa pela direção da Central em dois grandes blocos, um capitaneado pela tendência Articulação Sindical (ArtSind) e o outro pela CUT pela Base (CPB). Tradicionalmente vários dos pesquisadores que se debruçaram sobre a CUT têm concluído, sem muita variação, que a primeira tinha como característica a atuação mais pragmática, moderada, conquanto a segunda era portadora de um viés mais radical, advindo disso a classificação que a ArtSind representaria politicamente o campo da "direita" e a CPB a "esquerda" da Central. Antunes (2003) diz, por exemplo, que a Articulação é um agrupamento "mais sindicalista e com menor ênfase político ideológica", enquanto que a CUT pela Base, embora menor, "assume um perfil político e ideológico de esquerda mais

21 Informações obtidas através de: MORA, Eliane. *O Caminho da subsunção da Política Nacional de Formação da CUT às diretrizes de sociabilidade neoliberais.* 2007. 294 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, 2007.

acentuado, de inspiração marcadamente socialista" (ANTUNES, 2003, p. 70).

Dessa maneira é que, a partir da tradição de interpretação de política inaugurada por Maquiavel, isto é, não permitindo mais que os fatos nesse campo debate fossem vistos pelo véu da inocência, é que apresentaremos uma leitura dos motivos que levaram a omissão deliberada da SNF em relação ao período da primeira gestão da PNF.

Para Tumolo (2002), com o aparecimento e a explicitação em 1986 do conflito entre as duas tendências principais, ocorreu que os cargos estratégicos de diretoria e, em conseqüência, também os de secretaria, passaram a ser vistos como zonas de influência a serem disputadas entre elas. Tendo base nessa competição, em 1986 é criado o Instituto Cajamar (INCA) em São Paulo, que mesmo nascido por fora da CUT e sem o conhecimento por parte da SNF da época quanto à sua constituição, faria convênios com a entidade para formar seus militantes[22]. Ancorando-se na fala de entrevistados comprometidos politicamente com essa disputa intestina à Central daquela conjuntura, Tumolo nos diz que a criação do INCA por fora da CUT tem a ver com a *"política de disputa* e *alinhamento* de uma das correntes políticas, que constitui a sua escola de formação sob seu controle político" (TUMOLO, 2002, p. 159-160). Por esse caminho a Articulação Sindical:

> [...] poderia garantir a formação dos militantes segundo sua orientação política, independentemente de quem ou de que corrente política viesse a controlar as secretarias de formação, nacional e estaduais, e ao mesmo tempo, conseguiria neutralizar os *não-alinhados* da secretaria nacional e de algumas secretarias estaduais, como a de São Paulo, e, portanto o trabalho de formação realizado até então" (IBID, 2002, p. 160).

Em suma, é por desdobramento lógico desses acontecimentos que assumimos a posição de que a principal razão da operação mnemônica operada pelas posteriores gestões da SNF a fim de se apagar o passado da formação esteve intimamente relacionada a uma "luta de classe intra-classe" na Central, tipificadas pelas posições inconciliáveis consolidadas, de uma lado pela Articulação, e de outro pela CUT pela Base. A forma como isso se refletiu nos cursos e programas de formação, tendo passado primeiro pelas alterações na estratégia política geral é o que veremos na seqüência.

---

22 A disputa de poder entre as duas facções principais da CUT pela direção da formação era tão acirrada que em 1987, em oposição à formação para-oficial realizada pela Articulação Sindical, a CUT pela Base cria com a participação de Florestan Fernandes e José Genoíno a fundação Nativo da Natividade, com intuito de também formar os "seus" militantes. Mais informações vide: MORA, 2007, p. 107.

2.4 A FORMAÇÃO CUTISTA NO PERÍODO 1986-1998

O II CONCUT realizado entre 31 de julho e 3 de agosto de 1986 no Rio de Janeiro é emblemático para a história da formação cutista. Embora nas resoluções desse congresso encontremos informações dispersas a respeito das tarefas para a formação sindical a serem realizados pela entidade, tanto para Tumolo (2002) quanto em texto da própria CUT (1999c), achamos os dizeres de que foi a partir desse momento que a Central elege a prática formativa como uma das suas cinco prioridades nacionais.

Muito embora, como já dissemos acima, não encontrássemos de forma expressa nas resoluções deste encontro as informações que nos comprovasse essa decisão da Central (talvez tenha nos escapado à atenção pelo fato de a pesquisa não se debruçar em específico sobre o período), as resoluções extraídas, se colocadas em prática da forma como ficara definido a partir do CONCUT, reforçariam cada vez mais a importância da formação sindical e logicamente da própria Secretaria de Formação. Isso porque passou a ser incumbência da SNF ações como a de elaborar materiais instrutivos sobre, por exemplo, a questão da mulher trabalhadora e sobre trabalhadores do campo também. A fim de ilustrar o texto com algumas das concepções atribuídas à formação a partir desse CONCUT, temos a definição de que:

> A formação não deve ser entendida somente como um momento específico, como cursos ou encontros. Estes são momentos importantes e essenciais na formação político-sindical, mas não os únicos. Cada momento de luta e do trabalho de organização deve ter como preocupação fundamental ser também um momento de formação, de crescimento da consciência política dos trabalhadores e de suas direções (CUT, 1986, p. 66).

Ademais, é a partir desse congresso que, sob a direção de Jorge Lorenzetti[23], professor da Universidade Federal de Santa Catarina e diretor da Associação Brasileira de Enfermagem e alinhado politicamente à ArtSind, a pasta estrutura-se e passa a contar com uma verdadeira equipe formada por funcionários com dedicação exclusiva para a causa, diferentemente do período anterior, marcado pela militância gratuita. Não obstante, esse período de gestão da SNF é marcado também pela criação, em praticamente todas as regiões do país, das Escolas orgânicas da Central, que passaram a realizar a maior parte das atividades dos programas de formação, com destaque para o surgimento da Escola Sindical Sul, localizada em

23 Jorge Lorenzetti ficou como Secretário Nacional de Formação da CUT de 1986 à 1994, portanto, 8 anos de mandato nesta pasta.

Florianópolis em 1990 e a Escola Sindical São Paulo em 1993[24]. Em síntese, as atividades de formação consistiam basicamente em reuniões do ENAFOR e CONAFOR, cursos com duração média de 40 horas/aula e seminários com persistência de um a dois dias. Como se viu no quadro 1, as Escolas de Formação Sindical da CUT são os principais elos unificadores da totalidade de ações desenvolvidas pela Rede de Formação. Estas Escolas são chamadas de "orgânicas" porque foram criadas em total ligação à CUT, vinculadas à Central pela questão financeira, formativa, administrativa e jurídica.

Antes de narrarmos a evolução dos programas formativos da entidade ao longo desses anos, é preciso salientar que encontramos na pesquisa de Tumolo (2002) o principal eixo de referência onde iremos relembrar estes programas, uma vez que em toda a historiografia a respeito do assunto, é na sua pesquisa que visualizamos o retrato mais fiel dessa ocasião.

Assim, a partir dele podemos saber que o Plano de Trabalho realizado pela SNF para o ano de 1987, em perfeita consonância com o Estatuto da Central e com a sua estratégia política socialista, tinha metas como: "oferecer atividades de formação de acordo com as prioridades políticas da CUT" e princípios como o de que: "a *concepção classista* da sociedade e a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora serão o *eixo central ou pano de fundo de toda a programação* da formação da CUT", assim como de que "a reflexão sobre a *história da luta de classes* no mundo deve ser a principal fonte de saber para o entendimento da realidade e as perspectivas futuras da luta dos trabalhadores", sendo que "*o conhecimento e o estudo do capitalismo e do socialismo devem ser preocupação permanente da formação* da CUT" (CUT apud TUMOLO, 2002, p. 164-165, grifos do autor). Para tanto, nos diz o pesquisador, a viabilização desses princípios devia obedecer os três pontos fundamentais e permanentes: "*economia política básica, sindicalismo e planejamento e administração sindical*". Notem que para que os princípios da formação fossem atendidos com satisfação, o desenvolvimento do eixo "economia política" deveria ser o mais especial de todos. A esses pontos permanentes da formação se somaram outros de natureza conjuntural, de acordo com as necessidades da CUT no momento (TUMOLO, 2002, p. 165). Já para o ano

24 A criação da Escola Sindical 7 de Outubro, em Belo Horizonte, data no ano de 1987/88. Embora surgida primeiramente como escola *conveniada* da CUT, isto é, que não pertencia a estrutura de funcionamento da formação, mas prestasse serviços educativos à Central, ao longo do início dos anos 90 ela passou a ser condiderada uma entidade *orgânica* e atualmente é uma Organização Não Governamental (ONG) subordinada à CUT.

de 1988 a SNF apresenta como Plano de Trabalho cinco eixos, mas não mais apresentando a divisão entre pontos permanentes e conjunturais. Foram eles:

1. Concepção e prática sindical da CUT;
2. Planejamento e administração sindical cutista;
3. Economia política básica;
4. Apoio ao desenvolvimento das lutas prioritárias da CUT;
5. Desenvolvimento de uma linha metodológica de formação da CUT (CUT apud TUMOLO, 2002, p. 166).

Contudo, como nos diz o autor, o Relatório do Seminário Nacional de Formação de 1989 reconhece que no desenvolvimento desses cinco eixos ficaram prejudicados o de "Planejamento e administração sindical" e o de "Economia política básica". O desdobramento desse processo ainda seguiu seu rumo até 1989, quando da elaboração do Plano de Trabalho da SNF para este ano, excluiu-se exatamente àquele que, em tese, seria considerado o mais importante, e qual seja, o eixo número três de "Economia política básica", tendo sido diluido seu conteúdo no eixo "Concepção, prática e estrutura sindical da CUT – CPES", que com o tempo veio a se transformar no carro-chefe da formação cutista desse entremeio (TUMOLO, 2002, p. 166-167).

Avaliando a progressão do curso CPES e decompondo o seu conteúdo, Tumolo chega à conclusão de que "houve uma redefinição no enfoque global do curso, sendo retiradas ou substituídas as temáticas referentes às classes sociais, ao Estado e à ideologia, à história do movimento operário no Brasil e no mundo e, principalmente, à economia política" (IBID., p. 169), tendo esse fato significado para o autor, contudo, "não só uma mudança de rumo no curso de CPES mas, principalmente uma alteração e redefinição dos princípios originais da formação sindical cutista [...]" (IBID., p. 170). Com efeito, é assim que a partir de 1991 os eixos prioritários se transformam em *programas de formação*, e em 1994 se completa a transformação da formação sindical cutista tendo os programas adquirido a seguinte composição:

1. Concepção, Estrutura e Prática Sindical da CUT (CEPS);
2. Negociação Coletiva (NC);
3. Planejamento e Administração Sindical Cutista (PASC);
4. Processo de Trabalho e Organização no Local de Trabalho (PT/OLT);

5. Formação das Direções (FD);
6. Relações Sociais entre Homens e Mulheres (RSHM);
7. Formação para Trabalhadores Rurais (FTR);
8. Formação de Formadores (FF);
9. Cooperação e Intercâmbio Nacional e Internacional (CINI);
10. Memória e Documentação (MD) (TUMOLO, 2002, p. 171).

A partir desse longo e vertical estudo a respeito das fases da formação sindical cutista, analisada sempre em conjunto com a trajetória política da Central, Tumolo vai nos apresentar a conclusão de que, assim como a formação sindical do período que vai de 1984 a 1986 estava associada a uma determinada concepção política, o período subseqüente da direção da CUT e da SNF, que vai até 1994, também guardava uma correlação política direta com a estratégia da Central para o momento. Destarte, enquanto aquele período "era a expressão de uma CUT combativa, que tinha uma perspectiva anticapitalista" (IBID, p. 181), este, por seu turno, representa uma mudança de visão de mundo onde a referência classista foi desaparecendo. A citação a seguir resume com precisão o que desejamos sublinhar:

> O resultado disso é que na sua constituição a partir de 1987, (...), a formação sindical da CUT vai adquirindo, gradativamente, um caráter cada vez mais de *formação instrumental*, que busca preparar os militantes para atender às demandas da conjuntura e do cotidiano sindical ou, ainda, que aborda questões específicas, vale dizer, uma formação que lida com os aspectos conjunturais, do que de uma *formação de base* que propiciasse uma apreensão da realidade social em sua dinamicidade contraditória, tendo como eixo central a luta antagônica entre as classes sociais fundamentais, ou seja, uma formação que tratasse dos elementos estruturais em seu movimento de múltiplas contradições (IBID, p. 181-182).

Como se sabe pelo que já foi dito mais acima, antes mesmo que a formação sindical baseada nos *programas de formação* se consolidasse satisfatoriamente em toda a Rede, a partir dos ENAFOR de 1993 e 1994, a prática formativa da CUT começa a assumir uma nova configuração, baseada agora no conceito de Núcleos Temáticos (NT). Todavia o que não se disse ainda é que a mudança tem de substancial o fato de que os Núcleos Temáticos, ao contrário dos programas de formação, não executariam atividades de formação em sentido estrito, mas colocariam em prática, especificamente ações voltadas à pesquisa, ao estudo e sistematização de conhecimento, subsidiando teoricamente os agentes da Rede. A grande novidade residiu no fato que, a partir disso, ao invés da Central e da SNF levarem a formação

para os sujeitos políticos (como era previsto na metodologia anterior), a partir da implantação dos NT, ocorre uma inversão de princípios, onde a demanda por formação partiria desses sujeitos, de acordo com demandas conjunturais do seu cotidiano, o que acabou por empobrecer o conteúdo político da formação cutista, fazendo-a refém da fragmentação do conhecimento e do imediatismo colocado pelas demandas estritamente econômicas, retirando paulatinamente do seu horizonte a idéia de educação visando o estabelecimento de transformações sociais radicais.

2.5 O APARECIMENTO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA CUT

A despeito de a Central ter operado uma reestruturação ainda recente na sua política de formação, extinguindo os programas de formação a favor da experiência de Núcleos Temáticos, estes últimos, por sua vez, também não tiveram vida longa como estratégia formativa exclusiva, pois logo após o V CONCUT realizado em 1994 a entidade deu início ao fato mais emblemático e polêmico da história da sua Secretaria de Formação: o começo da implementação de uma *formação profissional*[25].

Embora polêmica, a discussão a respeito desse tipo de formação realizada pela CUT não chega a ser totalmente nova nas suas instâncias de discussão e deliberação. Por exemplo, Souza; Santana e Deluiz (1999) trazem à tona a informação de que desde o III CONCUT (1988) a Central já apontava para a questão de que atividades visando a sensibilização do trabalhador para o processo de introdução das novas tecnologias tinham que ser feitas a fim de se intensificar nas bases do movimento sindical o debate sobre os interesses dos trabalhadores relativos à questão, o que os autores interpretam como sendo claro indício de colocar a educação profissional como pauta do momento.

De outro modo, a prática da formação profissional em alguns dos sindicatos que a compuseram datava de desde a sua fundação nos anos 80; ainda que isso não fosse, por ora, incentivado pela Central, algumas entidades associadas à ela realizam essa prática em virtude da possibilidade de execução de assistencialismo aberta pela estrutura de enquadramento do movimento, herança ainda do sindicalismo de cariz varguista, que colocava quase como norma obrigatória esse rito, derivando disso que a formação profissional não fosse vista com

25 Vale dizer que implementou a formação profissional sem abandonar a formação sindical.

bons olhos no interior da entidade pelos grupos que rejeitavam as práticas do sindicalismo oficial.

De fato, como nos informa Tumolo (2002), é somente no ano de 1992 que a CUT forma uma Comissão de Educação e Trabalho com o objetivo de estudar em específico e elaborar propostas relativas à formação profissional de nível médio. Em boa medida, pressionada no plano político pelos efeitos do neoliberalismo, e no plano econômico e social pela reestruturação produtiva e pelo desemprego crescente, o processo de discussão da formação profissional na entidade se desdobrou e ganhou vulto até que, no V CONCUT de 1994, onde foi eleita a diretoria presidida por Vicente Paulo da Silva e tendo como secretária de formação a psicóloga Mônica Valente, do Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Público de Saúde de São Paulo, a Central começa a defender como plano de ação contra os efeitos dessas questões a aplicação de uma formação profissional que fosse adequada às exigências colocadas pelas transformações no padrão produtivo e no mercado de trabalho, muito embora tivesse que estar ainda submetida ao controle direto do Estado. Na sua visão:

> A formação profissional é patrimônio social e deve ser colocada sob a responsabilidade do trabalhador e estar integrada ao sistema regular de ensino, na luta mais geral por uma escola pública, gratuita, laica e unitária, em contraposição à histórica dualidade escolar do sistema educacional brasileiro. Pública e gratuita com o Estado assumindo as suas responsabilidades, porém com a efetiva participação da sociedade na sua gestão pedagógica e administrativa (CUT, 1994, p. 103).

Do mesmo modo, a Central nessa época também passou a defender a sua participação em conselhos tripartites (espaços de deliberação da estrutura estatal, com participação do governo, dos trabalhadores e empresários) na gestão de fundos públicos destinados a programas de formação profissional:

> Portanto, a CUT deve reivindicar a sua participação, nos termos da resolução da OIT que prevê a gestão tripartite (trabalhadores, empresários e Estado), na gestão de fundos públicos e nas agências e programas de formação profissional de alcance municipal, estadual, nacional e internacional (IBID, p. 104).

Contudo, os primeiros experimentos com a participação da CUT na prática da formação profissional datam do ano de 1996 quando a Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM), entidade da estrutura vertical da Central, começa a desenvolver o Programa Integrar, voltado à metalúrgicos desempregados, relacionando educação

profissional com escolarização de 1º grau para trabalhadores.

De outra maneira, o envolvimento direto da Central só passa a acontecer quando em observação às deliberações da 7ª Plenária (1995), reafirmadas no VI Concut[26] (1997), resolveu-se oficialmente que a formação profissional seria realizada na própria estrutura da CUT, por meio de sua estrutura vertical[27] e em suas Escolas.

Guiada pelo princípio de que o problema do desemprego no país podia ser minimizado se se investisse em formação/qualificação profissional adequada e que a formação profissional realizada por outras entidades até então não dava conta disso, ela também começa a disputar os fundos públicos, em especial o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), para por em prática essa mais nova concepção[28].

É importante registrar que independentemente do resultado da 7ª Plenária e do V CONCUT, e por mais que a oposição à Articulação Sindical contestasse, a CUT já havia apresentado um projeto para realização de atividades de formação profissional no início de 1997, e em 1998 o FAT havia liberado recursos para que ela realizasse aquilo que pode ser considerada sua primeira iniciativa nesta seara, a execução do Programa Integral de Capacitação de Conselheiros das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho, Emprego e Renda e de Formação de Formadores em Educação Profissional. Segundo nos faz saber Teixeira (2008) esse curso ofereceu duas mil vagas entre 1998 e 1999 para a capacitação de conselheiros, feita no sistema de módulo, com oficinas, seminários e módulos de formação à distância. Para o curso de Formação de Formadores em Educação Profissional, dado em 120 horas e em 3 módulos, foram abertas mil vagas nos dois anos.

A título de informação a respeito do FAT, é importante deixar registrado que ele é vinculado ao Ministério do Trabalho e destina-se a contribuir com o custeio de despesas do Programa Seguro Desemprego, com o pagamento de abono salarial, além de financiar também programas de desenvolvimento econômico e de requalificação profissional. Embora passasse a existir em 1990, desde a Constituição de 1988 se previa que os recursos do FAT

26 Ao contrário dos CONCUT's anteriores, a partir deste não mais aconteceu a inscrição de teses por tendência, bastando uma única elaborada pela Direção Nacional.

27 Só lembrando, a estrutura vertical da Central é formada pela aglutinação de organizações sindicais localizadas na base do movimento sindical, de sindicatos, de confederações e de federações nacionais a partir de um mesmo ramo da atividade econômica.

28 Para frisar, o Programa Integrar da CNM/CUT é o marco inicial da utilização de verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), disponibilizadas através do Plano Nacional de Formação – PLANFOR – no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), para a formação profissional.

fossem formados, principalmente, por recursos do PIS/PASEP (Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público). O fundo é gerido por um conselho tripartite e paritário chamado CODEFAT (Conselho Deliberativo do FAT), e como se disse acima, é composto por representantes do governo, dos trabalhadores e dos empresários. Teixeira nos informa que:

> Dos recursos do FAT, 60% são destinados ao Sistema Público de Emprego – SPE, e 40% são aplicados no BNDES. Excetuam-se do domínio do CODEFAT os 40% destinados ao BNDES, apesar deste ter que prestar contas ao Conselho. Ou seja, o CODEFAT não têm interferência sobre as verbas do FAT aplicadas diretamente ao BNDES (TEIXEIRA, 2008, p. 86).

A CUT tem participado do CODEFAT desde a sua instituição, e segundo Teixeira (2008), o período que vai de 1990 a 1994 é sem muito entusiasmo por parte da Central, resumindo-se suas atitudes em manter o princípio de disputar as concepções e recursos públicos e também reivindicando maior controle sobre o Sistema "S" (SENAI, SESI, SENAC, SESC, SENAR, SEST, SENAT, SEBRAE). A atuação da CUT mudou de figura quando a partir da resolução 80 do CODEFAT em 1994 se instituiu as Comissões Municipais e Estaduais de Trabalho e Emprego, transferindo para o âmbito local as decisões e fiscalizações sobre utilização do FAT, reproduzindo para as esferas locais a mesma estrutura do CODEFAT. Nesse contexto, como resolução da 7ª Plenária, a CUT deliberou que aa CUT's estaduais também deveriam participar das comissões tripartites de emprego nas unidades da federação que atuavam.

É interessante observar que a participação em conselhos desta natureza não é em si algo de negativo para uma Central de origem progressista, nascida empunhando a bandeira do socialismo. Muito pelo contrário, a existência de instâncias abertas à participação popular é uma conquista constitucional, embora rebaixada, da organização dos trabalhadores brasileiros, que desde a ditadura exigiam maior poder de interferência na elaboração de políticas públicas de Estado. No entanto, há que ser feitas algumas ponderações. Estes conselhos operam com a idéia de que o Estado seria um ente neutro, a-classista, que teria por obrigação arbitrar os conflitos entre os contendores, formados de um lado por trabalhadores e de outro por empresários, com a finalidade de se chegar a uma harmonia de interesses – o que a experiência histórica do movimento operário já demonstrou ser uma falácia – tanto a respeito

da natureza do Estado quanto do entendimento entre classes. Por isso a participação de entidades vinculadas a trabalhadores deveria sempre ser cautelosa na medida em não se deixar levar pela ilusão de que haja um equilíbrio de forças lá dentro, o que por suposição possibilitaria levar adiante outro projeto de sociedade passando por aquelas instâncias. O problema maior da participação da CUT nesses espaços decorre da crise política que os sindicatos vivenciaram a partir de meados dos anos 90 no país, onde, em grande medida por conta do alto nível de retração do emprego formal, ocorreu um escasseamento das fontes de receitas das entidades, e em conseqüência, também da Central.

Assim, como teremos a oportunidade de provar adiante, o financiamento das atividades de formação profissional com recursos públicos acabou por levar a CUT a uma espiral ascendente na direção de uma dependência de recursos públicos, colocando em risco a legitimidade do seu sindicalismo, tão enraizado nas bases através de uma identificação política com as lutas históricas dos trabalhadores. Independizando-se das contribuições de seus filiados, ela pôde também por esse caminho, agir sem prestar satisfações a eles. A opção da CUT vai demonstrar um não reconhecimento do Estado como aparelho de dominação de classe, e por isso, a sua atuação demonstrará que ela secundariza o papel da luta de classes na construção do socialismo. A relação de parceria da CUT com o Estado brasileiro ficará ainda mais visível quando, a partir de 2003 com a chegada de Lula à presidência da República, ela confundirá interesses de governo com necessidades históricas da classe trabalhadora, implicando diretamente nas novas estratégias de formação. O desenrolar desse processo é o escopo da análise no capítulo seguinte.

3 A POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DESDE O PLANFOR AO PNQ: APOIO À PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, APARELHAMENTO ESTATAL E TERCEIRO-SETOR

Mas a questão é:
nosso desemprego
Não será solucionado
Enquanto os senhores não
Ficarem desempregados!
Bertolt Brecht

3.1. POLÍTICA NEOLIBERAL, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL E TRABALHADORES

Ao colocar o trabalho e a luta de classes como elementos determinantes do avanço do processo histórico, a teoria econômico-política marxista conseguiu decodificar uma das mais importantes leis sobre qual se assenta o modo de produção capitalista, a saber, a de que a tendência ao decrescimento das taxas de lucro é uma constante nesse sistema produtivo, e as crises daí advindas são, portanto, suas componentes regulares e cíclicas[29].

De tal sorte é assim, que, posteriormente a um relativo longo período de estabilidade econômica no pós-guerra, a crise sistêmica mundial que se abateu sobre o capital nos anos 70 do século passado não encontra outra explicação sem que se passe pela confirmação prática de que isso se deu, em grande medida, em função da incapacidade do sistema em sustentar por longo tempo as suas taxas de lucro em níveis elevados. Sentida sob a forma de desemprego, inflação e estagnação econômica generalizada, as seqüelas da crise reverberaram das relações sociais de produção, impondo ao cabo, também, de um embate classista, mudanças técnicas e gerencias no trabalho, até novas formas de política econômica para a intervenção estatal. Nesse quadro de profunda recessão, a teoria econômica neoliberal ganhou força entre os setores dirigentes mais conservadores do capitalismo central como alternativa para reequilibrar mundialmente os lucros do sistema.

Embora com formas de aplicação diferenciada, variando com a realidade social onde é implantado, em linhas gerais o neoliberalismo se pauta pela implementação do programa do

29 Não é objetivo desse capítulo discutir com profundidade esse tema; sobre isso há farta bibliografia que pode ser consultada.

liberalismo econômico capitalista primitivo, mas sobre um cenário social permeado pelas instituições do Estado keynesiano (ou o que foi possível implantar delas), em defesa do mercado livre e da eliminação das intervenções estatais no campo econômico. Suas políticas se materializam concretamente na forma de aumento das taxas de juros, privatização das empresas e atividades estatais, transferência de partes da prestação de serviços sociais básicos (como saúde, educação e previdência social) para as mãos da iniciativa privada, diminuição dos impostos sobre os altos rendimentos, liberdade ao capital especulativo, aumento dos níveis de desemprego, corte nos "gastos" sociais e neutralização do sindicalismo combativo e da legislação trabalhista.

No Brasil, em função do contexto peculiar interno de ocaso do regime militar e concomitante ascenso do movimento operário, a plataforma política neoliberal e seus coadjuvantes ideológicos, bem como a reestruturação produtiva como seu equivalente material, não se fizeram sentir na mesma época em que ocorria no capitalismo central, sendo assim, só conseguiram penetrar após a vitória da frente conservadora galvanizada na candidatura de Collor à presidência da república. Com a eleição, e consequente adoção por parte desse governo, de uma agenda prenhe de reformas comerciais liberalizantes e de privatizações, exemplificadas, respectivamente, pelas sugestões do "Consenso" de Washington e pelo PND (Plano Nacional de Desestatização), além de outros fatores como a desindustrialização, as implementações de inovações tecnológicas de base micro-eletrônica na indústria e as novas modalidades de gestão da força de trabalho nas fábricas, assim como também de agentes políticos externos, como a falência do socialismo real, o desmanche da URSS e Leste Europeu e a caça mundial ao movimento sindical combativo, o sindicalismo brasileiro recuou e se manteve em estado defensivo no certame classista nacional.

Embora apenas iniciadas no governo Collor, as reformas de cunho neoliberal e seus efeitos sobre o mundo do trabalho ganharam mais radicalidade durante os sucessivos mandatos do governo FHC, entre 1995 e 2002, e se mantiveram sem mudanças significativas durante o dois governo Lula (2003-2008). Nos últimos quase 20 anos, a abertura comercial e financeira que aprofundou a inserção do Brasil de forma dependente e subordinada na economia mundial, colocou a taxa de desemprego do país no índice mais elevado da sua história (Figura 2), maior inclusive que quando da ocasião da transição do escravismo para o assalariamento no século XIX (POCHMANN, 2006), gerando, além da sabida barbárie social,

a quase desintegração completa das bases sindicais[30].

Fonte: Retirado e adaptado de Pochmann (2006).

Tabela 1. Evolução do Índice de Desemprego no Brasil 1980 – 2003.

Muitos pesquisadores brasileiros que se debruçam sobre as questões de sindicalismo (BOITO JR, 1996 e 1999; DIAS, 2006; GIANNOTTI e LOPES NETO, 1992; RODRIGUES, 1997; TUMOLO, 2002) chegaram à conclusão de que nesse contexto o sindicalismo da CUT, de fato, passou por uma transformação substanciosa. Muito embora não cheguem a um consenso a respeito dos determinantes dessa mudança (uns referenciando-se fortemente na opção da Articulação Sindical para a prática sindical, para outros pesando as questões estruturais que imperaram nas escolhas da direção da Central para o momento), pode-se dizer que é unânime a posição de que de uma estratégia de ação baseada no confronto e na luta de classe, a CUT ao longo da década de 1990, passou para uma estratégia de proposição e negociação, nos termos da ordem, com as classes dirigentes brasileiras.

Não é nosso intento aqui expor e debater todo o acumulado de resultados de pesquisas que se tem a respeito dessas mutações ocorridas no sindicalismo brasileiro e de modo especial na CUT. Só esse debate renderia material para inúmeros estudos. Por outro lado, o nosso

30 No entanto, diga-se de passagem, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo no Brasil não lograram destruir toda forma de ação sindical. Mesmo que em tese qualquer tentativa de monopolização da representação de trabalhadores para teoria neoliberal seja um coorporativismo que fere as liberdades de mercado e do indivíduo, aqui no país, com um misto de peleguismo tradicional e oportunismo político, surgiu uma modalidade de sindicalismo que acabou por ser funcional aos interesses de classe representados pelos portadores da ideologia neoliberal e pelos arautos da mudança de paradigma produtivo. Mais informações vide: TRÓPIA, Patrícia Vieira. *O impacto da ideologia neoliberal no meio operário: um estudo sobre os metalúrgicos da cidade de São Paulo e a Força Sindical*. 2004. 282 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

desejo é, com anuência em relação a estas pesquisas, sublinhar que a CUT, depositária no início dos anos 1980 dos interesses mais progressistas da classe trabalhadora nacional e vanguarda do sindicalismo na luta pela mudança, converteu-se na prática (mas não de forma tranquila e inconteste) numa central avessa à construção radical (e única) do socialismo. Outrossim, se é certo que as mudanças sócio-econômicas estruturais foram capazes de pesar sobremaneira na redefinição de rumo do sindicalismo cutista, no entanto, elas não são inexoráveis e irresistíveis a ponto de impedir que qualquer reação dos sujeitos individuais e coletivos pudesse ser interpostas a elas. Em boa medida, as mudanças estruturais também obedecem a uma determinação de múltiplas vias, ou seja, têm a capacidade de alterar um sistema de coisas, mas também de serem alteradas. Assim, pode-se dizer que a alteração da estratégia cutista teve a ver, em parte com o imperativo das questões de força estrutural (como os movimentos gerais da economia) e em parte com as próprias opções dos agentes que compõe a Central.

Dito isto, e sabendo que a política de formação é a cristalização mais bem acabada da maneira de pensar e de agir de uma entidade que a pratica, o próximo passo é averiguar qual a estratégia de formação sindical empreendida pela CUT no contexto das reformas das políticas públicas de teor neoliberal (em especial aquelas relacionadas à educação profissional) e como isso se vincula com sua práxis no campo sindical. É o que se tratará na próxima seção.

3.2 A POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CUT NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PLANFOR DO GOVERNO FHC

Na esteira dos ajustes políticos e econômicos institucionais empreendidos pelo governo FHC com o discurso de adequar o país para a entrada na globalização, a proposta de reforma da educação profissional aparece como uma tentativa de conformar os trabalhadores para se adaptarem às necessidades de flexibilização da produção exigida pelas empresas brasileiras a fim de que estas pudessem ter sua produtividade e competitividade aumentadas na concorrência do mercado mundial.

Nesse sentido, de acordo com Souza (2006a):

> No campo educacional a *proposta de governo* [de FHC] considerava que o país tinha muito a avançar na reforma da educação e nos estímulos ao

> desenvolvimento de ciência e tecnologia, para que viesse a ter condições de forjar um novo modelo de desenvolvimento, impulsionasse inadiáveis transformações sociais e alcançasse presença significativa na economia mundial. A educação assumia, assim, um caráter de instrumento de competitividade e produtividade industrial (SOUZA, 2006a, p. 481, grifos no original).

Para se fazer cumprir as propostas relativas à questão, no primeiro ano de mandato, o governo FHC criou a Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (Sefor), vinculada ao Ministério do Trabalho (MTb), com as tarefas de reformular conceitualmente a noção de educação profissional, fazer a devida articulação institucional e construir um novo tipo de relação entre Estado e sociedade civil (IBID., p. 482). Para se cumprir a reforma, continua Souza (2006a), as ações atribuídas à Sefor ficaram definidas como sendo as seguintes:

> a) consolidar e difundir um novo conceito de educação profissional, como elemento indissociável do desenvolvimento sustentável, que não se confunde com assistencialismo nem substitui educação básica;
> b) reestabelecer o papel da educação profissional, como processo com começo, meio e fim, com foco no mercado de trabalho, tendo em vista a empregabilidade da clientela;
> c) promover o desenvolvimento didático-metodológico – envolvendo currículos, programas e recursos instrucionais (livros, vídeos, softwares) – adequados a processos de qualificação e requalificação profissional que levem em conta as peculiaridades e condições das diferentes clientelas – trabalhadores inseridos em processos de modernização, desempregados, jovens de baixa escolaridade, excluídos – das diversas regiões do país;
> d) fomentar o desenvolvimento de metodologias e sistemas que dêem suporte ao atendimento integrado ao trabalhador, em matéria de orientação e análise ocupacional, informação sobre mercado de trabalho;
> e) consolidar e difundir essa base conceitual-metodológica no âmbito tanto do Ministério do Trabalho, como das agências de educação profissional e dos órgãos e entidades envolvidos no projeto (BRASIL, 1995 apud SOUZA 2006a).

Colocando em prática estas ações, em 1996 o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, pela resolução nº 126/96, criou o Planfor[31], que, sob o âmbito da Política Pública de Trabalho e Renda (PPTR) do MTb, e a partir das verbas oriundas do FAT, objetivou dar unicidade aos diversos programas de qualificação que estavam em curso pelo Brasil. O entendimento do governo para o assunto era que, em função das mudanças no

31 A sigla Planfor aparece em documentos oficias significando, sem diferenciação, ora Plano Nacional de Formação Profissional, ora Programa Nacional de Formação Profissional e ora Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador.

padrão produtivo pelo qual passava o Brasil e o mundo, as instituições que praticavam esse tipo de educação teriam que ser reformuladas para atender essa demanda de novas *competências* necessitadas pelas empresas. É sem meias palavras que o governo federal oficialmente dizia que:

> Os modelos tradicionais de EP [Educação Profissional], em particular os mais antigos e consolidados, como Senai, Senac, e escolas técnicas federais [...] estavam preparados para ministrar uma formação única, sólida até, para um bom e estável emprego; mas não para a mudança, a flexibilidade, a polivalência cobradas pelo setor produtivo. Sabiam disciplinar para a assiduidade, pontualidade e obediência; não para a iniciativa, o imprevisto, a decisão e a responsabilidade (BRASIL, 1999).

Ainda de acordo com Souza (2006a), que pesquisou a fundo as origens do Planfor, sabemos que o seu financiamento acontece por meio do FAT e se dá com recursos propiciados pela rubrica "qualificação profissional", sendo repassados aos estados e Distrito Federal e aos parceiros nacionais e regionais através de convênios firmados com o CODEFAT e o MTb. Ele é gerenciado no nível federal pelos mesmos CODEFAT e MTb, e também pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) e o Departamento de Qualificação Profissional (DEQP); já nas instâncias estaduais/municipais quem os gere são os Conselhos Estaduais/Municipais de Trabalho ou Secretarias de Trabalho ou equivalentes.

É bom lembrar que a criação do Planfor se deu em consonância com o princípio neoliberal praticado pelo governo FHC, segundo o qual o Estado não seria mais o ente obrigado a propor soluções "universalistas" para as políticas sociais (estas passaram a ser entendidas sempre como "gastos"), fazendo com que, nesse cenário, ocorresse a descentralização e a privatização de boa parte de suas atribuições. É a partir desse encaminhamento que a divisão em instâncias para gerir e planejar o Planfor estava em perfeita correspondência com a necessidade neoliberal de retirar determinados poderes do Estado, conquanto que a execução de seus cursos e programas por meio de uma rede de instituições, tanto públicas quanto privadas, também dizia respeito a uma modalidade de privatização das políticas públicas voltadas à formação profissional[32]. Nesse ínterim que para poder executar a educação profissional, as agências se candidatavam segundo critérios definidos em lei e de acordo com a inspiração política da reforma da educação profissional, e, se aprovadas,

32 Souza (2006a) nos lembra que entre os anos 1996 e 1999 essa Rede era formada por 14 mil agências em todo o país, tais como universidades, faculdades, institutos, escolas, Sistema S, associações, federações, confederações, sindicatos patronais e de trabalhadores além, é claro, de centrais sindicais.

passavam a realizar a formação recebendo os recursos do FAT, principal financiador do país para atividades nesse campo.

É bem verdade que numa apreciação crítica a respeito do Planfor, encontramos a explicação de que se trata de uma política compensatória de emprego no contexto dos efeitos da subordinação econômica do país ao grande capital internacional, (levada a cabo com mais profundidade pelo governo FHC); contudo, inspirado na reedição da teoria do capital humano[33], o Planfor operou durante todo o seu funcionamento com o princípio de que cada trabalhador seria responsável individualmente pela sua própria educação, e conseqüentemente, pela garantia (ou não) do seu emprego. A partir de uma interpretação linear e imediata da realidade, ele significou a expressão de um construto ideológico que pode ser resumido na formulação de que *o emprego e a grandeza de salário de cada trabalhador estaria em proporção direta com o nível e a qualidade de formação de cada um*. É em boa medida o que continua nos dizendo Souza (2006a), com o discurso da superação da divisão entre formação básica e formação profissional:

> [..] o governo propõe como superação dessa dicotomia nada mais é do que uma divisão do trabalho educativo de formação do novo trabalhador, onde à educação básica compete a formação de competências sociais – conformação ético-política do trabalhador – e à educação profissional compete a formação de competências técnico-operacionais – conformação psicofísica do trabalhador. De posse desse arsenal de competências, resta à empresa apenas o acionamento de suas estratégias gerenciais para consolidar a captura da subjetividade operária em favor da valorização do capital (SOUZA, 2006a, p.487).

É nesse sentido que dizemos que o Planfor representou o avanço da sanha privatista sobre a educação brasileira, e, especialmente sobre a educação profissional, deixando como conseqüência, a colocação de mais um elemento para o desmonte (de grande parte do que havia) de ensino universal público, gratuito no país, além de ter interceptado o processo de construção de uma educação unitária com as características necessárias para o desenvolvimento de, no mínimo, trabalhadores críticos e capazes de dominar o saber do processo produtivo, que há muito era reivindicação histórica dos trabalhadores e movimentos

33 De acordo com Frigotto (1996): "A idéia-chave [da teoria do capital humano] é de que a um acréscimo marginal de instrução, treinamento e educação, corresponde um acréscimo marginal de capacidade de produção. Ou seja, a idéia de capital humano é uma "quantidade" ou um grau de educação e de qualificação, tomado como indicativo de um determinado volume de conhecimento, habilidades e atitudes adquiridas, que funcionam como potencializadoras da capacidade de trabalho e de produção. Mais informações vide: FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo, Cortez, 1996, p. 83.

de esquerda vinculados à educação no Brasil. No entanto, mesmo sabendo das limitações de se atender essas demandas num arranjo societal que se pauta pela lei do valor, queremos ressaltar que o peso do golpe dado pela privatização do ensino profissionalizante no Brasil fez amainar ainda mais a luta mesmo por reformas progressistas por dentro do sistema[34]. Foi nesse panorama, como já se disse, que a CUT deu início às suas investidas na prática de formação profissional associada a sua política de formação mais geral.

Somada à crise percebida nas suas bases por conta das transformações no mundo do trabalho, nos início dos anos 90 a PNF da Central também sofre um revertério por conta da diminuição do financiamento internacional das suas atividades de formação. Como é sabido, inspirada na idéia de solidariedade internacional de classe, boa parte da PNF da CUT obteve uma sustentação pecuniária importante de ONG's, sindicatos e centrais sindicais européias no período compreendido entre o fim dos anos 80 e início dos 90. A esse respeito, Eliane Mora (2007) nos noticia, por exemplo, que mais da metade dos recursos para a Escola Sindical Norte da CUT, em Belém, nesse tempo, veio das centrais DGB da Alemanha, da ICCO (ONG holandesa), da CISL italiana, além de campanhas feitas por governos e centrais do velho continente. A Escola Sul por sua vez, também contou com a cooperação internacional da Alemanha e Itália, mas também com receitas sindicais e vendas de serviços. Com o Instituto Cajamar também não foi diferente, apesar de obter recursos com as livrarias que possuía e com prestação de serviços, também recebia importante aporte financeiro de agências européias. Assim como também a Escola 7 de Outubro, que fundamentalmente foi construída e bancada pelo ISCOS-CISL com um projeto de 1,2 milhão de dólares (MORA, 2007).

Segundo a pesquisadora, neste aspecto:

> Havia uma forte preocupação com as formas de auto-sustentação das estruturas e das atividades da formação, que eram por demais dependentes da cooperação internacional e estes recursos estavam, como já vimos, diminuindo. Nessa ocasião os recursos públicos são apresentados como uma fonte a ser explorada (MORA, 2007. p. 122).

É o que a própria CUT evidencia nas resoluções do seu V Concut de 1994, quando, ao fazer o diagnóstico de sua situação financeira, constata a sua situação de inadimplência e crise

34 A luta por reformas parciais por dentro do sistema sempre representou para a esquerda socialista uma tática na busca por melhorias nas condições de vida e trabalho. No entanto, há que se lembrar que essa metodologia de luta significa muito mais um exercício pedagógico para o proletariado no sentido de demonstrar as restrições do capital em não poder atender às demandas dos trabalhadores, e por isso, esse modo de produção deveria ser substituído por uma organização social socialista.

por conta da diminuição do número de sindicalizados e, também, quando verifica o estado das receitas advindas de convênios internacionais, que segundo ela, vinham “caindo ano a ano, obrigando a CUT a assumir paulatinamente as despesas de atividades e de organismos que eram tradicionalmente financiados por recursos externos” (CUT, 1994, p. 88).

Assim, a partir desse conjunto de elementos, articulados e mutuamente determinados, como as mudanças na organização produtiva, neoliberalismo, social-democratização das centrais européias, recessão econômica, surgimento e crescimento da Central Sindical Força Sindical, escasseamento das verbas e hegemonia da Articulação Sindical na sua executiva, que a CUT viu nos recursos provenientes do FAT, ao mesmo tempo, uma solução para seus problemas de caixa e uma alternativa para recuperação de seu prestígio político, e partiu para as experiências no campo da educação profissionalizante de trabalhadores.

Por mais que o discurso seja o de disputar as concepções de formação profissional dadas pelo patronato com recursos públicos no âmbito do Planfor, a CUT, por vias oblíquas, acaba por compactuar com a reforma privatizante do ensino profissional brasileiro e reforçar o fetiche da qualificação contra o desemprego ao se apresentar como mais uma agência que seguiu as diretrizes do Planfor e se tornou apta a executá-lo. Como já foi visto, o início indireto dessas experiências se deu 1996 quando a CNM – integrante de sua estrutura vertical, começou a desenvolver o Programa Integrar voltado à metalúrgicos desempregados, fornecendo-lhes a formação profissional em conjunto com ensino de primeiro grau (daí a origem do nome do programa). Mas em 1997 (ano em que submeteu o projeto), por meio do convênio MTb/Sefor/CODEFAT 0011/97, a própria Central iniciou já m 1998, sem intermediários, a sua própria participação no Planfor através do Programa Integral de Capacitação de Conselheiros das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho, Emprego e Renda e de Formação de Formadores em Educação Profissional, para atuarem nas instâncias tripartites, responsáveis pelo gerenciamento do FAT. Conforme se pode ver na citação do documento a seguir (organizado por dirigentes cutistas e publicado pela própria Central), para a entidade, o início de suas atividades no campo da formação profissionalizante não se deu com outro motivo a não ser o da luta contra o desemprego:

> [...] o motor principal da participação da CUT no Planfor foi constituir e consolidar avanços conceituais e metodológicos adequados às prerrogativas dos trabalhadores, assim como instituir um movimento amplo de intervenção nas políticas públicas, desde os governos locais, visando alternativas ao

> *desemprego e exclusão sociais* (SAUL et al., 2003, p. 34, grifos nossos).

Para a realização dos cursos entre 1998 e 1999, Delúbio Soares de Castro, representante da Central no CODEFAT, propôs no final do ano de 1997 que se aumentassem as verbas para o programa de 360 milhões de reais para 1 bilhão, para que a CUT pudesse disputar um montante de verbas ainda maior (TUMOLO, 2002, p. 199). Não sabemos informar se de fato para o ano seguinte a verba aumentou e/ou quanto teve de aumento, no entanto, pudemos averiguar que para o ano de 1998 a CUT recebeu 8 milhões de reais do FAT a fim de executar os seus programas de formação previstos[35].

De fato, o que há de mais verdadeiro é que a estrutura de formação da CUT engrandece-se a partir desse ano e a PNF se reorganiza e amplia-se como nunca havia feito na sua história, visando captar um montante ainda maior de recursos do FAT, para efetivar um número também maior de cursos e programas profissionalizantes, e segundo a própria Central, poder disputar ainda mais com o empresariado as concepções político-pedagógicas em educação profissional. Em resumo, pode-se dizer que a orientação da CUT para a disputa de projetos de formação profissional no âmbito do FAT era que, como as entidades privadas e patronais desenvolviam uma educação parcial, voltada exclusivamente para o atendimento das demandas produtivas, de conformação de um trabalhador apto a operar com as inovações do sistema produtivo, a Central deveria usar as mesmas armas e o mesmo espaço, como um *locus* da "disputa de hegemonia"[36], para conseguir desenvolver uma formação de trabalhadores de natureza política e sindical, básica e profissional, que, ao mesmo tempo, lhes daria a qualificação pretendida, também fornecer-lhes-ia o instrumental crítico para atuarem no mundo do trabalho. É a justificativa que de fato pode ser encontrada nos documentos da Central desse período, como por exemplo, no texto da 9ª Plenária (realizada em agosto de 1999), quando a política da CUT para a formação profissional ganhou, pela primeira vez nas resoluções de um fórum decisório, um tópico exclusivo:

> A afirmação da atuação institucional da CUT nas Comissões de Emprego deve convertê-las em espaços legítimos de *disputa de hegemonia*, a partir da qual a realização de ações e projetos no âmbito da formação profissional,

35 Informações obtidas através de: TEIXEIRA, Rodrigo Dias. A conversão da CUT e a relação com o FAT (1990-2000). In: *História e Luta de Classes*, ano 4, nº 5, Trabalhadores e suas organizações. Rio de Janeiro, 2008, p. 83-90.

36 Sabendo que Gramsci recebeu diversas "leituras" no Brasil, inspirada em alguma determinada, a CUT passou a usar exatamente a expressão com origem no pensador italiano.

> financiado com recursos do FAT, ganham maior importância. Temos clareza que a configuração de uma nova institucionalidade no campo educacional, particularmente da formação profissional, no Brasil, ainda que permeada e muitas vezes impulsionada por interesses governamentais e patronais, constitui-se atualmente em espaço de disputa ideológica e conformará as ações em educação e formação profissional nas próximas décadas. Garantir as condições políticas e técnico-financeiras para os trabalhadores participarem efetivamente da gestão do Planfor é uma exigência premente (CUT, 1999d, p. 87, grifos meus).

Sendo assim, foi no ímpeto dado pela experimentação na prática de fornecer cursos de educação profissional com verbas do FAT que a temática ganhou mais centralidade no interior da Central. Nessa direção deu-se início a um novo ciclo de reajuste estratégico/institucional da PNF, que começou com a realização da 13ª Edição do ENAFOR, passou pela organização de consecutivas conferências nacionais da formação e foi coroado com a efetivação no período relativo a 1999/2002 de um amplo Programa Nacional de Formação desenvolvido em praticamente toda a RNF.

3.2.1. A PNF entre 1999 e 2002:

Como parte do início desse novo ciclo de reestruturação da PNF, foi realizada em Natal a 13ª edição do ENAFOR (de 14 a 17 de dezembro de 1998). Segundo faz saber a publicação *Diretrizes e estratégia da Política Nacional de Formação 1999/2000* (1999a), documento que sintetiza as resoluções do encontro, este ENAFOR aconteceu com o propósito de fazer a avaliação da PNF no período em que se desenvolveu o programa Integrar, e a partir disso, apontar os próximos passos no sentido de melhorar a organização da Rede Nacional de Formação para o seu funcionamento nos anos subseqüentes, assim como também de definir as estratégias, os eixos, os objetivos e as bases de financiamento da formação para o biênio 1999/00[37].

Este ENAFOR aconteceu tendo como ponto de partida uma análise de conjuntura segundo a qual, em razão de uma suposta "crise paradigmática" que se abateu sobre o sindicalismo contemporâneo, a contraposição ao neoliberalismo tinha que se dar por meio da construção de alternativas no campo da geração de emprego e renda, na perspectiva da

37 A 13ª edição também decidiu que este seria o último planejamento da PNF com peridiocidade bianual, e que a partir do 7º Concut (2000) os planos de formação seriam trienais.

economia solidária (CUT, 1999a, p. 8). É nesse contexto que a Formação assumiria o papel central de qualificar dirigentes e lideranças sindicais para enfrentar esse cenário de mudanças, além de fazer da prática em educação profissional o principal veículo de intervenção da CUT nas propostas a respeito destas políticas de geração de emprego e renda.

Visto que as ambições da Formação cutista ampliaram seus horizontes a partir de então, é após esse encontro que a Rede Nacional de Formação assumiu uma forma mais bem definida de funcionamento (conforme esquematizada por nós no capítulo passado) a fim de se gerir um Plano de Formação articulado nacionalmente de verdade, pois, segundo se pode deduzir, para a CUT os planos de formação anteriores não tiveram uma abrangência nesse âmbito. O que nos atrai a atenção nesse ponto em especifico é o fato de que mesmo a CUT tendo criado a sua Secretaria Nacional de Formação ainda em 1984 no seu primeiro congresso e já desenvolvido ações formativas de caráter nacional e planos de formação com alcance em todo o país desde então, é somente depois das mudanças de rumo de um sindicalismo com horizonte na construção radical de socialismo para um sindicalismo propositivo (no qual a adesão à prática da formação profissional com recursos do FAT é só uma derivação mais evidente), que a Central diz efetivar sua Política de Formação com abrangência nacional.

A análise de tal episódio nos permite concluir então que a formação para a entidade só se tornou prioridade, portanto, quando ela pôde disputar verbas públicas para promovê-la, e mesmo assim, com clara inclinação para a educação profissionalizante. Ademais, conjecturamos explicar que esse fato só encontra entendimento se tiver como base a acirrada polarização entre a "esquerda" e a "direita" da Central, que durou com relativo equilíbrio de forças até o seu IV Concut (1991), com a vitória deste último setor, e que pôde, por fim, hegemonizar suas concepções de mundo e de sindicalismo.

Não obstante, retornando às reflexões sobre o 13º ENAFOR, o que se notou também de importante foi a euforia da Secretaria Nacional de Formação[38] com a prática realizada no ano anterior, quando do início do FAT para os projetos de formação. Em linhas gerais o que se percebe é a constatação de que os 8 milhões que vieram do Fundo para o ano de 1998 proporcionaram uma maior integração dos agentes da RNF, o que ajudou a fornecer previsões

38 Faz-se importante lembrar que na época dessa versão do ENAFOR, a SNF era dirigida por Altemir Antônio Tortelli, oriundo da FETRAF/RS – Federação dos Trabalhadores em Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul – que assumiu a pasta em 1997 e a deixou em 2003 para José Celestino Lourenço (Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais), cumprindo, portanto, dois mandatos consecutivos.

otimistas para a movimentação da PNF nos anos seguintes. E de fato é o que se pode ler nos documentos, onde se tem a informação que:

> Nunca se elaborou tanto em tão pouco tempo na Rede. O próprio conceito de Rede foi posto à prova, pois intensificou-se a execução de uma política nacional (com princípios, diretrizes, metas, orçamento etc), que observou e incorporou as diversas regionais (CUT, 1999a, p. 9-10).

E é mais acintoso a respeito da injeção de dinheiro e ânimo na PNF quando diz que: "Prazos, metas, orçamento e pressão pela resposta imediata, apesar do caos inicial, foram superados com louvor" (IBID. p. 10). Em virtude do êxito das atividades, não poderia ser por outro motivo que, mesmo a discussão do financiamento da PNF sendo ponto de pauta do encontro, pouco se avançou no sentido de definir formas de captação de recursos externos à Central, apesar das explícitas manifestações de que isso devia ser superado. Uma questão tão importante para a personalidade política da CUT como é o patrocínio de atividades de formação profissional com recursos originados do FAT, mereceria um debate maior do que a simples menção nas resoluções de que "muito se tem debatido sobre os males e as virtudes dos projetos financiados pelo FAT" e que seria preciso refletir sobre a questão (IBID., p. 10). De fato, esta é a única citação que se encontra a respeito do FAT no documento analisado, o que para nós representou uma forma clara de esquivar-se da discussão sobre as implicações dele nas ações mais amplas da Central e, portanto, de uma forma de não encará-lo realmente como uma problemática a ser enfrentada.

De outro modo, foi a partir desse ENAFOR que a Secretaria Nacional de Formação buscou construir um plano de formação com maior integração entre as demais instâncias da RNF, definindo com mais nitidez o papel de cada uma na execução, planejamento e gestão da Formação. Para tanto, definiu-se cinco grandes Eixos Temáticos que orientariam e facilitariam esse planejamento, a implementação e avaliação do trabalho de toda a Rede. A título de ilustrar as concepções presentes em cada um e no conjunto dos eixos, temos que, em relação ao eixo *Trabalho*, as principais propostas seriam pautadas pela organização de trabalhadores desempregados e do setor informal e doméstico, pelas experiências da economia solidária e as transformações no mundo do trabalho. Já o eixo *Educação* se orientaria pela construção da PNF auxiliada por outros sujeitos da educação, pela educação integral (formal + sindical + profissional) e pela contribuição às políticas de geração de emprego e renda. Por

sua vez, o eixo *Projeto Sindical* guiaria a atualização da prática do projeto sindical da CUT, além das mudanças na legislação trabalhista e sindical, também a discussão sobre liberdade e autonomia na contratação e negociação coletiva e o papel das centrais e da CUT internacionalmente. O eixo *Desenvolvimento e Democracia* buscaria sistematizar tudo o que dissesse respeito ao papel da CUT no tema, subsidiar a formulação de políticas de desenvolvimento includentes, acompanhar a constituição da agência de desenvolvimento solidário da Central e efetivar o sindicalismo cidadão. O eixo *Consolidação da Rede*, serviria para formular um outro padrão de financiamento da PNF, viabilizar o fortalecimento da Rede e da PNF e consolidar o funcionamento dos Núcleos Temáticos (que por sua vez, foram mantidos os mesmos após o Encontro).

A respeito especificamente dos objetivos da PNF para a Educação Profissional, este ENAFOR decidiu que seria preciso:

> a) Avançar na formulação de políticas educacionais que integrem a educação básica, a qualificação profissional, a formação sindical tendo como referência as experiências desenvolvidas historicamente no campo da educação popular, dialogando com outras formulações presentes na CUT, privilegiadamente com o setor da educação, visando uma posição mais permanente entre a central e os demais sujeitos que influenciam o debate sobre educação no Brasil, assim como estabelecer, entre estas dimensões, bases comuns de interação;
> b) Aprofundar a discussão sobre as ações da CUT relacionadas à constituição de um sistema público de emprego e qualificação profissional não estatal (CUT, 1999a, p. 12).

De tal sorte, este encontro decidiu por manter e ampliar o investimento em formação profissional articulada com a formação sindical, por entender que o ensino de uma visão de mundo crítica ao neoliberalismo e de aspectos (pontuais) do capitalismo, fornecido dentro dos conteúdos dos cursos profissionalizantes, seria o grande responsável pela construção de trabalhadores críticos, capazes de reivindicar ao Estado seus direitos de cidadania[39].

Como parte dos encaminhamentos ainda do 13º ENAFOR, resolveu-se pela construção da 1ª Conferência Nacional de Formação que teria por objetivo principal promover o intercâmbio de experiências no campo da educação de jovens e adultos, com a finalidade de refletir mais sobre a educação integral no contexto das mudanças nos "mundos do trabalho,

39 Outra coisa que chama bastante atenção nos diversos documentos produzidos pela CUT é a utilização da noção de *cidadania* como sendo o objetivo principal da luta sindical. Abordaremos mais adiante o significado prático desse termo para a CUT e qual o seu respaldo na estratégia política desenvolvida por ela.

do Estado e da Sociedade" com vistas a avançar na formulação de estratégias educativas que integrassem "as dimensões da cidadania, da cultura e do Trabalho" (CUT, 1999a., p. 27-28).

Desse modo, é que na esteira da remodelagem burocrático-administrativa da PNF, a 9ª Plenária Nacional da CUT (realizada na cidade de São Paulo em agosto de 1999), refletiu a importância político-estratégica que a Formação cutista adquiriu a partir do seu engrandecimento por meio de recursos do FAT, ao trazer pela primeira vez entre os fóruns decisórios da Central, um capítulo com resoluções específicas sobre a questão da formação profissional.

Nesta plenária, além de ratificar as deliberações extraídas do 13º ENAFOR, a Central passa pela discussão crítica a respeito dos problemas vivenciados no Brasil para a construção de Sistema Público de Emprego no país para chegar à constatação de que para o atendimento das necessidades da classe trabalhadora nacional relativas à questão da sua educação e emprego, seria preciso afirmar uma concepção de política pública de educação voltada à formação integral, de forma a marcar contraposição a educação inspirada na visão neoliberal privatizante e competitiva. É nesse sentido que a luta da CUT deveria se pautar pela expansão da educação profissional como uma política pública capaz de garantir a formação de trabalhadores jovens e articulando as iniciativas de formação profissional com as demais ações voltadas para o emprego e renda, e como forma de encaminhar a luta, a plenária propõe a qualificação e consolidação da intervenção da CUT nos espaços institucionais da formação profissional, como as Comissões Estaduais e Municipais de Emprego (CUT, 1999d).

Com um discurso reformista sobre o papel que uma Central deveria ter em relação ao Estado (e uma prática coerente com a retórica), a CUT optou no mesmo ano por dar continuidade ao convênio com o MTb/Sefor, e submeteu mais um projeto ao Planfor a fim de promover a sua modalidade de educação profissional custeada pelo FAT.

Embora a tendência de cortes com "gastos" sociais do orçamento da União tenha forçado o governo a reduzir em 50% as verbas destinadas ao Planfor/99 – o que obrigou a CUT e MTb a celebrar um único convênio entre elas, ao invés de vários, como se pretendia – para o ano de 1999 a Central recebeu ainda uma quantia de dinheiro do Fundo na ordem de 21 milhões de reais para realizar a formação. Em razão desse ocorrido, inicialmente sete projetos de formação foram unificados num único só, formando o Projeto Nacional de Qualificação Profissional (PNQP) – CUT Brasil. Dentre esses primeiros estavam: o Programa Integração

(da SNF), o Programa Integrar (da CNM), o Programa Integral (da SNF e das Escolas), o Programa Nacional de Formação Profissional para Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (da CONTAG), o Programa Regional Sul (das CUT's regional Sul e Escola Sul), o Programa Vento Norte (das CUT's regional Norte e Escolas Chico Mendes e Amazônia) e o Programa Regional Nordeste (das CUT's regional Nordeste e Escola Nordeste).

Para a CUT, um único convênio do MTb/Sefor de caráter nacional com as Centrais Sindicais representou a reversão da tendência à fragmentação que caracterizou as origens da instalação do Planfor, e desse modo, o PNQP pôde conferir unicidade institucional, política e metodológica de todas as ações e projetos desenvolvidos para a qualificação profissional no interior da entidade (SAUL et al., 2003).

Começando com a realização destes 7 programas citados, até o ano de 2002 praticamente toda a Rede de formação cutista se envolveu no PNQP, "incluindo todas as regiões do país e a maioria dos setores sindicais filiados" (IBID, p. 36). Conforme tivemos a oportunidade de apurar em diversas e variadas fontes (MORA, 2007; SOUZA 2006b; TEIXEIRA 2008), de 1999 a 2002 – tempo de duração da participação da CUT no Planfor do Governo Fernando Henrique Cardoso, a Central conseguiu angariar um montante de recursos no total de 129 milhões reais de verbas originadas do FAT, o que representou, ao longo desses anos, cerca de 70% do financiamento de toda a estrutura de formação da CUT[40]. O quadro A seguir ilustra com precisão a evolução anual dessa verba para a CUT:

VALOR	ANO
R$ 8 milhões	1998
R$ 21 milhões	1999
R$ 35 milhões[41]	2000
R$ 30 milhões	2001
R$ 35 milhões	2002

Fonte: MORA(2007); SOUZA(2006b);TEIXEIRA (2008);

Quadro 1. Quantidade de recursos vindos do FAT para a CUT de acordo com o ano

40 Essa porcentagem foi revelada pela própria SNF durante a II Conferência da PNF em seminário específico sobre a política de financiamento da formação cutista.

41 Zarpelon através de informações conseguidas pelo Gabinete do Deputado Federal Agnelo Queiroz (PC do B) em 2002 nos dá conta, entretanto, que nesse ano os recursos do FAT para a CUT chegaram a 39 milhões de reais. Optamos por manter a informação que mais teve ocorrência nos documentos consultados. Outras informações vide: ZARPELON, Sandra Regina. *A esquerda socialista e o novo socialismo utópico: aproximações entre a atuação das ONG's e o cooperativismo da CUT*. 2003. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003, p. 46.

No bojo do PNQP – CUT Brasil com a utilização dos referidos recursos públicos, foram desenvolvidos os seguintes programas com as respectivas propostas[42]:

1) *Programa Integração*: operado diretamente pela SNF em associação com nove Confederações e Federações Nacionais, era voltado para i) trabalhadores desempregados ou na busca do primeiro emprego, ii) gestores de ações e projetos de qualificação profissional, em especial dirigentes e assessores sindicais, iii) educadores e o estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas. Em conjunto com as Escolas, e voltado para os Ramos, confederações e federações, CUT's estaduais e sindicatos, o Integração se organizava dividindo-se em outros três sub-programas: I – Formação e qualificação profissional para trabalhadores, com elevação da escolaridade; II – Qualificação continuada para Gestão de ações e projetos de qualificação profissional e suas relações com o sistema público de emprego; III – Negociação e Contratação Coletiva em Qualificação Profissional.

2) *Programa Integrar*: Completamente organizado pela CNM, ele se apresentava subdividido em mais quatro programas: I – Formação profissional para trabalhadores desempregados ou sob risco de desemprego com escolarização de 1º e 2º graus; II – Formação Profissional Negociada em empresas em processo de Reestruturação Produtiva; III – Formação de Formadores para educadores do Programa Integrar; IV – Formação de Dirigentes para Ações Tripartites, direcionado a dirigentes sindicais com elevação de escolaridade de 1º, 2º e 3º graus.

3) *Programa Formação Integral*: realizado em parceria da SNF com mais sete Escolas de Formação, tinha como público alvo i) educadores, ii) assessores, iii) membros de ONG's ou escolas populares de formação profissional, rede pública e privada e dirigentes da CUT e iiii) Conselheiros da Comissões Estaduais e Municipais de Emprego. Era ministrado na forma de I – Formação de Formadores em educação profissional e II – Capacitação de Conselheiros das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho e Emprego.

4) *Programa Nacional de Formação Profissional para Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais*: desenvolvido pela CONTAG, se dividia em 5 sub-programas: I – Capacitação

42 A nossa principal fonte de informação a respeito dos programas que compunham o PNQP foi: CUT, *Forma & Conteúdo Edição Especial*, nº7, 1999.

de Lideranças e Técnicos em Desenvolvimento Local Sustentável; II – Elaboração de uma Proposta de Adequação da Educação Básica e Fundamental no Meio Rural; III – Capacitação de Dirigentes e Assessores em Formulação de Políticas de Desenvolvimento e Emprego que Universalizem Oportunidades numa perspectiva de Gênero e Geração; IV – Capacitação em Gestão Sindical; V – Formação para Negociação Profissional com Assalariados (as) Rurais;

5) *Programa Regional Sul*: Coordenado e Executado pelas CUT's da região Sul, Escola Sul, visava i) agricultores familiares e assalariados rurais; ii) jovens candidatos ao primeiro emprego; iii) trabalhadores desempregados e iiii) dirigentes sindicais. Seus quatro sub-programas eram: I – Terra Solidária (educação e formação profissional rural e formação profissional de agricultores familiares); II – Escola de Turismo e Hotelaria "Canto da Ilha" (qualificação e reprofissionalização destinada a jovens e adultos); III – Recomeçar (capacitação e requalificação de trabalhadores desempregados); Alicerce (qualificação e formação de trabalhadores a partir do local de trabalho, formação de formadores para os cursos, cursos com ênfase em cidadania e alternativas de geração de emprego e renda);
6) *Programa Vento Norte*: Desenvolvido pelas CUT's da Região Norte e pelas Escolas Chico Mendes e Amazônia, era direcionado a trabalhadores urbanos e rurais, visando à qualificação profissional em três áreas de ocupação: produtos da floresta, práticas culturais amazônicas e elevação da qualidade de vida; formação de formadores para atuarem na área, atividades de gestão e qualificação voltada para as áreas de ocupação citadas.
7) *Programa Regional Vento Norte*: Realizado pelas CUT's da região Nordeste e pela Escola Sindical Nordeste. Tinha por público alvo a capacitação de monitores para atuarem na qualificação profissional articulada com desenvolvimento regional.

De outro modo, é no mesmo ímpeto fomentador de atividades de formação dessa nova fase, que são realizadas nos anos de 1999 e 2002 as duas primeiras conferências da Política Nacional de Formação da CUT e também acontece a retomada da publicação da revista da SNF intitulada *Forma & Conteúdo*, suspendida desde 1994[43]. As duas Conferências não

43 O periódico era o principal meio responsável pela divulgação oficial das reflexões do evento e pela

chegam a apresentar tantas novidades políticas ou organizacionais para a PNF em relação ao que já havia de acúmulo de discussões sobre o tema no interior da Central; em linhas gerais, apenas corrobora as deliberações pensadas desde o V Concut (1994) e as 7ª e 9ª Plenárias (1995 e 1999), principalmente. Seus objetivos centrais eram, segundo consta, reunir boa parte da militância a respeito da matéria para subsidiar futuras reflexões e debates. A primeira Conferência trazia como mote "A educação do Trabalhador na construção da cidadania" e a segunda assuntava sobre "Desafios para uma educação emancipadora". É importante lembrar que ambas insistiam na defesa de que a Central deveria manter o investimento nas modalidades de educação (geral e profissional), mas, embora não se diga, sabe-se que na prática, a educação profissional tinha ampla prioridade para ser executada.

Informados pelas publicações da *Forma & Conteúdo* sobre as Conferências, sabemos que no plano teórico elas apresentaram uma novidade em relação à inspiração justificadora das ações em educação profissional. Se no início da participação da CUT no Planfor o argumento fundamental, tanto da entidade como em especifico da SNF, era de combate ao desemprego e à exclusão social, durante a vigência do PNQP, a justificativa teórico-filosófica passou a residir na necessidade de se fazer a "disputa de hegemonia" na sociedade e nas instâncias estatais com as concepções hegemônicas de educação dadas pelo patronato e pelo governo. Podemos notar a presença desse novo princípio-guia da formação e da estratégia da CUT em diversos documentos, como, por exemplo, na edição especial da *Forma & Conteúdo* às vésperas da I Conferência da PNF:

> A CUT em sua Resolução sobre ESTRATÉGIA põe no seu centro *a disputa de hegemonia*, tanto no que diz respeito a construção de uma contra-hegemonia cultural quanto a formação de uma bloco histórico (frente popular pela cidadania). Esta definição traz elementos fundamentais para a política de formação, tanto no campo orgânico à CUT, quanto em relação à educação em geral. Para os seus formuladores, implica a apropriação de instrumentos políticos-metodológicos que estejam à altura da construção de uma hegemonia cultural [...](CUT, 1999b, p. 17, grifo nosso).

Como também nas resoluções do 14º Enafor (2001), onde se afirma que:

> O papel da formação deve ser o de combinar estratégias para instrumentalizar os trabalhadores no processo de *disputa de hegemoni*a, nos vários espaços onde ela se estabelece, tanto nos embates sobre política

socialização das demais atividades da PNF, bem como também de exprimir a síntese da orientação teórica da Formação cutista através de artigos de dirigentes, intelectuais e personalidades acadêmicas que pesquisavam sobre o tema trabalho e educação.

> pública de geração de emprego e renda quanto na constituição das relações de trabalho [...] (CUT, 2001, p. 18, grifo nosso).

Ou ainda nas resoluções da 10 ª Plenária Nacional da entidade (2002), onde se tem que:

> O desenvolvimento de experiências no campo da Educação Integral dos trabalhadores é tido como espaço e oportunidade para formular e validar conceitos e metodologias, constituindo-se em um importante meio pelo qual a PNF pode contribuir para que a CUT intervenha positivamente nos debates públicos e políticas implementadas pelo Estado para a educação de jovens e adultos no país.
>
> Neste sentido, torna-se cada vez mais necessário aprofundar o debate sobre o caráter de tais experiências e estratégias da CUT, para que elas coloquem-se efetivamente como uma das referências na luta por políticas públicas de inclusão social e no processo de *disputa de hegemonia* na sociedade brasileira (CUT, 2002b, p. 55, grifo nosso).

Por ora, o que importa nesse momento do trabalho, é apenas deixar registrado os princípios teóricos-filosóficos que orientaram a atuação da CUT na intervenção nas questões relativas à educação de trabalhadores e, portanto, não faremos aqui o necessário balanço crítico da questão, deixando essa tarefa para seções seguintes desta obra. No entanto, não podemos deixar de nos imiscuir ligeiramente nesse debate, afirmando que, se não é novidade a guinada do campo majoritário da CUT a uma prática no campo do social-liberalismo em detrimento das bandeiras emancipatórias, e considerando que as ações são sempre materialização de princípios, a adesão a-crítica da Central ao discurso da *disputa de hegemonia* na construção de uma abstrata noção de cidadania se mostra como o mais cristalino exemplo de sua falência enquanto entidade organizadora das lutas históricas da classe trabalhadora brasileira. Esse processo se torna mais nítido com a ascensão de Lula à presidência da República e as políticas de formação desenvolvidas durante seu governo, fazendo com que o adesismo institucional da CUT desse um salto qualitativo.

3.3 O PNQ DO GOVERNO LULA E A FORMAÇÃO CUTISTA NO PERÍODO 2003 – 2008

A partir da posse do Governo Lula em 2003 e das mudanças operadas por sua gestão à frente do MTb nas políticas públicas de emprego e educação profissional, a PNF da CUT recebe um novo impacto transformador. Se a primeira vista, poderia se pensar que os vínculos históricos e políticos do partido agora no governo com a Central fossem concorrer na direção

de ampliar os recursos públicos do FAT para a prática de formação profissional da entidade, na realidade o que ocorre, a princípio, é algo bem diferente.

Tomando medidas com a finalidade de reordenar a relação de transferência de recursos para as centrais sindicais, o Tribunal de Contas da União (TCU) averigua e detecta irregularidades na prestação de contas do FAT para as centrais CUT, Força Sindical (FS), Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e Social Democracia Sindical (SDS) entre 2000 e 2002, e determina por suspender, ainda em agosto de 2003, os financiamentos do Planfor para estas entidades[44]. De imediato todos os programas e cursos que estavam em andamento na PNF da CUT terminaram abruptamente de uma hora para outra, criando uma verdadeira desestabilização em toda a RNF. Em decorrência das avaliações pelo novo governo dos danos causados ao erário público pelos gastos descontrolados do FAT no Planfor e constatando que o programa não apresentava os devidos resultados no que dizia respeito à articulação entre Política Pública de trabalho e renda, educação e desenvolvimento, o MTb lança em 2003 o seu próprio Plano Nacional de Qualificação (PNQ).

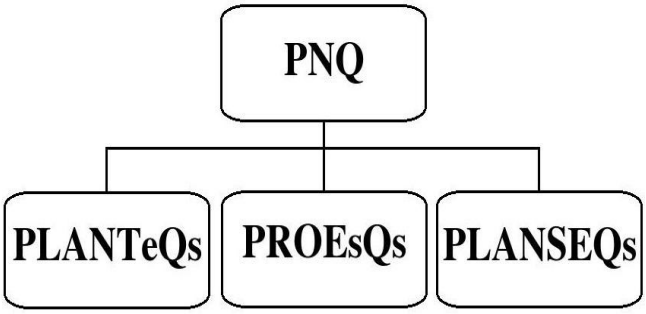
Aprovado pelo CODEFAT pela Resolução 333/2003 o PNQ se propõe a ser uma política pública de qualificação social e profissional com uma estratégia de integração das políticas de emprego, trabalho, renda, educação e desenvolvimento (BRASIL, 2003), tendo por objetivos:

> [...] contribuir para promover a integração das políticas e para a articulação das ações de qualificação social e profissional do Brasil e, em conjunto com outras políticas e ações vinculadas ao emprego, ao trabalho, à renda e à educação, deve promover gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação, com vistas a contribuir para:
> I – *A formação integral (intelectual, técnica, cultural e cidadã) dos/as trabalhadores/as brasileiros/as;*
> II – Aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente e da participação em processos de geração de oportunidades de trabalho e de renda, reduzindo os níveis de desemprego e subemprego;
> III – Elevação da escolaridade dos trabalhadores/as, por meio da articulação com as Políticas Públicas de Educação, em particular com a Educação de jovens e adultos;

44 Informações adquiridas através do trabalho de: SOUZA, Nilda Rodrigues. *Formação Profissional e ação sindical no Brasil*. 2006. 195 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006b, p. 53-55. Diga-se de passagem, que embora o discurso da CUT fosse o de disputar com outras entidades promotoras as concepções a respeito de educação profissional, a central não consegue fazer frente a elas com relação à arrecadação, chegando a ser gritante a diferença. Por exemplo, em 2001 enquanto a CUT recebia 30 milhões do FAT, a FS se beneficiava com 6 milhões a mais; 2002 a diferença de recursos para as duas centrais diminui, mas mesmo assim, a FS recebeu 3 milhões a mais. Já a distinção de recurso em relação ao Sistema "S" é exorbitante, uma vez que em 2000 esse sistema recebeu 6 bilhões de reais do fundo.

> IV – Inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação e diminuição da vulnerabilidade das populações;
> V – Aumento da probabilidade de permanência no mercado de trabalho, reduzindo os riscos de demissão e as taxas de rotatividade ou aumento da probabilidade de sobrevivência do empreendimento individual e coletivo;
> VI – Elevação da produtividade, melhoria dos serviços prestados, aumento da competitividade e das possibilidades de elevação do salário ou da renda;
> VII – Efetiva contribuição para articulação e consolidação do Sistema Nacional de Formação Profissional, articulado ao Sistema Público de Emprego e ao Sistema Nacional de Educação (BRASIL, 2003, p. 26, grifo nosso).

Por meio de procedimentos institucionais e diretrizes comuns, seu funcionamento procede de modo nacionalmente articulado; no entanto, suas ações são implementadas de forma descentralizada através de planos diferentes e complementares, quais sejam, os Planos Territoriais de Qualificação (PLANTeQs), os Projetos Especiais de Qualificação (PROEsQS) e os Planos Setoriais de Qualificação (PLANSEQs). Os PLANTeQs acontecem em parceria com estados, municípios e entidades sem fins lucrativos com o objetivo de atender demandas por qualificação identificadas com base na territorialidade, já os PROEsQS efetivam-se em parceria com entidades do movimento social e organizações não-governamentais e destinam-se ao desenvolvimento de metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional e, finalmente, os PLANSEQs se dão em parceria com sindicatos, empresas, movimentos sociais, governos municipais e estaduais e procuram o atendimento de demandas emergenciais, estruturantes ou setorializadas de qualificação. A soma dos três é que dá a configuração final do PNQ, conforme a esquematização a seguir representa (figura 2):



Fonte: BRASIL (2003).

Figura 2. Esquematização do PNQ

Assim como o Planfor, o PNQ é responsável pelo gerenciamento dos Planos e pela liberação de recursos do FAT (também por intermédio do CODEFAT), cabendo a responsabilidade pela sua efetivação às agências executoras que têm convênios firmados com MTB. A propósito das formulações conceituais entre os dois planos, pode-se dizer que o PNQ apresenta uma tentativa de integração das políticas de ação social e profissional com uma suposta formação integral do trabalhador, que elevaria, contudo, a sua escolaridade.

Observando isso, pode-se dizer que não se trata de coincidência o fato de que muito das diretrizes que orientaram a criação do PNQ estivessem próximas daquelas que eram defendidas nos fóruns da CUT, uma vez que é real o vínculo orgânico de similitudes políticas e ideológicas do seu campo majoritário com a ala hegemônica do PT. Assim, conjecturamos que muito do que foi feito na realização das concepções do PNQ tiveram influência direta do acúmulo de discussões que a Central tinha na questão, bastando observar o intenso intercâmbio de quadros da CUT na composição do governo Lula.

Iniciado de forma provisória ainda em 2003 a fim de se fazer a transição do Planfor, o PNQ ganha efetividade a partir de 2004 fazendo parte do Plano Plurianual 2004 – 2007 (PPA) do Governo Federal nas ações de promoção das transformações que se propôs a realizar para o Brasil. Embora se possa notar alguns avanços conceituais importantes no PNQ, que incorporou, a seu modo, certas demandas de movimentos sociais da educação do qual o PT historicamente se vinculou, os seus alcances práticos não se distinguem do antigo plano, uma vez que principalmente nas estruturas macroeconômicas o Governo Lula optou por dar seqüência às políticas neoliberais e assim, manter a mesma base operacional na qual o Planfor se assentava.

Do ponto de vista de postura política, a posse de Lula em 2003 na presidência da República faz a Central projetar um novo cenário para a sociedade brasileira, acreditando ser viável um projeto político desse governo que fosse "pautado por mudanças capazes de resgatar a dignidade e a auto-estima da população e dos trabalhadores brasileiros, com crescimento econômico e distribuição de renda, mais empregos, proteção social e resgate da cidadania, ampliação da democracia e da participação popular" (CUT, 2003, p. 9). Nesse panorama, a CUT elabora as diretrizes para sua PNF se adaptar a essa nova demanda aberta pela vitória do candidato à presidente que historicamente apoiou. Assim, para esse momento,

ela vai reverberar através das resoluções do VIII Concut (2003)[45] as diretrizes da sua PNF para o período 2003-2006.

Em síntese, é seguindo as orientações extraídas do 14º ENAFOR de 2001, onde elegera a centralidade da formação de dirigentes com prioridade, que ela anuncia no seu Congresso Nacional desse ano que a PNF deve "intensificar a sua ação na Formação Sindical, particularmente dos (as) dirigentes, nos sindicatos e Estaduais da CUT, bem como nos ramos e na CUT Nacional" (CUT, 2003, p. 101), embora, sem perder de vista a concepção metodológica da *Educação Integral voltada para a cidadania*, tanto na formação de dirigentes, quanto na de qualificação profissional.

É diante desse novo momento político de arranjo no poder institucional que a PNF da CUT se apresenta contemporaneamente. Com o contingenciamento dos recursos do FAT, a Central se vê obrigada a diversificar as fontes de financiamento de suas atividades de formação. Embora as atividades de formação no âmbito dos convênios com o PNQ não sejam as únicas realizadas pela CUT nesse cenário, pela sua abrangência elas têm importância significativa para o que representa o conjunto de todas as atividades da PNF.

Averiguamos que a partir da emergência do PNQ, os contratos de prestação de serviços formativos com as Centrais não mais obedecem aos princípios de acordos únicos, de abrangência nacional (tal como ocorria no Planfor), mas pelo contrário, passam a ocorrer com entidades para atender em circunscrição local e regionalizada. Foi nesse rumo que boa parte da Formação cutista se descentralizou e ficou reduzida aos convênios que os seus sindicatos e Escolas sindicais fizeram com o Ministério do Trabalho. Diante disso, é que o convênio mais importante firmado entre uma entidade cutista e o MTb (no campo do PNQ) se refere ao PROEsQ – *Quem Luta Também Educa!*. Financiado com auxílio do FAT, o projeto foi executado entre 2005 e 2007 pela Escola Sindical São Paulo – CUT, com colaboração direta da SNF e das Escolas Sindicais[46].

Segundo as publicações da CUT que tratam desse convênio, ele tem por finalidade *desenvolver e aprimorar metodologias e tecnologias apropriadas para a educação e qualificação social e profissional de trabalhadores e trabalhadoras e tendo como premissa*

45 Nesse Concut, seguindo a mesma orientação política do seu antecessor, foi eleito para ocupar o cargo de Secretário Nacional de Formação José Celestino Lourenço, originário do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – SindiUte/MG.

46 Estão listadas na forma de anexo as atividades desenvolvidas pelo convênio Escola Sindical São Paulo através do PROEsQ – *Quem Luta também Educa!*/MTE/PNQ entre 2005 e 2007.

conceitos, práticas e perspectivas da negociação e contratação coletiva no Brasil. Esse projeto é por demais interessante, pois revela a falta de independência da Central em relação ao Governo, apoiando e desenvolvendo incontestavelmente um projeto de formação profissional que anuncia com todas as letras, a capacidade de "entendimento" entre capital e trabalho nas relações de produção. Se num passado próximo, como se viu, era menos na retórica e mais na prática que a CUT, participando de fóruns tripartites, avalizava a concertação social por meio do diálogo, na vigência do Governo Lula ela atua de fato como amplificadora desse discurso. Exemplo disso é a publicação da Escola Sindical São Paulo intitulada *Pesquisa Participativa: Instrumento de Negociação da Formação Profissional: a experiência dos trabalhadores e trabalhadoras no serviço público municipal de São Paulo*, de autoria de Mario Henrique Ladosky e Fabio Zamberlan, que chega a admitir que o objetivo é de construir uma proposta de formação profissional a partir dos interesses dos trabalhadores, que fosse *negociada* com o empregador. Isso, segundo consta do documento, abriria a "possibilidade de estabelecer um processo de negociação de 'soma positiva' entre patrões e os trabalhadores, representados pelo sindicato" (LADOSKY; ZAMBERLAN, 2007, p. 11).

Em outras publicações da Escola Sindical São Paulo no mesmo período, sob autoria de membros vinculados ao ideário da Central, se encontra também concepções com o mesmo significado, como a seguinte, que expressamente diz que:

> No marco do atual momento político brasileiro, com a possibilidade de se realizar uma profunda reforma sindical no país, mais relevante ainda se torna a necessidade de estabelecerem *novas bases para a relação entre capital e trabalho*, em várias dimensões e, em especial, no escopo da negociação e contratação coletiva da qualificação profissional, em diferentes níveis e âmbitos de relação (TEIXEIRA et al, 2005a, p. 9, grifo nosso).

Novas bases para a relação capital e trabalho? Ora, é possível esse tipo de relacionamento entre classes antagônicas no processo produtivo? Acreditamos que não, pois o sistema produtivo capitalista, embora apresente especificidades dependendo da forma histórico-social onde é implantado, tem como um dos seus pilares fundamentais de existência, justamente a relação de exploração do trabalho praticada pela necessidade de produzir capital, assim, não há como negar que pelo discurso, que é cristalização da prática, a CUT dá adeus de vez a menor possibilidade de transformação social visando à superação desta estrutura de classes.

É importa lembrar que todas as variações que ocorreram na PNF até 2006 foram referendadas pelas diretrizes aprovadas no 9º Concut (junho de 2006)[47] e pelas reflexões da III Conferência Nacional da Política Nacional de Formação (dezembro de 2006)[48]. Do mesmo modo que também, desse ano em diante, as ações da PNF tiveram lastro nas decisões tomadas nesse congresso e nos encaminhamentos propostos pela conferência, e por isso, contavam com todo o apoio da direção da CUT e se mostravam em anuência com sua estratégia política.

De outro modo, não obstante ser o PROEsQ – *Quem Luta também Educa!* – o programa de formação mais expressivo desenvolvido por uma instância da CUT no âmbito do PNQ no período pós-2003, ele não é considerado um programa exclusivo da PNF da Central, gerido pela Secretaria Nacional de Formação. Por outro lado, após o fim do Planfor, boa parte do que corresponde à prática de formação sindical e profissional da estrutura da CUT se desconcentrou da SNF, espalhando-se em práticas localizadas levadas a efeito pelos sindicatos e Escolas Sindicais da Central. Embora numa intensidade menor que a adquirida quando os recursos do FAT abundavam, as práticas de formação sobreviveram sob a forma de prestação de serviços educativos e/ou na forma de comercialização de cursos a outras instituições e sindicatos, e/ou ainda através de convênios com ONG's e prefeituras municipais no contorno do PNQ. De maneira geral, o que ocorreu foi a diversificação das fontes de financiamento e parceria dos agentes da Rede incumbidos da formação na prática de programas e cursos.

Com a finalidade de ilustrar esse ocorrido, temos que muitas das atividades realizadas pela Escola Sete de Outubro, passaram a ser de formação profissional, estabelecidas em parcerias com os Programas Municipais de Qualificação Profissional de Belo Horizonte e de cidades vizinhas, no âmbito do PNQ. Levantamos a informação em documentos (comprovados em anexo) que em 2007, a Escola Sindical Sete de Outubro firmou convênio para prestação de serviço de qualificação social e profissional desenvolvendo cursos de Assistente Administrativo, Auxiliar de Contabilidade, Manicura/Pedicura, Massagem e Depilação, Cozinheiro Industrial Básico, Cozinheiro/Aperfeiçoamento em saladas e cozinha

47 É importante deixar registrado que nesse Concut José Celestino Lourenço foi novamente escalado para conduzir a pasta da Secretaria Nacional de Formação, com mandato válido até 2009.

48 Planejadas para ocorrem a cada 3 anos, as Conferências da PNF tiveram a I e II edição realizadas em 1999 e 2002, respectivamente. Nessa mesma lógica, em tese, a III versão, realizada em Pontal do Paraná com o mote "A formação dos trabalhadores no novo contexto dos mundos do trabalho: identidade e adversidades da educação integral", teria que ter ocorrido em 2005, mas por conta da suspensão do alto aporte de recursos do FAT e a iniciante participação no PNQ, ela só foi ocorrer com um ano de atraso, e mesmo assim, tendo como principal patrocinadora a DGB alemã.

Mineira, Atendente de lanchonete, Camareira e Auxiliar de Serviços Gerais, Salgadeiro. Todos obedecendo ao influxo dos princípios da formação cutista, de educação integral, significando na prática, a diluição dentro do conteúdo dos cursos, de tópicos pontualmente críticos a aspectos fenomênicos do capitalismo relativos a direitos do trabalho, ética, educação ambiental, cidadania etc.

Na mesma finalidade ilustrativa, temos o exemplo da Escola Sindical Sul que desenvolveu e continua a desenvolver, após o fim das atividades vinculadas ao Planfor, cursos e assessorias para dirigentes e lideranças sindicais, em parceria com sindicatos e CUT's da região Sul, nas áreas de Formação de Dirigentes; Formação de Dirigentes Formadores; Negociação Coletiva; Saúde, Trabalho e Meio Ambiente; Políticas Públicas; Gênero, Mulheres e Sindicalismo; Estratégia Política e Organizativa da CUT e Planejamento Estratégico.

Do mesmo modo ocorreu com a Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha (ETHCI) em Florianópolis, considerada por Tumolo (2002) a "empresa" da Central. Entre 2003 e 2008 ela se viu obrigada a buscar convênios com o Ministério do Turismo, e com o MTE por meio do PLANSEQ e do PROEsQ, além de obter financiamento para manutenção de suas atividades com a DGB da Alemanha e a Petrobrás para a realização do seus cursos profissionalizantes.

De outro modo, em relação ao que de mais representativo a Escola Sindical São Paulo se propôs a realizar além do campo do PROEsQ, foi atuar como coordenadora pedagógica da parceria com vigência de 2006 a 2010 da CUT de São Paulo com a Central Sindical LO/Västmanland da Suécia nos cursos de Formação de Dirigentes, Projeto Sindical CUT e Sociedade; e nos cursos de Formação de Formadores: Trabalho, Juventude e Sindicalismo e Formação de Formadores: Relação de Trabalho – Gênero e Raça. Ainda, é claro, de atuar em parceria com prefeituras municipais de cidades do Estado para efetivar alguns Planos Setoriais de Qualificação (PLANSEQ) dentro do PNQ.

Contudo, em relação aos projetos de abrangência nacional desenvolvidos pela SNF nos termos da Política Nacional de Formação da CUT, nossa pesquisa deu conta de que até o início de 2008 eles correspondiam aos projetos Todas as Letras e Juventude Cidadã. Dentre eles, de longe que o projeto Todas as Letras é o de maior envergadura do período, dado o grau de dedicação de toda Central na sua realização – o que acabou redundando numa boa

quantidade de informações e material produzido a seu respeito – pode ser considerado o mais importante e representativo do período. Por sua vez, o Projeto Juventude Cidadã parece não ter alcançado a mesma importância, uma vez que a única referência que encontramos a seu respeito trata-se das informações coletadas em Mora (2007), onde obtivemos a informação que, criado pelo MTE no primeiro mandato do Governo Lula tinha, por objetivo fornecer:

> oportunidade ao jovem de aprender um ofício e conseguir uma profissão. Os alunos podem optar por formação técnica em áreas como administração, cultura, construção, esporte, pesca, turismo e vestuário.
> O governo federal treina jovens de baixa renda e com escolaridade incompleta de ensino médio para dar um empurrão, uma alavanca, para que esse jovem com essa qualificação de 400 horas possa aprender um oficio e uma profissão (CUT apud MORA, 2007, p. 251).

Por sua vez, o Projeto Todas as Letras faz parte do Programa Brasil Alfabetizado do Ministério da Educação e estava sendo desenvolvido sob uma forma de parceria da CUT com a Petrobrás e com o próprio Ministério da Educação através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, além de contar também com o apoio da Unesco e da Scania do Brasil. Iniciado em 2005, este projeto se propunha a realizar a alfabetização e o letramento de jovens e adultos em 23 estados brasileiros, com participação de 80 mil educandos e mais de 3 mil educadores (CUT, 2005). A proposta da Central era de interferir no processo de educação de trabalhadores analfabetos a fim de disputar as concepções metodológicas e políticas do processo de alfabetização, utilizando a experiência que já tinha na área de educação de trabalhadores e a capilaridade da entidade nas várias regiões do país, fornecendo-lhes o conhecimento dos seus direitos de cidadania.

Tão importante quanto discutir a *forma* de implementação desses novos cursos praticados pelas Escolas, sindicatos e CUT's estaduais, em perfeita concordância com a PNF e, portanto, com a CUT nacional, é mister discutir e problematizar a partir de nossa perspectiva, o verdadeiro *conteúdo,* repleto de significados, das justificativas que a Central tem lançado mão para efetivá-los, o que representa, de fato, implicações conseqüentes da estratégia política empregada por ela no cenário da luta de classes dos últimos anos, permitindo-nos qualificar claramente qual o seu posicionamento em um dos lados dos pólos classistas contendores da sociedade brasileira. É o que tentaremos trazer à tona na próxima seção.

3.4 PNF E CUT: DISPUTA DE HEGEMONIA, CENTRALIDADE DO TRABALHO E PRINCÍPIO EDUCATIVO

Como se viu na discussão acima apresentada, o início das atividades de formação profissional da CUT com primazia sobre a formação político-sindical foi acompanhada, no plano discursivo, de um princípio justificador assentado na idéia de que o fenômeno social do desemprego se resolveria na esfera individual com a devida qualificação do trabalhador para o mercado de trabalho. Dada a fragilidade do argumento, que não se sustentaria em pé em qualquer debate sério que levasse em consideração o processo de desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista, a CUT acaba por alterar o ideário filosófico apoiador da sua inserção nas práticas de formação profissional. Nesse ínterim, em sintonia com a estratégia política mais ampliada da Central, também a formação cutista passa a se utilizar da categoria *disputa de hegemonia* para legitimar sua atuação na área da formação profissional.

Embora tenhamos usado o mesmo conceito de origem gramsciana para justificar a necessidade de práticas de auto-educação do proletariado, há uma distinção de abordagens entre eles, sendo possível só distinguir o significado nos usos de uma e outra à medida que se cotejar com a acepção originária marxista e contextualizar a visão de mundo geral adotada pela CUT a partir da metade da década de 1990, que acabou por conduzi-lá ao afastamento das lutas históricas da classe trabalhadora nacional. Quando afirmamos/concordando com pesquisas que revelaram a perda do horizonte combativo socialista da CUT, não significa que expressemos que de uma forma deliberada ela tenha se convertido numa central conscientemente defensora do liberalismo econômico e da ordem social do capital tal como a Força Sindical, que lucidamente foi criada para ser o braço sindical no capitalismo neoliberal no país; de outro modo, o que queremos ressaltar é que, embora a CUT apresente críticas pontuais a aspectos danosos aos trabalhadores no padrão de capitalismo brasileiro, ela, no nível da elaboração teórica de sua atuação, não mais se distingue de uma modalidade de esquerda mundial que, desiludida, em grande medida, com as análises críticas a respeito do "socialismo real" no leste europeu, passou a enxergar numa abstrata noção de democracia o caminho para apenas uma "sociedade mais justa", e não mais socialista[49].

49 Noção abstrata de democracia porque, como diria Toledo (1994), para essa esquerda, "a defesa da democracia não deve ter mais um valor tático, mas adquirir um valor estratégico, um valor em si mesmo". Conforme informação em: TOLEDO, Caio Navarro de. A modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução? In:

É na trilha aberta pela adesão a esse princípio que a Central começa a se utilizar do termo disputa de hegemonia para explicar suas ações. Segundo se pode depreender dos discursos e práticas dela, temos que sua noção de comportamento político se assemelha a de entidades, ONG's e outros movimentos sociais que se julgam atuar num impalpável espaço da sociedade denominado terceiro setor em busca de uma cidadania. Esse contexto é que fez com que a CUT passasse a lançar mão, com cada vez mais freqüência, dos termos *disputa de hegemonia* e *sociedade civil* como forma de dar chancela a suas intervenções, especialmente no campo da formação de trabalhadores.

Segundo as teorias do terceiro setor das quais a CUT se apropria, as subdivisões das sociedades modernas se concentram em três âmbitos distintos, a saber, o *Estado*, que seria a esfera da política e do poder; o *Mercado*, entendido como a esfera onde teria vigência a lógica econômica e o lucro e, por fim, a esfera da *Sociedade Civil*, o terceiro setor propriamente dito, onde vigoraria uma espécie de propriedade pública não estatal regida por uma racionalidade pautada na solidariedade social e, portanto, contraposta à outras duas. Seria exemplo de entidades pertencentes à esse *terceiro setor* uma inumerável quantidade de entidades assistencialistas, ONG's, organizações sociais de diversas montas, instituições filantrópicas etc. É exatamente aqui que é possível situar a auto-proclamação da CUT como entidade com atuação no seio da *sociedade civil.*

Segundo pode-se interpretar das suas práticas e retóricas, uma vez que o Estado tem se mostrado ineficaz na realização de políticas públicas e o Mercado, por sua natureza lucrativamente ambiciosa, não seja o espaço para tal tipo de ação, caberia às entidades dessa suposta *sociedade civil* (onde ficticiamente inexiste a distinção de classes) efetivar os serviços sociais públicos que as outras duas esferas têm se mostrado incompetentes em realizar. Diga-se de passagem que, vinculados ao período de vigência das políticas macro-econômicas neoliberais, que visualizam as políticas sociais como gastos do Governo, os serviços que mais têm exigido a participação dos movimentos do terceiro setor estão principalmente ligados aos campos da educação, saúde, lazer e educação. É nesse espaço que entra o conceito de *disputa de hegemonia* acoplado ao de *sociedade civil* na atuação da CUT. Assim, ela estaria atuando como uma, dentre tantas outras entidades pertencentes ao universo da *sociedade civil*, e concorrendo com elas para influenciar as concepções e rumos das políticas sociais que

Crítica Marxista, ano I, nº 1, São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 28.

sofreram com a descentralização por parte do Estado. Destarte, a Central não mais concebe o movimento organizado de trabalhadores sob a forma sindical como o sujeito político por excelência da história e da transformação social. O sindicalismo seria *mais um* movimento com atuação na *sociedade civil* e a *disputa de hegemonia*, portanto, se resumiria à estratégia propositiva de compactuação com o capital, realizando intervenções que não transbordem o limite da institucionalidade burguesa[50]. Para Zarpelon essa:

> [...] estratégia de participação levou a CUT não só a desenvolver propostas para serem encampadas ou aceitas em fóruns tripartites, mas a elaborar políticas que são ou serão implementadas pela própria Central ou por seus sindicatos. Os programas de requalificação profissional, que incluem o fomento às cooperativas, estão entre estas políticas. Com isso, a atuação da CUT se aproxima da atuação das ONG's; ou seja, a CUT entra na arena da disputa de recursos públicos, que são usados em projetos de desenvolvimento local – quer seja através da constituição de cooperativas, quer de iniciativas familiares de geração de trabalho e renda – e/ou de educação profissional (ZARPELON, 2003, p. 145)

É importante observar que os conceitos em tela também fazem parte do rol das categorias analíticas do marxismo, especialmente em Marx e Gramsci, e nos podem fazer acreditar que por serem assim, eles mantenham o lastro de orientação revolucionária da CUT. De outro modo, no nosso entender, a serventia deles para a CUT se deve mais a uma forma residual de atuação com horizonte no socialismo que fazia parte do passado da Central do que de fato uma estratégia contemporânea de organização dos trabalhadores rumo à sua emancipação. Afirmamos isso porque, tanto em Marx quanto em Gramsci, embora estas categorias apresentem matizes diferentes (mas não fundamentais, na própria teoria de cada um, e na comparação entre elas), em momento algum elas funcionam para legitimar a atuação reformista de entidades do movimento dos trabalhadores. Para ficar mais claro a diferença entre a concepção usada pela CUT e o sentido dado por Marx e Gramsci faz-se importante distinguir qual seria a definição clássica dos conceitos para o marxismo.

Em Marx, o conceito de *sociedade civil* representa o espaço das relações de produção, significa a parte estrutural da sociedade e sua base material e, em função disso, ela é a determinadora do Estado porque este se encontra inserido nas relações sociais de produção.

50 A interpretação social realizada pelas teorias do terceiro setor retomam a distinção do liberalismo clássico que enxerga uma cisão entre a sociedade civil e Estado. A atuação terceiro-setorialista da CUT mantém a validade durante o Governo Lula, não porque se trata de uma oposição política aos Governos, mas sim, de uma dada compreensão que não vê que *Estado* é fruto (e, portanto, está inserido) da *Sociedade Civil*.

Nesse sentido Marx chega a dizer que o Estado é a *expressão oficial da sociedade civil* (MARX e ENGELS, 1982). Assim, para o filósofo alemão, há uma subordinação clara do Estado à sociedade civil, uma vez que "é ela que o define e estabelece a organização e os objetivos do Estado, de acordo com as relações materiais de produção" (CARNOY, 2003, p. 92).

Por sua vez, Gramsci dá um salto interpretativo em relação à definição de Marx, complementando-a, sem no entanto, negá-la. Para o pensador italiano, *sociedade civil* também é o Estado (DIAS, 2006, p. 32), mas ao incluir o conceito de *hegemonia* no seu sistema explicativo, ao mesmo tempo encontra-se a explicação que ela (a *sociedade civil*) atua no campo da superestrutura, significando o "complexo das relações ideológicas e culturais, a vida espiritual e intelectual" (IBID., 2003, p. 93). Nessa linha de raciocínio a *hegemonia* representa a direção moral, intelectual, política e cultural das classes dominantes, trabalhada pelo convencimento não-violento como racionalidade universal e visão de mundo única para as classes subalternas e as demais no interior da *sociedade civil*. Exatamente nesse ponto reside a incongruência na utilização dos termos *sociedade civil* e *disputa de hegemonia* pela CUT.

Como se nota, a definição cutista está em desacordo com as elaborações marxistas e gramscianas das quais se reivindica depositária, uma vez que para estes pensadores, a *sociedade civil* não é de maneira alguma um espaço coeso e homogêneo e muito menos o espaço de participação na cidadania como faz crer a interpretação terceiro-setorialista da Central. Completamente oposto, a *sociedade civil* é perpassada pela contradição porque é nela que se manifesta o antagonismo de classes. Dessa forma, a *disputa de hegemonia* colocada em pauta pela CUT não passa de fraseologia, de discurso vazio, porque não se orienta pela construção da *hegemonia* da classe trabalhadora entendida como força social e política da história (que se dá quando a classe empenha-se em fazer o seu ponto de vista se tornar o ponto de vista dos subalternos). A *contra-hegemonia* dos trabalhadores passa necessariamente pela formação da sua identidade de classe, calcada no desenvolvimento cultural e ideológico de uma consciência de classe para si, mas também forjada no enfrentamento cotidiano com as classes dominantes, através de mobilizações de massa, greves e protestos, elementos estes, que trazem a possibilidade de superar a visão economicista/imediatista a respeito dos interesses mais radicais dos trabalhadores.

Como a prática da CUT tem sido de não-confronto com o capital e de proposição e

participação nos espaços institucionais (onde os fóruns tripartites e as sugestões nas contra-reformas neoliberais são a melhor expressão), pode-se dizer que a sua acepção de *disputa de hegemonia* não passa de eufemismo para explicar a sua adesão à ideologia e à prática do pacto de classe.

Em adição ao complexo teórico-filosófico de conceitos de raiz marxista que a CUT lança mão para justificar a qualidade de sua intervenção no âmbito da educação integral e da formação profissional, é bastante freqüente também encontrar as expressões *trabalho como princípio educativo* e *centralidade do trabalho*, principalmente em uma articulação recíproca. Em diversos documentos, publicações e coletâneas de artigos produzidos pela própria SNF e pelas Escolas, e publicadas pela Central, recorre-se à ajuda de intelectuais pertencentes ao quadro da formação cutista e a acadêmicos brasileiros reconhecidos pelas suas pesquisas na área, como, mais notadamente, Maria Ciavatta, Gaudêncio Frigotto e Márcio Pochmann, a fim subsidiarem teoricamente a defesa da metodologia usada nas suas atividades de educação.

Entretanto, a existência do debate acerca do *trabalho como princípio educativo*, apesar de ser um tema candente na atualidade da formação cutista, tem uma origem um pouco mais antiga do que faz crer a sua utilização pela CUT. Tumolo (2005) já havia detectado a importância desse conceito no pensamento brasileiro sobre *Trabalho e Educação*. De acordo com o autor, o tema em questão era bastante recorrente no pensamento educacional brasileiro de matriz marxista entre fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, mas, segundo ele:

> A partir da segunda metade da década de 90, ao mesmo tempo em que houve um declínio de sua discussão no âmbito acadêmico, o trabalho como princípio educativo sofreu um grande revigoramento na medida em que passa a se constituir como fundamento de propostas de educação que se pretendem inovadoras e progressistas, desenvolvidas por alguns movimentos sociais, que têm ocupado papel central no cenário político brasileiro contemporâneo, como é o caso, pelo menos, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, e da Central Única dos Trabalhadores, a CUT (TUMOLO, 2005, p. 240).

Em síntese, a elaboração teórica dessas categorias reside na argumentação de que o trabalho é a categoria ontológica fundante do ser humano genérico, a atividade pela qual o homem humaniza-se (tal como se afirma na tradição marxista, mais notadamente em Gramsci e Lukács), toda forma de educação deveria necessariamente, principiar-se pelo trabalho, depreendendo-se daí que essa atividade ineliminável da condição humana, mesmo no contexto

de assalariamento e alienação capitalista, deva ser o início de todo o processo educativo.

Contudo, a discussão a respeito do *trabalho como princípio educativo* é longa, complexa, polêmica e ainda em curso. O que desejamos sobressaltar a esse respeito é que, enquanto a CUT insistir no discurso da *centralidade do trabalho* para o processo de educação sem a respectiva consideração prática – de intervenção na realidade para a transformação socialista – da centralidade política dos trabalhadores, as suas práticas educacionais só não estarão esvaziadas de conteúdo político, porque estarão preenchidas com o discurso da formação para o trabalho na forma social do capital, que é, sobremaneira, fetiche e alienação.

4 CONCLUSÕES

O último capítulo
da doutrina
da economia política
é a revolução social
do proletariado mundial
Rosa Luxemburgo

A pesquisa apresentada anteriormente teve a Política Nacional de Formação da CUT como seu principal objeto empírico, no entanto, sem ter fechado em si mesmo a análise da matéria. Com isso queremos ressaltar que, ao trazer à tona no capítulo inicial a discussão acerca da presença de atividades formativas na história dos trabalhadores modernos, desde a dissolução feudal e a conseqüente instauração do modo de produção capitalista, tentamos mostrar o valor positivo da organização autônoma de classe visando à construção e fixação social de uma peculiar concepção de educação capaz de atender seus interesses, primeiramente em um nível imediato, mas podendo projetar também a construção da assistência de seus interesses históricos.

Ao tratar sobre esse assunto, esperamos ter alcançado indiretamente a meta de explicar, de forma relacional, os motivos porque consideramos boa parte da formação de caráter profissionalizante realizada no passado por organizações de trabalhadores uma maneira peculiar de resistência e subversão dos valores dominantes, ao passo que no contexto contemporâneo, dado o desenvolvimento das forças produtivas e o acúmulo prático e teórico sobre a questão, a formação profissional e outras modalidades educativas praticadas por uma central sindical de trabalhadores que se quer de esquerda tem mais um caráter de resignação frente à luta anti-capitalista e de conformação social.

Chegamos à conclusão de que, no passado recente da história do movimento operário, a luta pela manutenção e desenvolvimento de um saber técnico independente a respeito da produção, circunscrito às instituições de trabalhadores, representava ao mesmo tempo, uma barreira contra o avanço das transformações nas relações sociais de produção que visavam o aumento da produtividade e da exploração e, em conseqüência significava, também uma luta contra a alienação do trabalho. Entretanto, como essas resistências são sempre limitadas face à totalidade estruturante do capital que tudo abarca, essas experiências também são restritas e passíveis de serem fagocitadas a favor do sistema. Nesse sentido também se pode dizer que no

desenvolvimento histórico, o movimento operário mundial, que fora sujeito de sua própria educação profissional nos primórdios do capitalismo industrial, teve também parcela de contribuição no processo que culminou na universalização do ensino para toda a sociedade nos países capitalistas centrais. Se não fossem seus protestos, práticas de resistências e determinação de pautas a respeito de necessidades educacionais imediatas é provável também que a história do ensino profissional e propedêutico teria sido outra. Assim, com a conquista da cidadania de massas (embora sempre parcial no capitalismo), com a extensão de certos direitos políticos aos trabalhadores, a luta pela ampliação e democratização sobre o controle dos próprios trabalhadores do ensino público e gratuito que articulasse a educação geral com a educação para um trabalho não determinado pela produção de capital, tende a ser a luta tática por formação no interior do capitalismo. É importante não esquecer que essa bandeira de luta inseriu-se historicamente em uma estratégia revolucionária ao demonstrar que a profunda natureza do modo de produção capitalista é irreformável para atender com plenitude as necessidades históricas dos trabalhadores e da humanidade.

Sendo assim, o que esperamos ter demonstrado a esse respeito é que a Central Única dos Trabalhadores, a partir de um determinado momento de seu itinerário, rompe de duas formas com essa trajetória de luta tática a favor da educação universalista para os trabalhadores. Primeiro, ao fazer a opção política por uma determinada formação sindical, dada por ela mesma, sem o devido conteúdo teórico socialista (mas que na verdade estava em sintonia com sua prática), enfatizando temas imediatos e conjunturais e, segundo, em participar do desmonte da educação pública fornecida pelo Estado ao participar com projetos de educação profissional segundo diretrizes neoliberais.

É evidente que quando se remete à noção de auto-formação profissionalizante ou não dos trabalhadores entende-se, ao mesmo tempo, que ela abre a possibilidade de também ter o caráter pedagógico de formar para a organização sindical e para a conscientização política. Segundo discutiu-se no capítulo primeiro, o movimento do proletariado mundial ao proceder da seguinte maneira, isto é, tratando de forma conscientemente orientada a formação profissional autônoma num contexto de construção de valores próprios da classe, é possível fazer emergir desse processo um momento privilegiado para se pensar coletivamente novas formas de organização sindical e de mobilização e, em decorrência, uma modalidade classista antagônica de cultura e de visão de mundo importante para a prática política revolucionária,

tendo condicionado o seu sucesso ou seu fracasso apenas pelo resultado do certame entre as classes sociais.

Na esteira dessa argumentação, esperamos ter demonstrado que, a formação sindical praticada pela CUT no início dos anos 80 se inseria em reciprocidade com sua estratégia política, ou seja, era voltada para uma concepção de mundo crítica, ao mesmo tempo em que, no campo da práxis, a Central também se opunha ao modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, propondo a alternativa socialista como horizonte a ser alcançado. Ao longo dos anos, através de escolhas políticas e como elemento determinado e determinante das transformações na base material, o referencial de mundo crítico socialista, expresso nas atividades de formação da PNF, foi se tornando rarefeito em seu interior, até se converter em formação profissional galvanizada por conteúdos no limite dos temas típicos da agenda liberal, como é exemplo a noção despolitizada de cidadania, e, quando muito, com condenações apenas morais e conjunturais contra o sistema.

Ademais, segundo a extração que se pode fazer da atividade prática da CUT, vê-se que ela transferiu para os espaços tripartites oficiais a luta de classes, secundarizando o enfrentamento cotidiano com o capital nos locais de trabalho, nos sindicatos e nas lutas políticas gerais para a construção do socialismo. A opção da CUT por esse caminho demonstra um não reconhecimento do Estado como aparelho de dominação de classe e a disputa de hegemonia se resumindo a uma disputa ideológica, onde o ensino de uma visão de mundo crítica (tal qual a proposta da educação integral afirmava) seria a panacéia dos problemas sociais e dos problemas de organização dos trabalhadores.

Como se sabe, as atividades de formação não são neutras, pois, através das escolhas metodológicas, dos objetivos e dos conteúdos que praticam, trazem em si a carga das suas intenções ideológico-políticas. Desse modo, afirmamos que de forma conscientemente orientada, a CUT abriu mão da concepção segundo a qual a pedagogia para o enfrentamento com o capitalismo se daria na práxis, ao articular conhecimento teórico sobre o funcionamento do modo de produção e formas de superá-lo com atividade política prática, como greves, mobilizações de massa, protestos, manifestações etc.

Tal atitude é empiricamente constatável ao analisar o desenvolvimento da PNF. Se por um lado nota-se a complexificação da sua estrutura funcional e organizativa principalmente a partir da entrada da CUT na formação profissional com recursos provenientes do FAT, por

outro lado há um retrocesso da instrução crítica teórica do conteúdo desses cursos. Concomitante a esse processo de desenvolvimento muscular da Central nos espaços oficiais em detrimento da representação nas bases, há também uma equivalente progressão do Partido dos Trabalhadores (com o qual CUT está organicamente vinculada) no sentido de aumento da participação (inclusive dos quadros da CUT) nos espaços políticos formais, o que nos leva a afirmar, embora nos limites dessa dissertação seja impossível provar, que a estratégia de formação cutista, especialmente durante a vigência do Planfor e do desaguamento dos recursos do FAT, estava amplamente vinculada à participação em um projeto de poder capitaneado pelas candidaturas petistas e coroado com a eleição de Lula ao executivo federal.

Se desde 1998 a prática da PNF se confunde com as propostas oficiais, uma vez que se limita a atuar segundo políticas educacionais do governo federal, a sua vinculação ao institucionalismo estatal por meio da PNF se torna mais evidente no período do Governo Lula, quando se converte praticamente por inteiro em correia de transmissão das concepções de educação aos sindicatos, especialmente. Vide por exemplo as principais transformações sentidas na PNF; boa parte das suas mudanças de rota foram por pressão de fatores externos, ligados às determinações do Estado, que influenciaram sobremaneira a vontade política dos seus dirigentes. Foi assim quando da constituição da Rede Nacional de Formação, que se formatou para melhor gerir os programas de formação no campo do Planfor, foi assim também quando resolveu-se unificar num único projeto os programa de formação da RNF (visto como algo positivo pela Central), que se deu em função do contingenciamento de recursos do FAT a partir de 1999 e foi do mesmo jeito que a CUT pôs em prática a diversificação das fontes de financiamento da PNF, algo discutido há anos nas suas instâncias mas que só fora efetivado com as exigências de contenção de recursos impostas pelo PNQ.

É nesse contexto de atuação que, de alguns anos para cá, a PNF da Central tem atuado no que diz respeito à formação exclusivamente sindical no âmbito da formação de dirigentes, pois, como se viu, outra boa parte da política de formação recente se destina à parceria com o governo federal para alfabetização de adultos e qualificação profissional. Isso se dá em função do afastamento da CUT das lutas nas bases, concorrendo para a formação de novos quadros afastados da experiência real dos trabalhadores nos locais de trabalho.

Assim, embora abrigue no seu interior cada vez mais minoritárias correntes bem intencionadas politicamente, de inspiração socialista radical, o que tem efetivamente ocorrido

até então é o aprofundamento de um processo de transformação da CUT naquela modalidade de sindicalismo que ela nasceu combatendo.

Não obstante, como é impossível antecipar os desdobramentos da luta de classes, e, uma vez que ela (a luta de classes) é o principal motor da História, existe a possibilidade de que a correlação de forças entre as classes no Brasil também se altere, recolocando certas instituições do proletariado brasileiro em posição ofensiva no certame classista, no entanto, o que é apontado como tendência no momento presente em que esta investigação se contextualiza, não é outra senão a falência da Central Única dos Trabalhadores como vanguarda das lutas da classe do proletariado no Brasil e a demonstração clara dos limites de determinada modalidade de formação praticada em organização de trabalhadores não embasada no ideal materialista revolucionário para a construção da *hegemonia* da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *O que é Sindicalismo?*. São Paulo, Brasiliense, 2003, (Coleção Primeiros Passos, 3).

_____. *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil* (org.). São Paulo, Boitempo, 2006.

BARBARA, Maristela Miranda, MIYASHIRO, Rosana, GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. *Experiências de educação integral da CUT: práticas em construção*. Rio de Janeiro, DP&A, 2004.

BIHR, Alain. *Da Grande Noite à Alternativa: o movimento operário europeu em crise.* Tradução: Wanda Caldeira Brant. São Paulo, Boitempo, 1999.

BOITO JR., Armando. Hegemonia Neoliberal e Sindicalismo no Brasil. In: *Crítica Marxista*, vol. 1, nº 3, São Paulo, Brasiliense, p. 80-105, 1996.

_____.*Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. 2ª ed., São Paulo, Xamã, 1999.

BRANDÃO, Nágela Aparecida. *Crise e reestruturação capitalista: manutenção ou construção de uma nova ideologia? Uma análise da Central Única dos Trabalhadores*. 2003. 206 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. Tradução pela equipe de tradutores do Instituto de Letras da PUC-Campinas. 8ª ed., Campinas, Papirus, 2003.

COLEÇÃO CAROS AMIGOS. A ditadura militar no Brasil: a história em cima dos fatos. Fascículo 2. São Paulo, Caros Amigos Editora, 2007.

CORREA, João Guilherme. A relação marxismo e ciência: luta de classes, superação da filosofia e emancipação humana. *Em debate,* nº 2, 2007. Disponível em: <http:// www.cfh.ufsc.br/~lastro/revista>. Acesso em: 24 jan. 2008.

COSTA, Hélio; CONCEIÇÃO, Martinho (orgs.). *Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional*. São Paulo, CUT, 2005.

DIAS, Edmundo Fernandes. *A liberdade (im)possível na ordem do capital – reestruturação produtiva e passivização.* 2ª ed., Textos Didáticos 29. Campinas, Gráfica do IFCH/Unicamp, 1999.

_____. *Política brasileira: embate de projetos hegemônicos*. São Paulo, Sundermann, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo, Cortez, 1996.

LÊNIN, Vladimir. O Imperialismo fase superior do capitalismo. In. *Obras Escolhidas*. Lisboa, Avante, 1997.

GIANNOTTI, Vito, LOPES NETO, Sebastião. *CUT, ontem, hoje e sempre*. Vozes, Petrópolis, 1992.

GRACIOLLI, Edilson. *Privatização da CSN – da luta de classe à parceria.* São Paulo, Expressão Popular, 2007.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere, volume 1 (Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedito Croce)*. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

_____. *Concepção Dialética da História.* Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. 7ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 2ª ed., São Paulo, Loyola, 1993.

JIMENES, Susana Vasconcelos. A CUT e a formação centrada no mercado: o programa de requalificação do trabalhador bancário em questão. In:*Trabalho, Educação e Luta de Classes: a pesquisa em defesa da história*. JIMENES, Susana Vasconcelos; RABELO, Jackline (org). Fortaleza, Brasil Tropical, p. 227-244, 2004.

LADOSKY, Mario Henrique; ZAMBERLAN, Fabio. *Pesquisa Participativa: Instrumento de Negociação da Formação Profissional: a experiência dos trabalhadores e trabalhadoras no serviço público municipal e São Paulo*. São Paulo, CUT, 2007.

LUKÁCS, George. *Ontologia do Ser Social: Os princípios ontológicos fundamentais de Marx.* Tradução: Carlos N. Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. O Trabalho, In: *Ontologia do ser social.* Tradução de Ivo Tonet. (mimeografado).

MANACORDA, Mario A. *O Princípio educativo em Gramsci*. Tradução: Willian Lagos. Porto Alegre, Artes Médicas, 1990.

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação Sindical entre o conformismo e a crítica*. São Paulo, Loyola, 1986.

MANFREDI, Silvia Maria; BASTOS, Solange. Experiências e projetos de formação profissional entre trabalhadores brasileiros. In: *Educação e Sociedade*, ano XVIII, nº 60. Campinas, p. 117-143, 1997.

MANGABEIRA, Wilma. *Dilemas do Novo Sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará: ANPOCS, 1993.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Tradução: Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo, Boitempo, 2007.

_____. Cartas: Marx a Pavel V. Annenkov (em Paris). In: *Obras Escolhidas*. Tomo 1. Lisboa, Avante, 1982.

_____. *Textos sobre Educação e Ensino*. Moraes, 1983.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 14ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1994.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos – Rio de Janeiro (1955/1988)*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1998.

MÉSZÁROS, István. *Filosofia, Ideologia e Ciência Social.* São Paulo, Ensaio, 1993.

_____. *Para Além do Capital – rumo a uma teoria da transição.* Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo, Boitempo; Campinas, Editora da Unicamp, 2002.

MOLINA, Helder. *Metamorfose capitalista e educação dos trabalhadores: a travessia contraditória. (Uma análise da política de formação da CUT e do programa Integrar no Rio de Janeiro*. 2004. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

MORA, Eliane Arenas. *O caminho da subsunção da Política Nacional de Formação da CUT às diretrizes de sociabilidade neoliberais*. 2007. 294 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, 2007.

MORETTO, Nivaldo Roberto. *A formação sindical-profissional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), desemprego e configuração atual do mercado capitalista*. 2004. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

PARANHOS, Adalberto. *O Roubo da Fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil.* São Paulo, Boitempo, 1999.

PARANHOS, Kátia Rodrigues. Formação Operária: arte de ligar política e cultura. In: *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 26, n. 90, p. 266-288, Jan./Abr. 2005.

POCHMANN, Márcio. Desempregados no Brasil. In: *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. ANTUNES, Ricardo (org.). São Paulo, Boitempo, p. 59-73, 2006.

RIO, Cristiane Porfírio. As antinomias da Política Nacional de Formação da CUT. In: *Trabalho, Educação e Luta de Classes: a pesquisa em defesa da história*. JIMENES, Susana Vasconcelos; RABELO, Jackline (org). Fortaleza, Brasil Tropical, p. 245-262, 2004.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Trabalhadores, Sindicatos e Industrialização*. São Paulo, Brasiliense, 1974.

RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e política, a trajetória da CUT*. São Paulo, Scritta, 1997.

SADER, Emir (org.). *Gramsci – poder, política e partido*. São Paulo, Expressão Popular, 2005.

SANDRONI, Paulo (org.). *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo, Best Seller, 1999.

SANTOS, Ariovaldo de Oliveira. A nova crise do sindicalismo internacional. In: *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. ANTUNES, Ricardo (org.). São Paulo, Boitempo, p. 447-459,2006.

SAUL, Ana Maria, MAZZEU, Francisco José Carvalho, SILVA, Janete Bernado, DOMINGUES, Marte Regina, CONCEIÇÃO, Martinho (orgs). *A intervenção da CUT nas Políticas Públicas de Geração de Emprego, Renda e Educação de Trabalhadores: avaliação, resultados e ampliação de perspectivas*. São Paulo, CUT, Unitrabalho, 2003.

SOUZA, José dos Santos. Os descaminhos das políticas de formação/qualificação profissional: a ação dos sindicatos no Brasil recente. In: *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. ANTUNES, Ricardo (org.). São Paulo, Boitempo, p. 475-497, 2006a.

_____. *Trabalho, Qualificação e Ação Sindical no Brasil no limiar do Século XXI: disputa de hegemonia ou consentimento ativo?* 2005. 340 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SOUZA, Nilda Rodrigues. *Formação Profissional e ação sindical no Brasil*. 2006. 195 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006b.

SOUZA, Donaldo Bello de; SANTANA, Marco Aurélio; DELUIZ, Neise. *Trabalho e Educação: Centrais Sindicais e reestruturação produtiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Quartet, 1999.

TEIXEIRA, Marilane; LADOSKY, Mário; DOMINGUES, Marta Regina (orgs). *Negociação e contratação coletiva da qualificação sócioprofissional nas relações capital-trabalho*. São Paulo, CUT, 2005a.

TEIXEIRA, Marilane; LADOSKY, Mário; DOMINGUES, Marta Regina (orgs). *Quem luta também educa: educação, sindicalismo, desenvolvimento e qualificação profissional.* São Paulo, CUT, 2005b.

TEIXEIRA, Rodrigo Dias. A conversão da CUT e a relação com o FAT (1990-2000). In: *História e Luta de Classes, Trabalhadores e suas organizações*, ano 4, nº 5, Rio de Janeiro, p. 83-90, 2008.

THIOLLENT, Michel. *Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária*. 2ª ed., São Paulo, Pólis, 1981.

TOLEDO, Caio Navarro de. A modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução? In: *Crítica Marxista*, ano I, nº 1, São Paulo, Brasiliense, p. 27-38, 1994.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. *O impacto da ideologia neoliberal no meio operário: um estudo sobre os metalúrgicos da cidade de São Paulo e a Força* Sindical. 2004. 282 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

TUMOLO, Paulo Sergio. *Da contestação à conformação – A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista.* Campinas, Editora da Unicamp, 2002.

_____. O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo: uma articulação possível? In: *Educação e Sociedade,* Campinas, vol. 26, n. 90, p. 239-265, Jan./Abr. 2005.

ZARPELON, Sandra Regina. *A esquerda socialista e o novo socialismo utópico: aproximações entre a atuação das ONG's e o cooperativismo da CUT*. 2003. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

DOCUMENTOS

BRASIL

BRASIL. *Planfor – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – avaliação gerencial 1995/98: balanço de um projeto para o desenvolvimento sustentado*. MTE/SEFOR. Brasília, março, 1999.

_____. *Plano Nacional de Qualificação – PNQ 2003 – 2007*. MTE/SPPE, 2003. Disponível em: <http://www.mtb.gov.br/pnq>. Acesso em 26 de jul. 2008.

CUT

CUT. *Definições sobre as diretrizes e estratégia da PNF/CUT para o período de 2001-2003*, 2001.

_____. *Diretrizes e estratégia da Política Nacional de Formação 1999/2000,* 1999a

_____. *Forma & Conteúdo Edição Especial*, nº 7, outubro de 1999b.

_____. *Forma & Conteúdo Edição Especial Todas as Letras*, nº 12, outubro de 2005.

_____. *Forma & Conteúdo*. *Edição Especial da II Conferência da Política Nacional de Formação,* nº 11, agosto de 2002a.

_____. *Forma & Conteúdo Edição Especial III Conferência da PNF e a Participação da Juventude*, nº 13, dezembro de 2006.

_____. *Política Nacional de Formação: história, princípios, concepção e organização nacional*. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação, 1999c.

_____. Resoluções do 1º Congresso Nacional da CUT (CONCUT), 1984. Disponível em: <http://www.cut.org.br>. Acesso em 21 agos. 2007

_____. Resoluções do 2º Congresso Nacional da CUT (CONCUT), 1986. Disponível em: <http://www.cut.org.br>. Acesso em 21 agos. 2007.

_____. Resoluções do 3º Congresso Nacional da CUT (CONCUT), 1988. Disponível em: <http://www.cut.org.br>. Acesso em 21 agos. 2007.

_____. Resoluções do 4º Congresso Nacional da CUT (CONCUT), 1991. Disponível em: <http://www.cut.org.br>. Acesso em 21 agos. 2007.

_____. Resoluções do 5º Congresso Nacional da CUT (CONCUT), 1994. Disponível em: <http://www.cut.org.br>. Acesso em 21 agos. 2007.

_____. Resoluções do 8º Congresso Nacional da CUT (CONCUT), 2003. Disponível em: <http://www.cut.org.br>. Acesso em 21 agos. 2007.

_____. Resoluções da 9ª Plenária Nacional Santos Dias, 1999d. Disponível em: <http://www.cut.org.br>. Acesso em 21 agos. 2007.

_____. Resoluções da 10ª Plenária Nacional da CUT, 2002b. Disponível em: <http://www.cut.org.br>. Acesso em 21 agos. 2007.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Secretários Nacionais de Formação da CUT 1984 – 2008 e respectivos períodos de gestão

- Ana Lúcia da Silva (Professora de História da Universidade Federal de Goiás) 1984 – 1986

- Jorge Lorenzetti (Professor de Enfermagem UFSC e diretor da Associação Brasileira de Enfermagem) 1986 – 1994

- Mônica Valente (Sindicato do Sistema Público de Saúde de SP) 1994 – 1997

- Altemir Antônio Tortelli (Federação dos Trabalhadores em Agricultura Familiar do RS-Fetraf/RS) 1997 – 2000

- Altemir Antônio Tortelli (Fetraf/RS) 2000 – 2003

- José Celestino Lourenço (Sindiute/MG – Sindicato Unificado dos Trabalhadores em Educação de MG) 2003 – 2006

- José Celestino Lourenço (Sindiute/MG) 2006 – 2009

ANEXOS

ANEXO A – Princípios da Política Nacional de Formação

Classista e de Massas

A formação da CUT busca capacitar os trabalhadores e trabalhadoras para a organização e a ação sindical necessárias às conquistas dos seus objetivos. Atua no sentido de despertar a consciência de classe e a percepção da importância da unidade para a luta. Tem como meta atingir amplos setores dos trabalhadores, procurando articular as dimensões do cotidiano do local de trabalho com as demandas da classe.

Indelegável

A formação é uma política permanente da CUT que vincula-se, portanto, ao seu projeto político-sindical e tem como referência as resoluções de suas instâncias. Sua formulação, execução e sustentação financeira são de responsabilidade das entidades, fóruns e instâncias da Central.

Democrática, Plural e Unitária

A formação deve estimular o debate entre as diversas correntes de opinião presentes no interior do movimento sindical cutista, criando condições necessárias para que as distintas concepções aflorem, se conheçam, se confrontem e busquem na diversidade os elementos de unidade para uma ação unificada e fortalecedora da identidade de classe.

Unificada e Descentralizada

A formação cutista é uma política unificada quanto à sua concepção, objetivos, prioridades e estratégias de implantação. A partir de uma gestão coletiva e nacionalmente articulada, é descentralizada quanto à sua elaboração e implementação, considerando as especificidades de cada região e estados e dos setores produtivos organizados na Central.

Processual, Permanente, Planejada e Sistematizada

A formação é um processo contínuo e permanente, que acontece nos diversos momentos da vida cotidiana. Para garantir sua organicidade com os princípios, compromissos e deliberações da Central e conduzir à apropriação e sistematização do conhecimento pelos sujeitos - educandos, deve ser planejada. Da mesma forma, deve ser objeto de sistematização, contribuindo para a reflexão sobre a organização e a luta sindical, e potencializando a capacidade educativa das ações.

Instrumento de Reflexão Crítica e de Libertação

A formação tem como objetivo contribuir para que os trabalhadores tenham uma visão crítica da realidade concreta, das relações sociais e do mundo em que estão inseridos e se percebam como sujeitos da história: capazes de analisar a realidade, elaborar propostas para a sua transformação e agir coletivamente com convicção e consistência em seus propósitos.

Integralidade do Ser Humano

O trabalhador/a é um ser com múltiplas dimensões, estabelecidas por contínuas e complexas relações sociais de uma realidade e um mundo cultural no qual se interpolam teorias e práticas heterogêneas e mesmo antagônicas no cotidiano do trabalho, da família e da comunidade. As atividades de formação devem considerar essas dimensões, formas de manifestação e percepção da realidade e buscar, através de uma relação dialógica, levar os sujeitos a novas posturas, norteadoras de uma práxis emancipadora.

Contra as Discriminações

A formação deve ser um instrumento objetivo de luta por mudanças de valores culturais e comportamentos que signifiquem a discriminação e exclusão de segmentos sociais determinados por condições gênero, étnico-raciais, do porte de necessidades especiais; e opões sexuais, ideológicas e religiosas. Deve, portanto, valorizar e

incentivar a solidariedade, a integração social e a luta pela igualdade de direitos e o respeito a todos sem distinções.

Dimensões Política, Cultural e Técnica

A formação cutista abrange as dimensões da educação informal e formal, buscando continuamente o reconhecimento social e institucional do saber acumulado pelos trabalhadores e trabalhadoras, na vida em geral e no trabalho em especial.

Se insere portanto, nos condicionantes políticos e culturais de valorização dos trabalhadores como cidadãos plenos, e na disputa pelo direito à mais ampla e profunda educação, baseada no saber historicamente acumulado pela humanidade e conjugado com a mais alta técnica.

ANEXO B - **Atividades desenvolvidas no Projeto Especial de Qualificação Profissional – PROESQ –** ***Quem luta também educa! Convênio entre o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, Plano Nacional de Qualificação – PNQ, com financiamento do Fundo de Amparo ao Trabalhador, entre 2005 e 2007.***

- **CURSO de Formação para Negociação e Contratação Coletiva da Qualificação Sócio-Profissional - Mod. A**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 28 a 30 de julho de 2006.
- **CURSO de Formação para Negociação e Contratação Coletiva da Qualificação Sócio-Profissional - Mod. B**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 26 a 28 de julho de 2006.
- **CURSO de Formação para Negociação e Contratação Coletiva da Qualificação Sócio-Profissional - Mod.C**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 23 a 25 de agosto de 2006.
- **CURSO de Formação para Negociação e Contratação Coletiva da Qualificação Sócio-Profissional - Mod.D**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 4 a 6 de outubro de 2006.
- **CURSO de Formação para Negociação e Contratação Coletiva da Qualificação Sócio-Profissional - Mod.E**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 30 de outubro a 1 de novembro de 2006.
- **CURSO de Formação para Negociação e Contratação Coletiva da Qualificação Sócio-Profissional - Mód. C**. Organização Escola Sindical Norte I (Amazonia). Manaus, 4 a 6 de outubro de 2006.
- **CURSO de Formação para Negociação e Contratação Coletiva da Qualificação Sócio-Profissional - Mód. D**. Organização Escola Sindical Norte I (Amazonia). Manaus, 15 a 17 de novembro de 2006.
- **CURSO de Formação para Negociação e Contratação Coletiva da Qualificação Sócio-Profissional - Mód. E**. Organização Escola Sindical Norte I (Amazonia). Manaus, 30 de novembroa 2 de dezembro de 2006.
- **CURSO de formação de conselheiros e/ou gestores de políticas públicas para representantes de trabalhadores - Mod. A**. Organização Escola Sindical São Paulo. São Paulo, 28 a 30 de junho de 2006.
- **CURSO de formação de conselheiros e/ou gestores de políticas públicas para representantes de trabalhadores - Mod. B**. Organização Escola Sindical São Paulo. São Paulo, 26 a 28 de julho de 2006.
- **CURSO de formação de conselheiros e/ou gestores de políticas públicas para representantes de trabalhadores - Mod. C**. Organização Escola Sindical São Paulo. São Paulo, 23 a 25 de agtos de 2006.
- **CURSO de formação de conselheiros e/ou gestores de políticas públicas para**

representantes de trabalhadores - Mod. D. Organização Escola Sindical São Paulo. São Paulo, 4 a 6 de outubro de 2006.

- **CURSO de formação de conselheiros e/ou gestores de políticas públicas para representantes de trabalhadores - Mod. E**. Organização Escola Sindical São Paulo. São Paulo, 30 de outubro a 1 de novembro de 2006.
- **CURSO de Formação para Conselheiros e/ou Gestores de Políticas Públicas para Representantes de Trabalhadores - Mod. A**. Organização Escola Sindical Chico Mendes. Rio Branco, 24,25 e 26 de julho de 2006.
- **CURSO de Formação para Conselheiros e/ou Gestores de Políticas Públicas para Representantes de Trabalhadores – Mód.E**. Organização Escola Sindical Chico Mendes. Manaus, 16, 17 e 18 de novembro de 2006.
- **CURSO de Formação de Gestores em Políticas Públicas - Módulo I**.
- **CURSO de Formação de Gestores em Políticas Públicas - Módulo II**
- **CURSO de Formação para Conselheiros e/ou Gestores de Políticas Públicas para Representantes de Trabalhadores - Mód. II**. Organização Escola Sindical Chico Mendes. Manaus, 17 a 19 de agosto de 2006.
- **NEGOCIAÇÃO/Contratação da Qualificação Social e Profissional no setor de Turismo e Hospitalidade. Organização Escola de Hotelaria e Turismo**. Florianópolis, 22 a 24 de novembro de 2006.
- **CURSO de Formação para Negociação e Contratação Coletiva da Qualificação Sócio-Profissional - Mod. A**. ORGANIZAÇÃO Escola Sindical Chico Mendes - Norte II. Porto Velho, 6 a 8 de julho de 2006.
- **OFICINA de Formação de Formadores - Módulo I**.
- **OFICINA de Formação de Formadores - Módulo II**.
- **OFICINA de Formação de Gestores em Políticas Públicas I**.
- **OFICINA de Formação de Gestores em Políticas Públicas II**.
- **OFICINA Integrada Formação de Gestores em Políticas Públicas e Transformações no Mundo do Trabalho**.
- **OFICINA Macro-Setorial 2 – A Negociação e Contratação Coletiva da Qualificação Sócio-Profissional e a participação dos trabalhadores nos setores de comércio, serviços e finanças**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 21 e 22 de fevereiro de 2006.
- **OFICINA Macro Setorial 4 – A negociação e contratação coletiva da Qualificação Sócio-Profissional e a participação dos trabalhadores nos setores de serviço público**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 31 de outubro e 1 de novembro de 2006.
- **OFICINA Nacional de Desenvolvimento Metodológico: Diretrizes para Qualificação e**

Certificação Profissional. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 9 e 10 de março de 2005.

- **OFICINA Nacional de Desenvolvimento Metodológico - Educação Integral dos Trabalhadores**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 24 e 25 de julho de 2006.
- **OFICINA Nacional de Desenvolvimento Metodológico II**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 7 a 9 de agosto de 2006.
- **OFICINA Nacional de Desenvolvimento Metodológico III**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 5 a 6 de outubro de 2006.
- **OFICINA Nacional de Desenvolvimento Metodológico IV**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 13 a 15 de setembro de 2006.
- **OFICINA Nacional Desenvolvimento Territorial Sustentável e Solidário I**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 10 a 12 de março de 2005.
- **OFICINA Nacional Desenvolvimento Territorial Sustentável e Solidário I**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 21 a 23 de março de 2005.
- **OFICINA Nacional Formação de Formadores**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 31 de outubro a 1 de novembro 2006.
- **OFICINA Nacional Pesquisa Participativa I**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 10 e 11 de março de 2005.
- **OFICINA Regional 1 – Sistema Público de Emprego e Comissões de Emprego e Renda**. Organização Escola Sindical Centro-Oeste. Goiânia, 14 e 15 de novembro de 2006.
- **OFICINAS Regionais 3 para Desenvolvimento dos Estudos de Caso**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. Goiás, 14 e 15 de novembro de 2006.
- **OFICINAS Regionais 4 - Sistema Público de Emprego e Comissões de Emprego e Renda**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. Minas Gerais, 10 e 11 de novembro de 2006.
- **OFICINAS Técnicas Gestão de Parcerias**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 1 e 2 de março de 2005.
- **OFICINA Técnica Gestão de Parcerias**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 24 e 25 de fevereiro de 2005.
- **OFICINA Técnica Gestão de Parcerias**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 28 e 29 de março de 2005.
- **OFICINA Técnica Nacional: Modelos de Orientação Profissional de Sistema Público de Emprego**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 15 e 16 de março de 2005.
- **OFICINA Temática Nacional – Gênero, Raça/Etnia, Geração, Rurais/Urbanos, etc**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 31 de julho a 2 de agosto de 2006.

- **OFICINA Turismo e Hospitalidade I – A Qualificação Social e Profissional na Cadeia Produtiva: a Hospitalidade**. Organização Escola de Hotelaria e Turismo. Florianópolis, 16 e 17 de fevereiro de 2006.
- **OFICINA Nacional Turismo e Hospitalidade II – Negociação e Contratação Coletiva e Certificação Profissional na Cadeia Produtiva: a Hospitalidade**. Organização Escola de Hotelaria e Turismo. Florianópolis, 2 a 4 de agosto de 2006.
- **OFICINA Nacional Turismo e Hospitalidade III – Negociação e Contratação Coletiva e Certificação Profissional na Cadeia Produtiva: a Hospitalidade**. Organização Escola de Hotelaria e Turismo. Florianópolis, 19 e 20 de setembro de 2006.
- **OFICINA Nacional de Validação Educação Integral e Sistema Ocupacional no Mercado Formal de Trabalho I**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 28 a 30 de março de 2005.
- **OFICINA Nacional de Validação: Educação Integral e Sistema Ocupacional no Mercado de Trabalho**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 1 a 3 de março de 2005.
- **OFICINA Nacional de Validação - Previdência Complementar**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 17 a 19 de março de 2005.
- **POLÍTICAS Públicas de Qualificação Sócio-Profissional, Emprego e Renda – A Formação de Conselheiros I**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 1 a 3 de março de 2005.
- **POLÍTICAS Públicas de Qualificação Sócio-Profissional, Emprego e Renda – A Formação de Conselheiros II**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 21 a 23 de março de 2005.
- **POLÍTICAS Públicas de Qualificação Sócio-Profissional, Emprego e Renda – Centros Públicos**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 10 e 11 de março de 2005.
- **REUNIÕES Técnicas - Gestão de Parcerias**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 16 de maio de 2006.
- **REUNIÕES Técnicas - Gestão de Parcerias**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, fevereiro de 2006.
- **REUNIÕES Técnicas - Gestão de Parcerias**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 03 de fevereiro de 2006.(13 fotos)
- **REUNIÕES Técnicas - Gestão de Parcerias**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 10 de fevereiro de 2006.
- **REUNIÕES Técnicas - Gestão de Parcerias**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 25 de abril de 2006.
- **REUNIÕES Técnicas - Gestão de Parcerias**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, [s.d.]

- **REUNIÕES Técnicas - Gestão de Parcerias**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 24 de outubro de 2006.
- **REUNIÕES Técnicas - Gestão de Parcerias**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 30 de agosto de 2006.
- **REUNIÕES Técnicas - Gestão de Parcerias**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 12 de setembro de 2006.
- **REUNIÕES Técnicas - Gestão de Parcerias**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 17 de outubro de 2006.
- **REUNIÕES Técnicas - Gestão de Parcerias**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 26 de setembro de 2006.
- **SEMINÁRIO Nacional de Validação Educação Integral**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 24 a 26 de outubro de 2006.
- **SEMINÁRIO Nacional de Gestão**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 15 a 17 de agosto de 2006.
- **SEMINÁRIO Nacional de Gestão**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 5 a 7 de outubro de 2006.
- **SEMINÁRIO Nacional de Gestão do PROESQ**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 17 a 19 de fevereiro de 2005.
- **SEMINÁRIO Nacional Educação Negociação e Contratação Coletiva da Qualificação Sócio-profissional I**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 16 a 18 de março de 2005.
- **SEMINÁRIO Nacional sobre Sistema Público de Emprego - Articulando Atores e Políticas**. Organização Escola Sindical São Paulo-CUT. São Paulo, 10 a 12 de abril de 2007.

ANEXO C – Alguns Programas de Formação da Escola Sul

Programas - Formação de Dirigentes

Atividade	Público	Eixos programáticos
a) Formação de Dirigentes Regional (FDR) (4 módulos de 4 dias)Local: Escola Sul	Dirigentes das Executivas das CUTs, Ramos, Federações e Sindicatos, que atuam na linha de frente do movimento sindical.	- Estratégia da CUT - Sistema Democrático de Relações de Trabalho - Reforma Sindical - Reformas: trabalhista, universitária, etc - Políticas Públicas - Desenvolvimento Sustentável e Solidário - Temas permanentes: gênero, meio ambiente, cultura, comunicação.
b) Formação de Dirigentes Avançada **(4 módulos de 4 dias – aulas presenciais) Local:** CUTs	Dirigentes das CUTs e dos Ramos, dirigentes egressos do FD e FDF	- Projeto de Sociedade e Estratégia Organizativa da CUT - Economia Política – Economia do Trabalho - Globalização e era da informação - Transformações no Mundo do Trabalho - Sistema Democrático de Relações de Trabalho - Temas permanentes - Pesquisa e Monografia
c) Formação de Dirigentes de Base (interface com FDF) Local: Microrregionais/ Regionais	Dirigentes sindicais de base, trabalhadores de base, cipeiros, lideranças de base	- Sistema Democrático de Relações de Trabalho - Reforma Sindical - História de lutas da classe trabalhadora - Princípios e Estratégias da CUT
d) Formação de Dirigentes Formadores	Dirigentes Sindicais e Assessores	- A História da CUT e da Política de Formação da CUT. - Concepção de Educação da CUT - Proposta metodológica da CUT - Tema permanente - Rede de Formação e a estratégia Organizacional da CUT
e) Capacitação de Monitores em Planejamento Estratégico	Egressos do FDF, dirigentes e formadores interessados em capacitar-se para monitorar planejamento	- O Planejamento como ferramenta para a nova estratégia organizativa da CUT - Conjuntura - Estratégia e Tática - Planejamento Participativo
f) Oficina de Egressos	Egressos do FDF e formadores das CUTs, Ramos e entidades	- Atualização Metodológica - Debates Temáticos
g) Negociação		- Negociação Salarial - Negociação de Conflitos - Negociação da Qualificação Sócio-Profissional

Programas - Comunicação e Cultura

A proposta de Formação para a Comunicação da Escola Sindical Sul é direcionada para:
a) Capacitação de dirigentes, assessores e funcionários para o pleno uso dos recursos e instrumentos de comunicação e para que sejam receptores críticos da mídia.
b) Comunicação institucional das entidades cutistas, melhorando o processo de comunicação interna de modo a qualificar a relação com os trabalhadores da base e com a sociedade.
Os eixos da Formação para a Comunicação são:
- Democratização da Comunicação - PPs
- Estratégias de Comunicação e o projeto organizativo da CUT
- Política e planejamento de Comunicação Sindical
- Comunicação Alternativa
- Novas Tecnologias na Comunicação
- Dinâmicas de Comunicação: falada, escrita, eletrônica, etc.

Para atender aos objetivos propostos, indica-se a necessidade de realizar atividades centralizadas, para debater a pol?tica de comunicação para a região Sul, além de atividades descentralizadas, com o objetivo de atender as necessidades de cada CUT e/ou entidade sindical na capacitação da comunicação interpessoal e/ou institucional, relacionadas ao eixo acima.

Atividade	Público	Eixos programáticos
a) II Seminário Regional Sul de Comunicação (3 dias) **Local:** Escola Sul	- Dirigentes, assessorias e funcionários interessados no tema - Articular com Seminários estaduais	- Experiências internacionais, nacional e regional - Comunicação e o projeto organizativo da CUT - Comunicação, hegemonia, políticas públicas, eleições 2006 e estratégia da CUT - Estratégias de Comunicação (relação com a mídia e comunicação alternativa) - Gestão e Redes de comunicação - Formação para a Comunicação
b) Oficina Piloto de Formação para Jornalistas **(3 módulos de 5 dias)** **Local:** Escola Sul	**- Profissionais da área de comunicação dos Sindicatos**	- Linguagens específicas para cada meio - Redes e gestão de Comunicação - História do Sindicalismo brasileiro - Princípios da CUT - Sistema Democrático de Relações de Trabalho - Ética, Estética, Signos - Hegemonia e Bloco Histórico
c)Curso de Formação em Comunicação (atendimento aos convênios/ demandas pontuais) Microrregionais/ Regionais e/ou entidades	- Dirigentes, assessorias e funcionários interessados no tema	- Comunicação sindical - Redes de Comunicação - Relação com a mídia - Ética - Gestão da comunicação - Comunicação Alternativa: rádios e canais comunitários - Dinâmicas de Comunicação: falada, escrita, eletrônica, inclusão digital etc.
d) Comunicação como tema permanente nas atividades de Formação	- Dirigentes, profissionais da área, assessores e funcionários.	- Tema permanente na formação sindical das atividades desenvolvidas na Escola Sindical. - Sensibilização para o tema dentro dos eixos acima desenvolvidos
e) Assessoria aos Coletivos Estaduais e Regional de Comunicação, articulação com a Secretaria Nacional de Comunicação (SECOM)	- Coletivo Regional e Coletivos Estaduais, Secretarias de Comunicação das CUTs	Articulação da Política de Formação para a Comunicação na Região Sul, à luz da Política Nacional de Comunicação (PNC)

Programas - Gênero, Mulheres e Sindicalismo

A formação sobre o tema Gênero na Região Sul está articulada à Política Nacional de Formação (PNF) e a estratégia da Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora (SNMT).

Atividade

Detalhamento
a) Formação de Formadoras/es em *Gênero e Sindicalismo*
(3 módulos de 4 dias)
Local: Escola Sul e/ou
CUTs estaduais
Projeto *Bem-me-quer - formação de conselheiras de políticas públicas para as mulheres da região sul*
Convênio com Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM
- Corpo, sexualidade e identidade
- Corpo e Trabalho, Sindicalismo e luta social
- As mulheres do século XXI e a conquista da cidadania ativa
* Demandas específicas das entidades
b Curso de Formação em *Gênero*
(atendimento aos convênios/ demandas pontuais)
Microrregionais/
Regionais e/ou entidades
- Corpo, sexualidade e identidade
- Corpo e Trabalho, Sindicalismo e luta social
- As mulheres do século XXI e a conquista da cidadania ativa
* Demandas específicas das entidades
c) *Gênero* como tema permanente nas atividades de Formação, nos Projetos e Programas desenvolvidos
- Tema permanente na formação sindical das atividades desenvolvidas na Escola Sindical.
- Sensibilização para o tema dentro dos eixos desenvolvidos no Programa de Gênero.
d) Assessoria aos Coletivos Estaduais de Mulheres e ao Núcleo Temático de Gênero (a ser implementado) e articulação com a SNMT
- Articulação da Política de Formação em Gênero na Região Sul, a partir das diretrizes da SNMT.
- Implantação do Projeto de Combate à Violência contra a Mulher.
- Assessoria às atividades ligadas ao tema (8 de março, por exemplo).

Programas - Saúde, Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente

Este programa tem a pretensão de contribuir com a estratégia organizativa da CUT, principalmente no que se refere a organização dos trabalhadores por local de trabalho. É urgente o debate sobre uma política eco-industrial que estabeleça processos produtivos limpos, adequados, que não sejam eletro-intensivos, que se baseiem no uso de matérias-primas renováveis, que produzam um mínimo de carga residual no ambiente e principalmente, que não sejam danosos à saúde dos trabalhadores envolvidos na produção e dos trabalhadores em geral (comunidade ao redor, danos ambientais a população no mundo).

Atividade	**Público**	**Eixos programáticos**
Curso de Saúde, Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente	Dirigentes sindicais e assessores	Sociedade Organização do Trabalho Novos paradigmas de produção e consumo **Sustentabilidade** Agenda verde e Marrom Higiene Ocupacional Problemas sócio-ambientais Política de Saúde do Trabalhador e eco-industrial
Capacitação de Cipeiro	Trabalhadores de base	Organização do Trabalho Sociedade Legislação do Trabalho Mapa de risco Higiene Ocupacional Acidentes de trabalho CIPA – O que é ser cipeiro Problemas sócio-ambientais Agenda verde e Marrom Política de Saúde do Trabalhador e eco-industrial
Acompanhamento dos coletivos de saúde		Conforme necessidade

ANEXO D - Escola sindical 7 de outubro - Programa Municipal de Qualificação – PMQ 2007 Ações de qualificação social e profissional no Município de Belo Horizonte, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação – PNQ – 2007

Especificação do público prioritário	Cursos
Trabalhadores/as sem ocupação - Intermediação de Mão -de Obra - SINE	Assistente Administrativo (informática aplicada)
Trabalhadores/as sem ocupação - Intermediação de Mão -de Obra - SINE	Auxiliar de contabilidade
Trabalhadores/as sem ocupação - Intermediação de Mão -de Obra - SINE	Manicura / Pedicura
Trabalhadores/as sem ocupação - Intermediação de Mão -de Obra - SINE	Massagem e depilação
Trabalhadores/as sem ocupação - Intermediação de Mão -de Obra - SINE	Massagem e depilação
Trabalhadores/as sem ocupação - Intermediação de Mão -de Obra - SINE	Cozinheiro Industrial Básico
Trabalhadores/as sem ocupação - Intermediação de Mão -de Obra - SINE	Cozinheiro/Aperfeiçoamento em saladas e cozinha Mineira
Trabalhadores/as beneficiários Fome Zero	Atendente de lanchonete
Trabalhadores/as beneficiários Fome Zero	Atendente de lanchonete
Trabalhadores/as beneficiários Fome Zero	Camareira e Auxiliar de Serviços Gerais
Trabalhadores/as beneficiários Fome Zero	Camareira e Auxiliar de Serviços Gerais
Trabalhadores/as beneficiários Fome Zero	Camareira e Auxiliar de Serviços Gerais
Trabalhadores/as sem ocupação - Intermediação de Mão-de Obra - SINE	Salgadeiro
Trabalhadores/as sem ocupação - Intermediação de Mão - de Obra - SINE	Manicura / Pedicura
Total	14 turmas

ANEXO E - Projeto de formação, ação sindical e intercâmbio – CUT estadual – São Paulo/Brasil & LO – Distrito de Västmanland - Súecia (2006-2010)

- **Formação de Dirigentes Projeto Sindical – CUT e Sociedade**
  Público alvo: Dirigentes e assessores sindicais indicados pelas subsedes da CUT SP e dirigentes-formadores
  Número de vagas: 35
- **Formação de Formadores: Trabalho, juventude e sindicalismo**
  Público alvo: Dirigentes/assessores e militantes dos sindicatos e dos ramos da CUT.
  Número de vagas: 30
- **Formação de Formadores: Relação de trabalho – gênero e raça**
  Público alvo: Dirigentes/assessores e militantes dos sindicatos e dos ramos da CUT.
  Número de vagas: 30

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo